PROPOSTA

Uma campanha de desterritorialização Alfredo Wagner Berno de Almeida

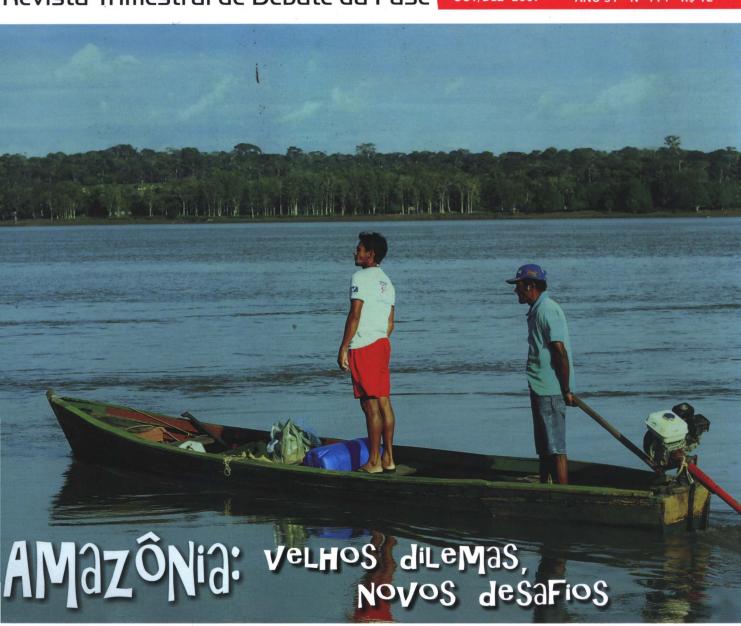
Amazônia, água e vida Antônio A. R. Ioris

Mineração e hidrelétricas em terras indígenas Raul Silva Telles do Valle

Revista Trimestral de Debate da Fase

OUT/DEZ- 2007

ANO 31 - Nº 114 - R\$ 12



25

Carlos Walter

O complexo de violência e devastação da Amazônia brasileira



96

Thiago de Mello

Poemas





Trienal 2005-2007 Os objetivos permanentes da fASE

Missão

A FASE é uma sociedade civil sem fins lucrativos fundada em 1961. Sua missão é contribuir para a construção de uma sociedade democrática através de uma alternativa de desenvolvimento que contemple a inclusão social com justiça, a sustentabilidade do meio ambiente e a universalização dos direitos sociais, econômicos, culturais, ambientais, civis e políticos.

Estratégia

A visão estratégica da FASE para o cumprimento de sua missão passa pela manutenção de quatro programas nacionais geridos por um coletivo de gestores, além de programas regionais espalhados por seis estados brasileiros. Seus programas nacionais são: Agroecologia e Direito à Segurança Alimentar, Direito à Cidade, Direito ao Trabalho e à Economia Popular e Solidária e Amazônia Sustentável e Democrática. Os seis escritórios regionais desenvolvem suas próprias ações, mas também se articulam com os programas nacionais. A FASE está presente nos estados do Pará, Pernambuco, Mato Grosso, Bahia, Espírito Santo e Rio de Janeiro.

Objetivos

Sob o marco estratégico descrito acima, a FASE se propõe os seguintes objetivos gerais: elaborar e difundir programas e plataformas para a construção de um novo projeto de sociedade, fundado num modelo sustentável de desenvolvimento; promover avanços no controle social sobre a coisa pública, na justiça ambiental, na economia solidária, na renda básica cidadã, nas políticas afirmativas e na eqüidade de gênero; elaborar e difundir metodologias para exigir o cumprimento de direitos como forma de redução das desigualdades.

A FASE possui 4 Programas Nacionais: Programa Agroecologia e Direito à Segurança Alimentar, Programa Direito à Cidade, Programa Direito ao Trabalho e à Economia Popular e Solidária e Programa Amazônia Sustentável e Democrática. Acesse o nosso site www.fase.org.br para mais informações.

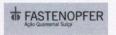
A FASE atua através de 6 Programas Regionais, a saber: Programa Regional Pará, Programa Regional Pernambuco, Programa Regional Mato Grosso, Programa Regional Bahia, Programa Regional Espírito Santo e Programa Regional Rio de Janeiro. Acesse o nosso site www.fase.org.br para mais informações.

Na **FASE Nacional** estão ainda o Núcleo de Relações Internacionais; a Área de Comunicação; o Núcleo de Gênero; o Projeto Direitos Econômicos, Sociais e Culturais; o Serviço de Análise e Assessoria a Projetos SAAP; Projeto Brasil Sustentável e Democrático; Projeto Comércio e Meio Ambiente; a Unidade de Planejamento e Aprendizagem Institucional; a Administração; e os Projetos de Acompanhamento e Avaliação da Rede de Tecnologia Social e do Programa Nacional de Incubadoras de Cooperativas Populares.

Apoio institucional













www.fastenopfer.ch

www.icco.nl www.oxfamnovib.nl



Solidariedade e Educação

Conselho Deliberativo

Titulares

Leilah Landim **Presidente**

Paulo Pena Schultz Vice-Presidente

Décio Lima de Castro 1º Secretário

Leila Linhares Barsted

2ª Secretária

Liszt Benjamin Vieira **3° Secretário**

Suplentes

Neide Esterci Regina Leite Garcia Renato Sérgio Maluf Virginia Fontes <u>Orlando Alves dos S</u>antos Júnior

CONSELHO FISCAL

Carlos Bernardo Vainer Jorge Vicente Muñoz José Moreira Bartholo Ricardo da Gouvêa Corrêa

Diretor ExecutivoJorge Eduardo Saavedra Durão

Diretores de Áreas Temáticas e Programas

Fátima Viana Mello Maria Emília Lisboa Pacheco Pedro Cláudio Cunca Bocayuva



Editorial

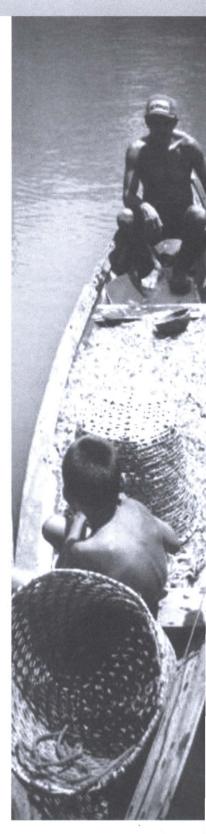
debate sobre os rumos do desenvolvimento na Amazônia continua entre desafíos e dilemas. O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo federal recoloca a região Norte no mapa dos investimentos. Também a Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura do América do Sul (IIRSA) pretende incentivar a dinâmica de desenvolvimento. Estas iniciativas têm em comum uma concepção de desenvolvimento "clássica", englobando grandes empreendimentos, eixos de produção agrícola em grande escala para exportação, e mineração. Integração, nesta perspectiva, significa transformar a Amazônia num espaço similar ao Sul e ao Sudeste do país, numa versão atualizada da noção de "civilizar" ou valorizar a floresta. Esse desenvolvimento e essa integração são feitos sob o lema de "ocupação" da Amazônia. Para os órgãos públicos e do empresariado, a Amazônia ainda é um espaço vazio, a floresta é um obstáculo a remover e suas populações são sobreviventes do passado.

Porém, há a floresta amazônica com seus povos indígenas, ribeirinhos, seringueiros e outros extrativistas, colonos, quilombolas, pescadores e produtores familiares. Esta Amazônia volta à cena com o relatório do Painel Inter-Governamental sobre Mudanças Climáticas da ONU (IPCC), demonstrando que o aquecimento global está a um passo de tornar-se irreversível. A Amazônia poderá conhecer temperaturas de 4 a 8 graus superiores às atuais e ter a maior parte do seu território transformado em savana. A intenção de preservar a floresta é parte da base de um consenso político nacional. Mas ela é delegada ao Ministério do Meio Ambiente. E assim se reproduz a velha dicotomia entre desenvolvimento e preservação. Nos últimos discursos do presidente da República, ficou nítida a idéia de que existe uma oposição entre "meio ambiente + populações locais" e o "desenvolvimento". Vale a pena lembrar que só raramente, nos discursos atuais, são levados em conta os moradores das cidades da Amazônia.

Não parece fácil avançar além destes velhos dilemas. Mas há ainda a continuidade do desmatamento ilegal, saques, conflitos da terra, a negação de direitos aos povos locais, ausência do Estado e um problema fundiário até hoje não resolvido. Completa o cenário a questão internacional: declarações estúpidas sugerem uma internacionalização da Amazônia e provocam reações, algumas das quais feitas para defender interesses identificados com a destruição dos ecossistemas e com a expulsão ou encurralamento das comunidades tradicionais e povos indígenas.

Nesse cenário de desafios e ameaças, o Brasil tem de enfrentar dilemas que são respondidos de forma distinta por pelo menos quatros campos. Um deles advoga a estratégia liberal e renuncia à defesa da Amazônia brasileira como patrimônio do país. O segundo é o campo desenvolvimentista, que reconhece a importância do Estado na região mas reproduz padrões de consumo e produção insustentáveis. O terceiro é um campo de interesses difusos que, com a desculpa do nacionalismo, busca garantir interesses individuais (parlamentares, grupos econômicos, a extrema direita etc.). O quarto grupo ainda é incipiente, mas propõe um Brasil comprometido com o exercício responsável e solidário da soberania nacional, e com a defesa do patrimônio que a Amazônia representa, em linha com o desafio maior de sobrevivência da humanidade e do planeta.

A FASE se identifica com o quarto campo, e considera fundamental dialogar com diferentes propostas. Por nossa crítica e experiência acumuladas, propomos nesta edição uma reflexão mais profunda. Que desenvolvimento queremos para o país? Quais seus conceitos chave? Qual o significado da Amazônia na construção destes conceitos? Como situamos a Amazônia brasileira na integração amazônica e regional? Proposta não tem a pretensão de responder estas e muitas outras questões. Pretendemos participar da construção de um mosaico que talvez reflita melhor a complexidade e a riqueza da sociedade e do bioma amazônicos.







4 Fase

Construir o futuro, corrigir o presente: FSM 2009 na Amazônia



9 / Jean-Pierre Leroy

A Amazônia, sinal da nossa perdição ou esperança de futuro? Segundo ato de uma peça em três atos



16 Antônio Augusto Rossotto Ioris

Amazônia, água e vida



25 Carlos Walter Porto-Gonçalves

O Complexo de violência e devastação da Amazônia brasileira: o caso do sudeste do Pará



33 Alfredo Wagner Berno de Almeida

Uma campanha de desterritorialização Direitos territoriais e étnicos: a bola da vez dos estrategistas dos agronegócios



37 Ronaldo Santos de Freitas

Políticas públicas e mercados institucionais locais um processo de aprendizagem social para o desenvolvimento sustentável



3 Carlos Augusto Ramos

Manejo florestal comunitário: experiências em Gurupá-PA



60 Raul Silva Telles do Valle

Mineração e hidrelétricas em terras indígenas: afogando a galinha dos ovos de ouro



72 Luiz Bressan

Marco legal para energias alternativas nas comunidades amazônicas



78 Guilherme Carvalho

Hidrelétricas no Rio Madeira: as disputas em torno de dois mega-empreendimentos na Amazônia



87 José Carlos Matos Pereira

A feição urbana da Amazônia contemporânea



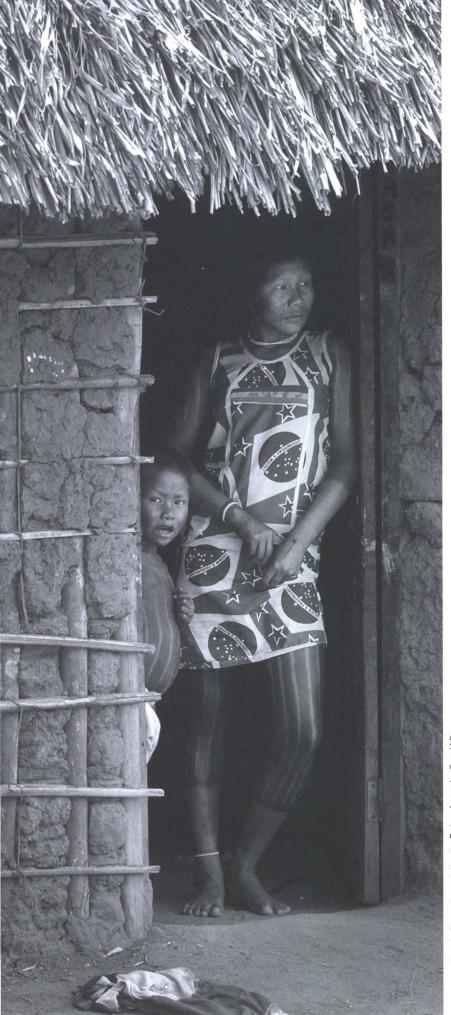
Thiago de Mello

A floresta pede socorro



Jorge Eduardo S. Durão

Projetos em disputa na Amazônia: contradições dos campos políticos e desarticulação dos sujeitos



Construir o futuro, corrigir o presente: FSM 2009 na Amazônia

FASE outubro 2007

Terra Indígena Kayapó (Pará) Foto: Antonio Cruz/ABr

O Fórum Social Mundial é "um espaço aberto de encontro para o aprofundamento da reflexão, o debate democrático de idéias, a formulação de propostas, a troca livre de experiências e a articulação para ações eficazes, de entidades e movimentos da sociedade civil que se opõem ao neoliberalismo e ao domínio do mundo pelo capital e por qualquer forma de imperialismo, e estão empenhadas na construção de uma sociedade planetária orientada a uma relação fecunda entre os seres humanos e destes com a Terra"¹. A escolha da Amazônia para a realização em 2009 do FSM tem tudo para fazer jus à Carta de Princípios do Fórum.

Por ter uma presença de mais de 40 anos na Amazônia brasileira, a Fase - Solidariedade e Educação – tem certeza que o FSM será enriquecedor para os habitantes da Amazônia e para todos os que compartilham da busca por projetos para o presente e o futuro da região. Mas também, ela está convencida de que todos/as os/as participantes do processo que levará ao FSM 2009 e do próprio encontro sairão de Belém com uma compreensão renovada sobre as alternativas necessárias para o mundo e com maior fortaleza na sua construção, pois acreditamos que a Amazônia tem algo a dizer para o mundo e para o FSM.

A luta por uma Amazônia sustentável, solidária e democrática conta com as forças de um conjunto amplo de movimentos sociais, associações, cooperativas e organizações da sociedade civil. Mencionamos, no caso do Brasil, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), o Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), as Federações de Trabalhadores e Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura (FETAG's), as Federações de Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (FETRAF's), o

Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), a Via Campesina (com o MST, a CPT e outros), o Movimento Interestadual das Ouebradeiras de Coco Babacu, os movimentos populares urbanos, de mulheres, de quilombolas, as ONGs, pastorais sociais etc. A quase totalidade dessas organizações e movimentos sociais está articulada em redes e fóruns, como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA-Amazônia), o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), o Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC), o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FORMAD), o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP), o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), os Fóruns Estaduais de Economia Solidária, a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG-Amazônia). Todas essas forças, ao mesmo tempo em que mostram a grande diversidade, a pluralidade e a vitalidade organizativas, sabem dialogar, procuram se unir e constroem alternativas de futuro com justiça socioambiental, que contemplem tanto as aspirações de cada setor quanto reforcem uma visão e um destino comuns.

Essa multiplicidade de organizações reflete uma população e um território muito diversificados. Áreas de conservação integral, florestas nacionais, áreas de uso sustentável, reservas extrativistas florestais e marinhas, terras indígenas, assentamentos, áreas de colonização, terras de quilombos, áreas florestais de gestão sustentável, inúmeras áreas de posse antiga por ribeirinhos e agroextrativistas, posses de pequenos produtores migrantes das últimas décadas; lagos,



Carta de Princípios do FSM, 2001.

igarapés, rios e paranás manejados pelos ribeirinhos; regiões metropolitanas, pequenas e médias cidades, aglomerações urbanas nascidas ao redor de grandes empreendimentos, cidades garimpeiras, cidades ribeirinhas, agrovilas. A população amazônica, mulheres, homens e jovens, em particular os povos indígenas e as populações tradicionais (quilombolas, ribeirinhos e pescadores tradicionais, seringueiros, coletores de castanha e de essências florestais, quebradeiras de coco babacu etc.), representa uma riqueza cultural enorme e um patrimônio incalculável para o Brasil. Não devem ser vistos como sobrevivência do passado, pois se adaptam continuamente e, sendo-lhes propiciadas condições para tal, são totalmente habilitados a serem artífices centrais da construção de um projeto amazônico. Tampouco podem ser vistos sem a sua conexão com as cidades amazônicas. A proximidade e a sensibilidade da major parte dos(as) habitantes das cidades amazônicas com o seu entorno ainda é grande.

Frente ao acelerado desaparecimento da biodiversidade e à crise climática que já começa a provocar situações de injustiça climática que afetam principalmente os mais pobres, a Amazônia aparece como uma das últimas regiões do planeta ainda relativamente preservadas, preciosa tanto para a manutenção da biodiversidade quanto pelo papel que ela tem, positivo, se a floresta for conservada, e negativo, se ela for destruída e queimada, no regime de chuva continental e no clima continental e mundial. Neste sentido, ela deve ser compreendida como algo indispensável à vida da humanidade e, portanto, sua

preservação, bem como a garantia da qualidade de vida de suas populações, são um desafio não somente aos/às brasileiros(as), mas também ao conjunto dos povos do planeta.

Em torno do destino da Amazônia se trava uma das batalhas mais importantes entre os países ricos e os países do sul, numa guerra em que se decidirá o ônus que recairá sobre cada país, na inevitável alocação dos custos da crise ambiental e das mudanças catastróficas do clima mundial. Os Estados mais poderosos, que têm padrões de produção e de consumo insustentáveis, dispondo de enormes recursos financeiros, tecnológicos e militares, em nome do bem comum, não abrirão mão da pretensão de controlar a Amazônia. Tentam reproduzir, à custa dos nossos países, os atuais padrões insustentáveis de existência e as práticas de quinhentos anos de expropriação das riquezas e recursos energéticos dos países da América do Sul.

Contudo, tanto os países que compõem a bacia amazônica quanto seus povos indígenas, as suas populações tradicionais e todos os que vivem na região há décadas, centenas ou milhares de anos, recusam qualquer ingerência externa sobre a Amazônia. A resistência dos povos indígenas e populações tradicionais é fundada na sua convicção de que são eles que cuidam da floresta e da sua biodiversidade até hoje e que, sem eles, ou eles sendo excluídos e marginalizados, a floresta, os cerrados e as águas desaparecerão ou serão empobrecidos. Eles estão nos dizendo que os povos e as



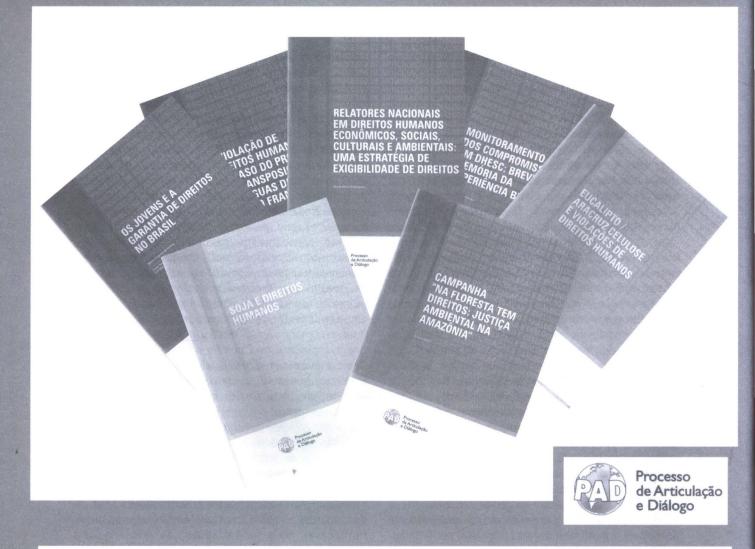
formas de vida que eram considerados, na ótica do chamado desenvolvimentismo, como atrasados ou como meros testemunhos do passado, têm algo a dizer sobre nosso futuro. Eles questionam o sentido desse desenvolvimento, o que é riqueza e o que é pobreza. Por sua grande diversidade, pelas múltiplas formas de manejo dos seus recursos naturais e as formas diversas como entendem o seu futuro, pela multiplicidade e a criatividade das alternativas que estão elaborando e já experimentando, eles nos dizem que o futuro não está num único desenvolvimento, falido, mas em múltiplas formas de vida e de sociedade.

Em nome do desenvolvimento, do progresso e do emprego, a bacia amazônica está sendo aberta à sanha da destruição. Estradas, polidutos, linhas de transmissão de energia elétrica já atravessam a região ou estão sendo projetados para levar as riquezas dos nossos territórios para os mercados mundiais. Acelera-se a construção de barragens hidroelétricas, a exploração do petróleo e do gás, dos minerais, da madeira, de outros produtos florestais e das águas; a pecuária, as culturas da soja e de matéria-prima para agrocombustíveis, (além da soja, cana de acúcar, palma e eucalipto); agroindústrias, siderurgias e usinas de alumínio. Busca-se impor a idéia de que a minoria deve se sacrificar para o progresso geral, e que o meio ambiente não pode barrar o desenvolvimento. Mais: os que destroem conjuntamente o meio ambiente, a biodiversidade e a sociodiversidade, acabando com povos e populações locais, no afã de conservar seus mercados, se arrogam o título de campeões do desenvolvimento sustentável, a partir de massivas campanhas publicitárias. A Amazônia nos convida a desmascarar a ideologia do desenvolvimento.

A bacia amazônica está sendo invadida por um programa posto em obra pelos governos da região e bancos multilaterais, chamado Iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura da América do Sul (IIRSA). A Amazônia é vista por esse programa tanto como obstáculo a ultrapassar para levar produtos e matérias-primas à Ásia, à América do Norte e à Europa pelo Pacífico, pelo Caribe ou pelo Atlântico, quanto como depositária e produtora, ela mesma, de matérias-primas e de commodities. E, junto com elas, exportam-se nossos solos, nossas florestas, nossas águas, o sofrimento e o sangue dos nossos povos e populações. Os/As amazônidas também querem energia, hidrovias e estradas. Também querem ter acesso a bens materiais que os insiram no mundo de hoje, e querem que todos os povos ao redor do mundo tenham o mesmo direito. Sabem que para isso precisa-se de minérios e de indústrias. Mas questionam que as suas riquezas estejam indo embora para o enriquecimento de uma minoria e para a perpetuação de um modelo de produção e de consumo insano.

Os sujeitos econômicos presentes, direta ou indiretamente, na região, nos mostram que o capital internacional anda fregüentemente mancomunado com pessoas e setores econômicos nacionais que mantêm entre nós a mentalidade de aventureiros conquistadores e de senhores de escravos. Debaixo da floresta e nas suas áreas degradadas e desmatadas, grassa a violência roubo e grilagem das terras, expulsões, discriminação e racismo, cerceamento da liberdade, escravidão, assassinatos, etnocídios... Violência que vitima pessoas, comunidades e povos. Como não perceber que, por baixo do ideário do desenvolvimento que a civilização industrial nos promete, continua em curso o mesmo empreendimento de dominação classista e colonial multi-centenário? A nossa vivência amazônica nos ensina que avançaremos no caminho da paz, do respeito aos Direitos Humanos e da igualdade somente quando pudermos construir nas nossas sociedades um outro projeto de futuro do que hoje chamam de desenvolvimento.

A Amazônia é depositária de recursos biológicos e genéticos ainda largamente desconhecidos, mas, sem dúvida, preciosos para a humanidade; e seus povos são detentores de seculares e milenares conhecimentos sobre essa vida. Esses recursos e conhecimentos atraem a cobica das grandes corporações que encabecam a busca implacável pela privatização da vida e dos conhecimentos. Os povos indígenas e, depois deles, a população enraizada na região nos ensinam que a vida é uma dádiva e que somos parte da vida da Mãe Terra. A apropriação privada da vida é inconcebível, pois ela é feita para ser compartilhada. A Amazônia nos convida a recusar firmemente a lógica do mercado, das corporações transnacionais e das instâncias internacionais oficiais a seu servico, e a colocar no centro das suas preocupações a reconstrução do planeta, da humanidade e de novos paradigmas libertários como a solidariedade, a igualdade, o reconhecimento da diversidade, o respeito às diferenças, a responsabilidade, o cuidado. A Fase acredita que a realização do FSM 2009 na Amazônia é uma oportunidade histórica para a renovação das disputas, visões e projetos de futuro entre os que acreditam que outro mundo é possível, e que este outro mundo encontra nos conflitos e nas perspectivas existentes na Amazônia a traducão e síntese de nossos grandes desafios



O PAD – Processo de Articulação e Diálogo entre Agências de Cooperação Ecumênicas Européias e Parceiros Brasileiros produziu esta série de publicações a partir de casos regionais brasileiros significativos, analisados sob a perspectiva dos DHESCA - Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais, apresentados em seu terceiro seminário internacional, que aconteceu no Brasil, em novembro de 2006. Compõem a série os seguintes publicações:

- Campanha "Na Floresta tem Direitos: Justiça Ambiental na Amazônia"
- Soja e Direitos Humanos
- Os Jovens e a Garantia de Direitos no Brasil
- Monitoramento dos Compromissos em DHESC: Breve Memória da Experiência Brasileira
- Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais: Uma Estratégia de Exigibilidade de Direitos
- Eucalipto / Aracruz Celulose e Violações de Direitos Humanos
- A Violação dos Direitos Humanos no Caso de Transposição das Águas do Rio São Francisco

Contato para aquisição: mmelo@fase.org.br



sinal da nossa perdição ou esperança de futuro? Segundo ato de uma peça em três atos*

Jean Pierre Leroy**

^{*} Em homenagem ao jornalista paraense Lúcio Flavio Pinto que escreveu Amazônia. O anteato da destruição. 2ª Ed. Belém, Grafisa, 1977.

^{**} Educador e assessor da Fase, autor de Uma chama na Amazônia. Rio de Janeiro, Vozes, 1991.

A Amazônia representa um formidável patrimônio natural e cultural que a humanidade está herdando. De antemão, parece-me necessário distinguir claramente esse patrimônio e essa herança da esfera dos bens privados que se fazem frutificar e são susceptíveis à negociação no mercado. Por ser distribuída entre vários países que detêm o domínio territorial sobre a região, a Amazônia se distingue da Antártica, dos oceanos e do espaço além da atmosfera. O espaço e os oceanos, à exceção das plataformas continentais, são declarados "patrimônio comum da humanidade" . A Antártica, por sua vez, é regida por um tratado (1961) completado pelo Protocolo de Madrid (1991), ao qual aderiram mais de quarenta e cinco países, que "consagra o continente à paz e à ciência, proibindo qualquer atividade militar... e a exploração dos seus recursos minerais"². No entanto, a Amazônia, por sua diversidade biológica e genética, por sua importância na manutenção do clima mundial, pela diversidade e riqueza cultural dos seus povos, há de escapar a qualquer privatização ou intento de apropriação privada porque ela é parte insubstituível da sustentação da vida no planeta. Como parte da nossa casa, o nosso οίκος³ deveríamos ter para com a Amazônia o mesmo carinho que temos para as coisas que nos são caras.

Num mundo em que a responsabilidade humana se estende ao conjunto do planeta, a ética se estende, segundo o filósofo alemão Karl-Otto Apel, à "macroesfera", às dimensões do mundo, terceira dimensão da cidadania universal⁴. Por isso, a Amazônia faz parte da minha casa, como da sua. Porém, quem cuida são suas "comunidades", por elas e por nós, o que faz com que, para nós, cuidar da Amazônia seja cuidar dos seus habitantes.

O persistente imaginário mítico da natureza intocada doravante coabita com a consciência que a floresta amazônica e seus múltiplos ecossistemas estão sendo ameacados. Limito-me agui ao exemplo da Amazônia brasileira. O processo de apropriação, privada ou pública, dos recursos da região para o enriquecimento das metrópoles (mais Inglaterra do que Portugal, no caso do Brasil) tem a idade da colonização: mais de 500 anos. Começou com as "drogas do sertão" e conheceu seu apogeu com a borracha. Hoje, os empreendimentos pecuária, exploração da madeira, cultura de grãos, a soja em particular, e agora a cana de açúcar; exploração do petróleo e hidroelétricas; mineração e metalurgia; estradas apresentam características diferentes. Eles são os instrumentos de um projeto de inserção definitiva da região num determinado modelo de desenvolvimento nacional, embora a região ainda seja considerada como essencialmente provedora de matérias primas.

Os ciclos de exploração dos recursos amazônicos, até os anos 60 do século XX, exigiam a preservação da floresta.



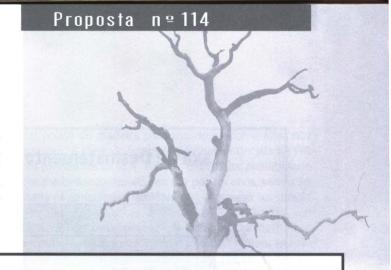
¹ Sobre o espaço: tratado de 27/01/1967, anexo à Resolução 2222(XXI) da Assembléia Geral da ONU, 19/12/1967 e Resolução 34/68 da Assembléia Geral de 05/12/1979. Sobre o mar: Convenção de Genebra sobre o Alto Mar, de 29/04/1958 e Convenção da ONU sobre o direito ao mar (1982), ratificada em 16/11/1994. Ver S. Sucharitkul. Evolution continue d´une notion nouvelle: le patrimoine commun de l´humanité. In: http://www.fao.org/docrep/s5280T/s5280t14.htm

² KOPP, Dominique: Début de guerre froide sur la banquise. Le Monde Diplomatique. Setembro 2007.

³ Um oikos (grego: οίκος, plural: οίκοι) é o equivalente de "casa", conjunto de bens e pessoas, na Grécia antiga.

⁴ APEL, K.O. Sur le problème d'une fondation rationnelle de l'éthique à l'âge de la science. Presses Universitaires de Lille, Lille, 1987.

Hoje, na sua quase totalidade, os empreendimentos demandam ou são acompanhados da derrubada da floresta. A Amazônia brasileira compreende 5.217.423 Km2; entre 3.500.000 e 4.092.000 Km2 de floresta segundo os autores; entre 847.000 e 1.500.000 Km2 de cerrado⁵ e 90.000 Km2 de água⁶.





Amazônia Brasileira: 80% da Amazônia Sul-Americana Amazônia Legal: 58.8% do território brasileiro

58,8% do território brasileiro 67% dads florestas tropicais do mundo

Dados da Biodiversidade*

Insetos: 10 a 15 milhões

Plantas: 22% das espécies conhecidas **Água:** 20% da água doce do planeta

Mamíferos: 524 espécies

Anfíbios: 524 especies
Anfíbios: 517 espécies
Pássaros: 1.622 espécies
Répteis: 468 espécies
Peixes: 3.000 espécies

* Os dados são estimados

www.bcdam.gov.br

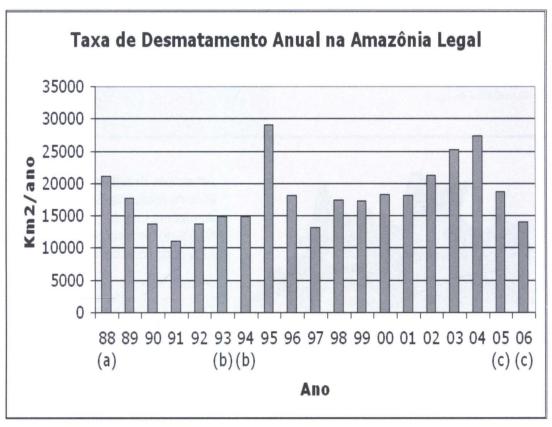
A tabela mostra a evolução dramática do desmatamento florestal, que destruiu mais de 400.000 Km² de floresta. Mantém-se numa média acima de 15.000 quilômetros anuais desde 1988, com picos de 29.059 em 1995 e de 25.282 em 2003. Vale notar a redução para 14.039 em 2006, graças em parte à redução de preço das commodities (soja e carne) no mercado mundial e em parte à ação repressiva do governo federal. Ainda é muito. Ademais, os projetos de investimentos, no quadro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), lançado em 2007 pelo governo federal⁷, e o boom dos agrocombustíveis podem reverter esse quadro.



⁵ Ecosistema brasileiro aparentado à savana, presente em algumas partes da Amazônia e ao sul da floresta.

⁶ PASQUIS, Richard et alii: As Amazônias. Uma visão dos atores. Primeiros resultados. Brasília, Centro de Desenvolvimento sustentável -UNB, Mimeo, 2002.

www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2007/r220107-PAC.pdf



Instituto Especial de Pesquisas Espaciais http://www.obt.inpe.br/prodes/prodes 1988 2006.htm

As consequências para o Brasil e para o mundo são graves. Os 22% de plantas conhecidas provêm da região. Não é, portanto, esdrúxulo considerar que conservar a biodiversidade da Amazônia é importante para a segurança alimentar e da saúde no futuro. Apesar disso, o tema da biodiversidade não sensibilizou a opinião mundial como o conseguiu a crise climática, muito mais visível e, de fato, nesse quesito, o bioma amazônico tem uma importância ímpar. De acordo com Antônio Nobre, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a floresta amazônica funciona como uma reguladora do clima. "O sistema climático da América do Sul depende umbilicalmente da Amazônia. Ao destruirmos a mata para a agricultura, por exemplo, estamos dando um tiro no pé porque vai acabar faltando água para as plantações no futuro"8 . A América ao norte da Amazônia seria também afetada. Menciona-se, embora haja controvérsias, a captura de carbono pela floresta amazônica. Segundo Paulo Moutinho e Marcio Santilli, estudos recentes mostram que 'a floresta está ainda crescendo'. Ela é capaz de absorver 6 bilhões de toneladas [de carbono da atmosfera por ano], o equivalente a 10% da fotossíntese das terras do mundo"9.

Porém, essa capacidade é anulada pelo desmatamento e pelo fogo, pela produção de CO² e de metano devido à criação de gado e às barragens. Segundo Moutinho e Santilli, "estima-se que entre 10 e 35% das emissões globais [dos gases produtores do efeito-estufa, em particular o CO²] seja oriunda do desmatamento tropical" No Brasil "as emissões por desmatamento correspondem a 70% do total de emissões de carbono, 30% vindo da queima de combustíveis fosseis" , o que faz com que o Brasil se situe no pelotão de frente dos poluidores mundiais.



⁸ Ambiente em Foco. 15 Abril, 2007 - 07:24h ROCHA, Délcio: http://www.ambienteemfoco.com.br/?p=3594

⁹ MOUTINHO, Paulo e SANTILLI, Marcio. Submissão Internacional à UNFCC/SBSTA. Redução de emissões de GEE oriundas do desmatamento nos países em desenvolvimento. Instituto de Pesquisas Ambientais da Amazônia Ipam. P.3 http://unfccc.int/essential_background/library/items/3599.php?rec=j&priref=500003411

¹⁰Id. P.3

¹¹Id. P.5

Tragédia? Nem tanto, pensam os setores econômicos dominantes. Conforme a lógica da economia mundial, os recursos naturais dos nossos países devem servir à realização do capital e nossos recursos serem transferidos para os consumidores do norte global. "Norte" do mundo. Prevalece uma economia exportadora de commodities (produtos agropecuários, minerais etc.) e, embutidos neles, os nossos recursos naturais: solos, água, biodiversidade que se vão desaparecendo. Bens comuns não entram, senão marginalmente, no vocabulário do mercado, mas são precisamente o que "exportamos" ao exportar commodities e "melhorar" a balança comercial. Potencialmente, todo o território brasileiro é susceptível de apropriação privada e de exploração econômica, e os que estão na frente desse movimento de séculos em direção às fronteiras do país e mais além, instalando-se em particular no Paraguai e na Bolívia, não consideram que a Amazônia seja uma exceção. Vale notar que os progressos agronômicos fizeram com que terras que, há pouco tempo, não eram consideradas aptas a produzir, hoje estão sendo incorporadas à agricultura. Comunidades rurais/florestais, quando não deixam seu lugar de morar e de produzir, pela persuasão ou pela força, ficam estranguladas, simbolicamente cercadas e materialmente confinadas.

A imagem do cercamento é interessante. As leis inglesas que, entre 1760 e 1840, impuseram o cercamento (enclosure) das terras rurais e acabaram com o seu uso comum, promoveram no mesmo movimento a (re-) concentração da propriedade. Ser proprietário era ter terras cercadas. Há mais de trinta anos, quem visitasse comunidades rurais no interior do Maranhão. Estado federal nordestino, podia perceber que não eram os latifúndios que estavam cercados, mas as minúsculas roças de mandioca, de arroz e de feijão dos pequenos produtores, que se protegiam com toscas cercas da criação extensiva, o gado. Agora, os pecuaristas praticam a criação intensiva, voltada para a exportação e cercam as suas pastagens. Por outro lado, os produtores de grãos, de cana, de eucalipto ou de algodão já não precisam de cercas, como na época do cercamento das terras comuns da Inglaterra no século XVIII. Hoje em dia, ao que parece, até o espaço mesmo lhes pertence.

Tomemos o exemplo do planalto santareno, situado nos municípios de Santarém e Belterra, na região do rio Tapajós, oeste do Estado do Pará. Migrantes nordestinos, em boa parte remanescentes do ciclo da borracha, agrupados em pequenos povoados, desenvolveram uma agricultura de subsistência diversificada que abastecia o mercado local. Ao redor de suas propriedades ou posses, havia ainda matas e capoeiras que asseguravam a caca,

um pouco de madeira para uso doméstico e água nos igarapés. A chegada à região, no final da década de 90, dos produtores de soja, atraídos pela maior proximidade dos mercados consumidores, em poucos anos, varreu do mapa os agricultores familiares e a paisagem construída por eles. Entre outras, a Comunidade de Tracuá, em Belterra, de uma dezena de famílias, praticando a agricultura tradicional e diversificada, tentou resistir. Aplicações constantes de agrotóxicos atingiram seu ar, suas águas, suas abelhas, suas árvores frutíferas e suas plantações, afetando a sua saúde e sua renda. Uns partiram. A soja os cercou. A escola fechou. O transporte se rarefez. A última família acabou indo embora em 2006 para a periferia de Santarém. Uma paisagem complexa transformou-se em uniformidade rasteira. Nasce o "deserto verde", tal qual o nome que se deu às regiões onde se estende a cultura do eucalipto.

Transportemo-nos da "terra firme" para a Amazônia das águas e das várzeas. Rios, igarapés, paranás e lagoas, ao longo do tempo, foram objeto de pesca predatória e, mais recentemente, atraíram a cobiça da chamada pesca industrial ou empresarial. Progressivamente, desde a década de 80, comunidades ribeirinhas passaram a redigir e pactuar leis que regulam o acesso às áreas de pesca e a pesca ela mesma: as épocas de pesca, as áreas proibidas, o tamanho e o tipo das capturas, a quantidade para a alimentação familiar ou para a venda, o acesso por estranhos. Hoje, essas normas, que nasceram das comunidades, foram retomadas parcialmente pelo poder público. A rarefação de certas espécies tais como o pirarucu¹² e a necessidade de aumentar a renda familiar levaram a um manejo mais técnico.

Tradicionalmente, para as populações ribeirinhas ainda mais do que para a população nordestina, as atividades de reprodução familiar estão organizadas em torno do rio ou da lagoa, da beira do rio, onde têm suas roças individuais, e da mata, de acesso comum, mas quase tão controlado quanto o acesso às águas. Se as culturas de grãos e da cana ainda estão no início, as madeireiras e a pecuária de longa data recortam a floresta e dificultam o acesso dos pequenos produtores e agroextrativistas a ela.

O pirarucu (Arapaima gigas) é um peixe da Bacia Amazônica, mais especificamente nas áreas de várzea, onde as águas são mais calmas. Vive em lagos e rios de águas claras e ligeiramente alcalinas com temperaturas que variam de 24° a 37°C, não sendo encontrado em zona de fortes correntezas e águas ricas em sedimentos. È é um dos maiores peixes de água doce do mundo. Seu nome vem de um termo indígena: "pira", que significa peixe e "urucum", vermelho, devido a cor de sua cauda. Antes da sua pesca predatória, era chamado "o bacalhau do pobre".

O complexo agroindustrial (a agricultura empresarial e as empresas a montante e a jusante da produção) hoje tem um aspecto "totalitário". Ele não tolera a convivência com outras formas de vida e de produção. Paul Nicholson, da Via Campesina, empregava esse epíteto ao falar da soja transgênica¹³. O uso das colhedeiras, dos silos e dos sistemas de transporte faz com que não se possa garantir que não haverá contaminação. Pior será com o milho devido a sua forma de polinização. Vimos aqui que esse "totalitarismo" tem mais facetas. Não permite a convivência com outras formas de vida rural e florestal. Se a pecuária mantém as cercas para proteger seu precioso gado, a exploração da madeira e a agricultura prescindem

de cercas, pois todo o espaço lhe pertence. Quem fica cercado, encurralado, sem ter para onde fugir, são as populações de pequenos produtores e de agroextrativistas e os povos indígenas. Sem essas comunidades não há quem proteja os bens comuns para todos nós.



Depoimento colhido por ocasião de uma mesa sobre Soberania Alimentar e Biodiversidade, realizada em Curitiba, durante a COP 8, em 2006.







Trabalho escravo: suspensão nas fiscalizações

A Comissão Pastoral da Terra divulga Nota Pública denunciando a pressão do agronegócio na flexibilização do combate ao trabalho escravo.

Relata a decisão da Secretaria de Inspeção do Trabalho de suspender, por prazo indeterminado, todas as fiscalizações de denúncias de trabalho escravo no país.

Leia a íntegra da Nota Pública com comentários de Jean Pierre Leroy e Fernanda Giannasi, Auditora-Fiscal do Ministério do Trabal...

> ler tudo

Co-incineração de resíduos perigosos

Leia a íntegra do relatório da Oficina sobre Co-incineração de Resíduos Perigosos em Fornos de Cimento, realizada em agosto de 2006 no Rio de Janeiro.

O relatório adverte que não existem garantias de que as atividades de coincineração estão sendo feitas de forma adequada no Brasil e, portanto, estariam expondo sociedade e meio ambiente a diferentes tipos de riscos.

> ler tudo

Mapa de Racismo Ambiental no Brasil

Apresentado dia 20 de junho de 2007, no Encontro do GT Racismo Ambiental, o levantamento inicial do "Mapa de Conflitos causados por Racismo Ambiental no Brasil" já está diposnível em formato PDF. De acordo com o que foi decidido no Encontro do GT, ele servirá de base para que os grupos que estão articulando nos diferentes estados corrijam, complementes e, acima de tudo, garantam a continuidade do trabalho > ler tudo

AGENDA Dezembro D S T Q Q S S 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 : AGENDA COMPLETA :: BUSCA :

Q STREET, STRE

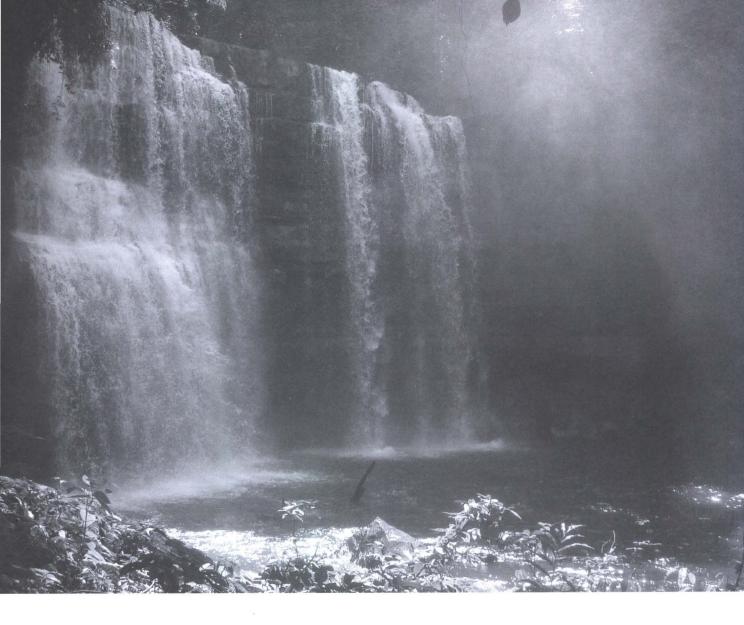


Apoio ao Quilombo da Marambaia

Foi publicado, e em seguida anulado, Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do quilombo da Marambaia - fruto de uma árdua mobilização cercada de impedimentos e violações de direitos humanos. A anulação

Rede Brasileira de Justiça Ambiental

www.justicaambiental.org.br



Amazônia, água e vida

Antônio A. R. Ioris*

^{*} Professor (lecturer) do Departamento de Geografia e Meio Ambiente, Universidade de Aberdeen, Reino Unido; E-mail: a.ioris@abdn.ac.uk



O mundo das águas

As características e as dimensões da Bacia Amazônica foram sempre uma fonte inigualável de vida e de história. Em 1542. Francisco de Orellana, o primeiro explorador europeu que se aventurou das nascentes à foz, batizou o rio principal com a mitologia de suas mulheres guerreiras: Rio Grande das Amazonas. Desde então, quanto mais se sabe sobre as águas, maior é o deslumbramento. Com mais de mil afluentes irrompendo dos dois hemisférios da Terra, o grande rio lança ao mar 15,5% de toda a vazão do planeta. A média anual chega a 209.000 m³/s, sendo que 64% dessa vazão têm origem dentro das fronteiras brasileiras¹. Os afluentes descem das serras e dos planaltos para invadir uma imensa planície com altitudes que não ultrapassam 200 metros acima do nível do mar. As baixas latitudes garantem um fluxo constante de energia solar ao longo de todo o ano, o que alimenta um poderoso ciclo hidrológico. Altas taxas de energia e umidade oferecem condições incomparáveis para o desenvolvimento de ecossistemas exuberantes. A principal formação vegetal, chamada de floresta ombrófila densa, cobre solos geralmente intemperizados e pobres em minerais, valendo-se da reciclagem de nutrientes e da abundância de água para sua sobrevivência.

A interação entre regime hidrológico e comunidades biológicas é tão estreita que, ao longo do tempo, o próprio desenvolvimento da floresta passou a influenciar o clima. Estima-se que a média de precipitação seja de 2.400 mm/ano, mas que, desse total, 1.382 mm/ano voltem para a atmosfera na forma de evapotranspiração². A floresta, portanto, não é somente conseqüência do clima, mas as condições climáticas dependem, em grande medida, da cobertura florestal. Isso significa que, apesar da grande quantidade, não existe sobra de água na

Amazônia, uma vez que a manutenção do ecossistema depende da água disponível. Da mesma forma, a evolução da natureza amazônica contou também com a ação de grupos sociais que, criativa e gradativamente, alteraram a composição das florestas, campos e várzeas, da mesma forma que modificaram os mananciais de superfície como paranás, igarapés, lagos, além dos próprios rios. O universo que resulta desse 'metabolismo' permanente entre sociedade e natureza tem a água com um elemento vital e integrador. A paisagem socionatural da Amazônia não é externa à atividade social, mas foi intensamente vivenciada pelos ancestrais e deixada às atuais gerações como a encarnação de sua experiência temporal, com um verdadeiro monumento da continuidade da vida.

Apesar de ser a "Pátria das Águas" (conforme denominação precisa do poeta Thiago de Melo), as pressões do desenvolvimento econômico têm cada vez mais comprometido a base ecológica e social da Amazônia. Os problemas de uso e conservação das águas são parte de uma destruição que atende a interesses políticos e econômicos de curto prazo. A característica básica do modelo de 'desenvolvimento' imposto à Amazônia é a expulsão da floresta para ceder lugar à agricultura, à exploração hidrelétrica e à mineração



¹ Braga, B., Salati, E. and Mattos de Lemos, H. 1999. Sustainable Water-resources Development of the Amazon Basin. In: **Management of Latin American River Basins: Amazon, Plata and São Francisco**. United Nations University Press: Tokyo. pp. 3-47.

² Salati, E. 1985. The Climatology and Hydrology of Amazon. In: **Amazônia**. Key Environments. Pergamon Press: New York. pp. 18-48. Pesquisas mais recentes indicam que a reciclagem da precipitação parece ser menor (entre 20-30%), o que, ainda assim, é um percentual significativo e que influencia o clima de grande parte da América do Sul.

(discutidas a seguir). A remoção da floresta invariavelmente leva à degradação dos cursos de água, ao mesmo tempo em que a construção de barragens ao longo dos rios tem impactos negativos sobre a natureza e as populações locais. A 'investida' contra a Amazônia é apenas a etapa avançada de um regime econômico antihumano e anti-ambiental, enfim, anti-ecológico, o qual, no restante do país, consolidou desigualdades sociais profundas, demonstradas na crescente miséria das periferias urbanas e na crônica pobreza do campo. A diferença entre a destruição da Amazônia e o que acontece nas outras regiões é, por um lado, a velocidade com que os ecossistemas são convertidos em lucros transitórios e, por outro, a enormidade das chagas socionaturais deixadas pelo 'progresso'.

Crescimento econômico e degradação das águas

Se entendermos a exploração das Américas como cinco séculos de um grande experimento da história humana, podemos afirmar que a Amazônia, nas últimas cinco décadas, representou o principal 'laboratório de testes' da tecnocracia brasileira. As aberrações tecnocráticas começaram ainda nos primeiros anos da ditadura militar, quando uma região que compreende 54,4% do território brasileiro e encerra 78% da reserva de água doce nacional foi julgada culpada pela sua geografia e condenada a passar por um processo de domesticação chamado 'desenvolvimento'. Ao invés de preservar os ecossistemas e os recursos naturais, que são a base fundamental da riqueza regional, o 'desenvolvimento' foi promovido como um ataque frontal à estabilidade natural e às populações locais. Atuando através de planejamento centralizado e corrupção sistêmica, os militares liberaram forcas que, logo em seguida, fugiram ao seu controle... e "a Amazônia começou seu apocalipse"³. A incorporação da região ao modelo econômico hegemônico foi um processo profundamente ideológico, formulado pelo governo brasileiro e estimulado por organizações financeiras internacionais. Entre as várias atividades que passaram a receber incentivos governamentais diretos ou indiretos, a história demonstra que a agricultura predatória e de curto prazo (chamada de 'agricultura moderna') tem o maior poder de devastação. A abertura de fazendas na Amazônia foi estimulada não somente por benesses fiscais, mas por uma legislação que equivocadamente considera a remoção da vegetação como melhoramento da propriedade.

Incentivada pelas políticas governamentais inconsequentes e por ganhos econômicos imediatistas, a

expansão agrícola na Amazônia produziu um dos maiores processos de privatização de terra da história da humanidade, o que não é apenas uma tragédia social pela perda de recursos de uso comum e proletarização das populações locais, mas se configura também em uma tragédia ecológica de proporções planetárias. Novas fazendas comecaram a ser abertas a partir de 1966, especialmente ao longo das rodovias Belém-Brasília, da malfadada Transamazônica, da BR-364 (Cuiabá-Porto Velho, onde mais de 160.000 agricultores foram atraídos a cada ano durante a década de 1980) e da BR-163 (Cuiabá-Santarém, em processo de pavimentação, o que ameaça acelerar ainda mais a ocupação agrícola). A partir da década de 1990, contando com novas tecnologias agronômicas, os fazendeiros passam a depender cada vez menos de incentivos diretos do governo para expandir a produção de grãos e de carne na Amazônia⁴. Uma melhor infra-estrutura de transporte, o que inclui a navegação fluvial, especialmente a partir do porto de Santarém, passou também a viabilizar a exploração de áreas ainda mais remotas.

Como o objetivo é obter lucro o mais rápido possível, a agricultura se expande através do corte brutal da floresta, seguido do uso do fogo para 'limpeza' das glebas. Árvores centenárias, que serviam de habitat para uma inumerável quantidade de plantas, insetos, aves e outros animais, são desprezadas e queimadas como se fossem palitos de fósforo. Com a remoção da floresta, em poucos anos o solo perde a fertilidade natural e fica exposto a processos erosivos significativos. Da mesma forma, o desmatamento produz alterações marcantes no ciclo hidrológico, uma vez que a floresta servia como proteção do solo durante a estação chuvosa e reserva de água para a estação seca. Sem a floresta, as vazões aumentam durante o período chuvoso e se reduzem durante o período seco. Ao longo dos anos, com menores concentrações de vapor na atmosfera, há a tendência de diminuição progressiva da precipitação anual5. É



³ Hecht, S. and Cockburn, A. **The Fate of the Forest. Developers, Destroyers and Defenders of the Amazon.** Verso: London and New York. p. 122.1989.

⁴ Até 1991 o governo brasileiro oferecia diversas formas de incentivo e subsídio direto para interessados em 'produzir' na Amazônia. Desde então, os incentivos se transformaram em apoio indireto. Provavelmente, a maior forma de incentivo hoje seja a tolerância do Estado com práticas de desmatamento e destruição ambiental ilegais, expressa na incapacidade dos órgãos de fiscalização.

⁵ A relação entre desmatamento e diminuição da precipitação, chamada de dissecação, foi inicialmente descrita por Teofrasto ao redor do ano 300 AC (cf. Grove, R.H. 1995. **Green Imperialism**. Cambridge University Press).

importante reconhecer que o cálculo do balanço hídrico da Amazônia não é um exercício trivial para os modelos hidrológicos hoje disponíveis, sendo particularmente difícil de se demonstrar a correlação entre o desmatamento, variações na precipitação e na vazão dos rios⁶. Apesar de tais dificuldades técnicas, existem indícios claros de alterações no ciclo das águas em bacias hidrográficas severamente desmatadas na parte sul da Amazônia. Novas pesquisas deverão confirmar e aprofundar o entendimento da relação entre desmatamento e variabilidade hidrológica.

A major parte do desmatamento se concentra nos estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, onde grandes e médias fazendas respondem por aproximadamente 70% da floresta removida. O restante do desmatamento é causado por pequenos produtores que geralmente chegam à Amazônia depois de serem expulsos do sertão nordestino ou dos latifúndios do centro-sul. A perversidade do modelo macroeconômico brasileiro faz com que exista uma relação estreita entre aceleração da economia e desmatamento na Amazônia. Entre os anos 1989 e 1994 houve um declínio na taxa de desmatamento em razão basicamente da crise pós-Plano Cruzado. Com a estabilidade monetária oferecida pelo Plano Real, o ano de 1995 atingiu o maior pico de desmatamento da história amazônica. Em agosto de 2007, o Ministério do Meio Ambiente anunciou uma desaceleração do desmatamento de 25% entre 2005 e 2006, o que infelizmente indica que a agressão continua, apenas a taxas circunstancialmente menores. Os produtores de carne têm aproveitado o crescimento do mercado interno e a crescente demanda por proteína animal nos países que passam a se incorporar ao mercado globalizado para expandir a produção pecuária na Amazônia (o consumo de carne per capita no Brasil é de 38-40 kg/ano, mas é um setor com uma alta elasticidade de renda; isso significa que, se houver um aumento anual no PIB de 2%, o consumo aumentará em 1 kg/habitante por ano).

Curiosamente, os pecuaristas, responsáveis pela maioria do desmatamento, vêm incorporando elementos do discurso ambientalista como justificativa para a atividade pecuária na Amazônia. Cada vez mais se enfatiza o papel do chamado 'boi verde', ou seja, a produção de gado em pastagens extensivas com um manejo zootécnico mínimo, suplementação mineral e controle sanitário. Na verdade, tais práticas constituem o padrão tecnológico atualmente adotado na maioria das fazendas. Apenas se acrescentam as expressões 'boi verde' ou 'carne orgânica' para diferenciar a produção pecuária brasileira, basicamente a pasto, da produção intensiva praticada em outros países (teoricamente, mais sujeitas a doenças causadas pela

produção intensiva e confinada, como a 'doença da vaca louca'). Apesar da aparente 'conversão' dos pecuaristas às causas ecológicas, a produção pecuária causa sérios impactos ao solo, à flora e fauna e, principalmente, aos recursos hídricos⁷. A falácia do 'boi verde' demonstra como somente com um aumento de eficiência e modernização produtiva não há como resolver os problemas de gestão de águas, uma vez que se ignoram as questões políticas e sociais que levam à degradação ambiental.

O segundo processo de apropriação e degradação das águas amazônicas a servico do 'desenvolvimento' é a construção de barragens para geração de energia hidrelétrica. Tendo em conta as particularidades da região, em especial as extensas planícies, construir barragens seria uma iniciativa altamente temerária. Mas quando se soma a isso um processo político autoritário, conhecimento científico limitado, interesses financeiros e corrupção generalizada, tem-se uma receita prefeita de desastre... Assim tem sido a experiência de geração de energia hidrelétrica na Amazônia. Os primeiros projetos foram Coaracy Nunes, no Amapá, e Curuá-Una, no Pará, mas o pior exemplo de incompetência foi Balbina, uma usina que abastece Manaus com baixíssima eficiência de geração em relação à área alagada (0,11 MW/km2 em 4.438 km2 alagados). Já os maiores impactos ocorreram em Tucuruí, onde 2.430 km2 de floresta foram alagados e mais de 33.000 pessoas (além da população indígena) tiveram que ser reassentadas⁸. A barragem de Tucuruí inundou parte de três áreas indígenas (Parakanã, Pucuruí e Montanha), o que foi somado ao impacto das linhas de transmissão e da mudança do percurso da rodovia Transamazônica para acompanhar a margem ocidental do reservatório. Como em tantos outros casos na história



⁶ A Bacia Amazônica tem uma hidrologia particularmente complexa em razão de um relevo extenso, muito plano e com um mosaico de coberturas vegetais. O cálculo da variação hidrológica precisa levar em conta não somente a extensão, mas também a distribuição espacial das áreas desmatadas.

⁷ Mesmo sendo denominada como 'carne orgânica', a produção moderna de gado consome volumes de água de mais de uma ordem de magnitude em comparação com sistemas de cultivo tradicional. Além do desmatamento, que altera o ciclo hidrológico, e da poluição dos corpos d'água, a produção pecuária demanda grandes volumes de água: em termos médios, é preciso entre 50.000 e 100.000 litros de água para se produzir um quilo de carne (i.e. água consumida pelo animal e, principalmente, pela pastagem). Isso significa que, quando se exporta carne, também se comercializa o que os economistas chamam de 'água virtual' (importante notar que, ao necessitarem de grandes quantidades de água, as mercadorias agrícolas 'virtualmente' drenam a própria sobrevivência da Amazônia).

⁸ A construção de Tucuruí II aumentará a área alagada para 3.014 km2.

brasileira, os grupos indígenas perderam suas terras ancestrais e passaram a sentir na pele a arrogância e o descaso das políticas de 'desenvolvimento'. O lago artificial de Tucuruí levou à extinção de diversas espécies biológicas e à proliferação de doenças de veiculação hídrica. Nos primeiros anos, o lago apresentou péssima qualidade da água em razão da decomposição anaeróbica da vegetação e do uso criminoso de herbicidas, somados à estratificação térmica e química da água. Muitos desses problemas ainda continuam sem solução.

Apesar dos erros do passado, a ameaça de exploração hidrelétrica da Amazônia nunca esteve tão em pauta como agora, já que a região alegadamente detém cerca de 50% do potencial elétrico nacional. O Plano 2010 da Eletrobras prevê 297 locais aptos para instalação de novas usinas hidrelétricas no país, só na Amazônia deverão ser construídas 79 delas. As duas principais áreas de expansão estão localizadas no Rio Madeira e formadores do Tapajós, e nos Rios Xingu e Tocantins. Na Bacia do Madeira, depois de uma longa disputa política, as usinas de Jirau e Santo Antônio receberam licença prévia de instalação em julho de 2007, aceitando o alagamento de 529 km2 (ver abaixo). Na Bacia do Xingu, apesar de ter sido aprovada pelo Congresso Nacional em 2005, continua a polêmica em relação à Barragem de Belo Monte. Desde 1989, a população de Altamira e os indígenas mantêm uma resistência organizada e bastante influenciada pela traumática experiência com Tucuruí. Em razão dos protestos, o desenho inicial foi alterado e a área a ser alagada diminuiu de 6.000 km2 para 400 km2. Contudo, persiste a grande desconfiança de que o projeto total envolveria outras barragens a montante de Belo Monte. Existe a suspeita que esse projeto megalomaníaco, o terceiro maior do planeta, teria o objetivo de não somente gerar energia elétrica, mas também facilitar a atração de mais agricultores para a Amazônia Oriental. Outras atividades estariam sendo planejadas em função de Belo Monte, como um acordo com investidores chineses para instalar uma usina de alumínio na região de Barcarena (Pará). Fica mais uma vez demonstrado como o aproveitamento das águas da Amazônia torna-se cada vez mais integrado às desigualdades e distorções da globalização econômica.

Além da agricultura e das hidrelétricas, a mineração e o garimpo são intervenções que também causam impactos consideráveis sobre as águas da Amazônia. O maior projeto de mineração, Carajás, consumiu US\$ 62 bilhões para permitir a extração de ferro, ouro, níquel, cobre, manganês e bauxita, mas as repercussões ambientais incluem também a exploração florestal e agrícola, fazendo com que as repercussões de Carajás se estendam por mais

de 10% do território nacional. Da mesma forma, a mineração de bauxita no Rio Trombetas tem sido responsável pela deterioração da qualidade da água em função da lavagem de efluentes tóxicos. Há também denúncias de que a exploração de petróleo em Urucu e Juruá vem lançando rejeitos oleosos nos rios e causando poluição pelo rompimento de tubulações. O garimpo existe na Amazônia desde o século 17, mas aumentou exponencialmente a partir da promoção das políticas desenvolvimentistas nos anos 1970. Tanto o garimpo de fundo de rio, quanto o garimpo nos barrancos dos igarapés causam intensa sedimentação e, consequentemente, aumento da turbidez da água e impactos sobre comunidades aquáticas. Além de sedimentos, entre 100 e 130 toneladas de mercúrio metálico são anualmente utilizadas para extração artesanal de ouro e depois lancadas no ar e nos rios da Amazônia. A contaminação causada pelo garimpo se soma ao mercúrio do solo liberado pelo desmatamento. No ambiente, mercúrio metálico torna-se metilmercúrio, uma substância extremamente tóxica e que se acumula na cadeia alimentar. Como o consumo de peixes é a principal fonte de proteína para a população regional, existem indícios preocupantes de contaminação humana por mercúrio, especialmente pelo consumo de espécies carnívoras, como piranha e tucunaré.

Outro problema cada vez mais agudo é a crescente urbanização da Região Amazônica sem as mínimas condições de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Em termos comparativos, a região tem uma densidade demográfica relativamente baixa (5 habitantes/km2), mas isso não diminui o impacto ambiental causado pelas aglomerações urbanas (a população total da Amazônia chegou a 22,5 milhões em 2004, sendo que aproximadamente 73% estão concentrados em centros urbanos). Segundo dados oficiais, o abastecimento de água serve 63% dos amazônidas e, mais grave, o serviço de esgoto está disponível a apenas 9% dos habitantes. Isso significa que quase todo o efluente de esgoto é lançado sem tratamento e diretamente no meio ambiente. O caso mais grave é Manaus, uma cidade que em poucos anos cresceu 15 vezes e hoje comporta 1,5 milhão de habitantes, muito em razão dos subsídios que movimentam a Zona Franca. O ritmo desenfreado de crescimento, somado à ausência de planejamento urbano, tem levado a uma ocupação crescente de margens de igarapés. Os moradores não têm alternativa senão o lançamento de esgoto nas águas próximas de suas residências, que ficam cada vez mais contaminadas por metais e coliformes fecais. Por outro lado, são inúmeros os bairros da cidade de Manaus que não têm água encanada ou onde a água

chega aos domicílios de forma irregular e com péssima qualidade. Não pode haver prova mais contundente da patologia do crescimento econômico do que haver escassez de água no coração da Amazônia... À qualidade precária do serviço público, somam-se interesses políticos e financeiros que jogaram a cidade na aventura da privatização em 2000. Os trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito instalada na Câmara dos Vereadores em 2005 mostraram como a privatização negou os direitos essenciais dos moradores de baixa renda, ao mesmo tempo em que o grupo privado (Suez) realizou aumentos absurdos de tarifas e não cumpriu nenhuma das metas do contrato de concessão⁹.

Como se não bastassem os impactos negativos da agricultura, navegação, barragens, mineração, garimpo e explosão urbana, existe uma ameaça ainda maior e mais devastadora sobre as águas da Amazônia: as mudanças climáticas globais. Hoje quase não restam mais dúvidas de que o planeta vem se aquecendo devido ao acúmulo de 'gases de efeito estufa' na atmosfera. A principal fonte desses gases é a economia perdulária dos países industrializados, ao que se somam contribuições do desmatamento, das queimadas e dos reservatórios hidrelétricos. Os cientistas prevêem que as mudanças climáticas produzirão menor precipitação e diminuição da vazão dos rios da Amazônia. O aquecimento planetário deve também intensificar os efeitos do El Niño, fenômeno que é periodicamente responsável por secas na região. O ano de 2005 serviu como prenúncio desse futuro incerto e arriscado, quando uma grave seca afetou 914 comunidades e produziu cenas grotescas de gado morrendo de sede e barcos encalhados no leito dos rios. O mais sombrio é que, com o aquecimento crescente da Terra, a floresta passa a liberar mais e acumular menos carbono. Isso potencializa o efeito estufa e acelera ainda mais o aquecimento. Se o processo continuar no atual ritmo, no meio do Século 21 a floresta estará irremediavelmente perdida e será substituída por uma vegetação semelhante ao cerrado. Outra conseqüência será a redução de chuvas em outras partes da América do Sul, em particular no sudeste brasileiro, o que obviamente levará à substancial diminuição de todo o potencial agrícola e hidrelétrico nacional. Há, portanto, uma interligação complexa e assustadora entre a degradação ambiental da Amazônia e a produção de sérios impactos sobre a vida e a economia de todo o continente.

Os limites das políticas públicas

O avanço da economia brasileira sobre as águas e os outros recursos ecológicos da Amazônia dependeu da ação

autoritária do Estado, necessária para a subordinação de populações e ecossistemas à lógica da acumulação rápida e fácil de capital. Segundo a doutrina oficial, as novas atividades 'produtivas' precisam atuar sem barreiras ambientais ou sociais que tragam dificuldades para a viabilidade dos negócios. Contudo, o projeto de 'integração nacional' das últimas décadas nada mais fez do que deslocar a Região Amazônica de uma condição periférica para outra igualmente dependente, tendo em conta que, apesar de toda a degradação causada pelo 'desenvolvimento', a economia regional corresponde a apenas 3,7% do PIB brasileiro (dados de 2003). O baixo percentual se explica pela sub-valorização e super exploração da natureza promovida pelo modelo econômico predominante. O ganho de curto prazo e a aniquilação da natureza são justificados pelos economistas em função de taxas de desconto e outros artifícios analíticos. Contudo, a realidade nua e crua escapa aos modelos econômicos e aos escritórios de planejamento. Na verdade, o crescimento econômico regional reproduz sistemas de controle político e discriminação social estabelecidos no país ainda no período colonial. O processo avassalador de destruição da Amazônia somente se explica pelo binômio de insustentabilidade e injustiça ambiental, uma vez que a mesma degradação que permite o enriquecimento de alguns poucos remove direitos da maioria da população. É fácil perceber que as questões de acesso e uso dos recursos ecológicos da Amazônia têm relação com disputas por terra e água nas outras regiões do país que forcam a imigração em massa para a região. Mas, ao invés de resolver a pobreza dos que lá chegam, a economia perversamente se alimenta dos baixos salários e da manipulação das populações locais. O resultado final do 'desenvolvimento' é a inscrição dessas profundas desigualdades sociais na paisagem socionatural da Amazônia.

Quando se constata a grandeza da destruição e as ameaças futuras sobre as águas da Amazônia, cabe perguntar qual tem sido a resposta oficial e quais as medidas adotadas para resolver os problemas e reduzir os conflitos criados pelo 'desenvolvimento'. O setor de recursos hídricos no Brasil é aclamado por muitos por contar, há mais de uma década, com uma legislação dita avançada — a Lei 9.433 de janeiro de 1997 — que estabeleceu novos procedimentos de gestão por bacia



⁹ Instituto Eqüit. 2006. **A Privatização da Água na Cidade de Manaus e os Impactos sobre as Mulheres**. Eqüit e Fundação Heinrich Böll: Rio de Janeiro.

hidrográfica. Em razão da nova lei, existe hoje uma extensa estrutura administrativa voltada a políticas públicas de recursos hídricos, incluindo o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH), a Agência Nacional de Águas (ANA) e órgãos equivalentes nos estados. Entre os novos instrumentos de gestão estão a emissão de outorga (licença) e a cobrança pelo uso da água, porém sua implementação nos rios da Bacia Amazônica é praticamente nula. O próprio governo reconhece que o os órgãos oficiais têm tido uma atuação incipiente na Amazônia e que, provavelmente, a região precisaria de uma configuração institucional específica para atender às suas características hidrológicas 10. Além de ser um modelo que não oferece respostas efetivas à degradação e aos conflitos pelos recursos hídricos na região, o novo sistema de regulação reproduz a tradicional concentração de poder decisório nas regiões sul e sudeste. Apesar de identificar os graves problemas da região, o sistema oficial de gestão permite que a água continue sendo motivo de divisão, lucro, e incertezas. A implantação da nova Lei dos Recursos Hídricos tem produzido pouco mais do que uma mera mudança de estilo, uma vez que substituiu a coação explícita dos militares por um autoritarismo 'moderno' e dissimulado. Isso se demonstra pelo fato de que as instâncias de representação criadas pela lei (conselhos e comitês de bacia) formalmente significam um espaço de debate democrático e a resolução de conflitos. Na prática, apesar da aparência de descentralização e preocupação ecológica, a estrutura continua sendo controlada pelos mesmos setores oligárquicos que sempre comandaram o 'desenvolvimento' (tecnocracia estatal, grandes proprietários, industriais e políticos tradicionais). Um exemplo da continuidade ideológica é o fato de o sistema oficial ter recentemente reafirmado que a universalização do acesso à água no país somente poderá ser atingida com um crescimento econômico acelerado e que não poupe as reservas da Amazônia¹¹. Em termos concretos, isso significa a perpetuação da mesma lógica de exploração dos recursos naturais e acumulação de capital que há décadas vem produzindo impactos sociais e ambientais severos. A mesma posição ideológica pode ser vista no Plano Amazônia Sustentável (PAS), publicado em 2006 e que tem o aval do Ministério do Meio Ambiente. O plano corretamente reconhece os erros cometidos pelo governo no passado, mas se limita a oferecer uma longa lista de investimentos em usinas hidrelétricas, estradas e exploração mineral. Atrás de um discurso de sustentabilidade, o PAS demostra ser apenas uma versão requentada do velho modelo de crescimento econômico excludente. Outra prova da manutenção dos vícios do passado é a implantação de 97 'projetos de desenvolvimento sustentável'(PDS) a partir de 2006, os

quais teoricamente promoveriam um uso racional da floresta por pequenos produtores. Contudo, os assentados se sentem desassistidos pelo INCRA e rapidamente vendem seus direitos de exploração madeireira às grandes empresas do setor.

A prova mais cabal da manutenção da racionalidade econômica e do desprezo pelo futuro da Amazônia brasileira foi recentemente dada pela coação dos órgãos ambientais a aprovarem as duas hidrelétricas no Rio Madeira (Jirau e Santo Antônio). O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pelos empreendedores (Furnas Centrais Elétricas e Odebrecht) fez uma avaliação tendenciosa dos prováveis impactos, buscando encobrir a degradação ambiental causada pelo projeto com os benefícios econômicos indiretos. Trata-se do velho argumento de que a natureza pode ser livremente substituída pela criação de (alguns) empregos e geração de (algum) imposto. A análise do IBAMA, assinada por uma equipe de oito técnicos, competentemente identificou os impactos ambientais que foram minimizados ou ignorados na preparação do EIA, especialmente problemas de assoreamento dos rios, alteração da dinâmica de sedimentos e extinção de espécies de peixes, fauna e flora¹². Apesar de o parecer claramente condenar o projeto, a pressão dentro e fora do governo pela sua aprovação revelou a face mais atrasada das liderancas políticas e econômicas nacionais. O desprezo pelos órgãos de fiscalização deixou a nítida impressão de que toda a estrutura de proteção do meio ambiente, incluindo o IBAMA, o CNRH e a ANA, tem uma função, na majoria das vezes, decorativa frente aos interesses econômicos e à política patrimonialista do governo¹³.

Existe ainda uma nova e mais dissimulada ameaça sobre a natureza e as populações da Amazônia: o pagamento por serviços ambientais, o que inclui ações com a manutenção da biodiversidade, o seqüestro de carbono e a preservação do ciclo hidrológico. A idéia é converter



¹⁰ ANA. 2006. Mapa de Ações de Gestão por Bacias Hidrográficas. Agência Nacional de Águas: Brasília.

¹¹ MMA. 2006. Plano Nacional de Recursos Hídricos (volume II).Secretaria de Recursos Hídricos, Ministério do Meio Ambiente: Brasília.

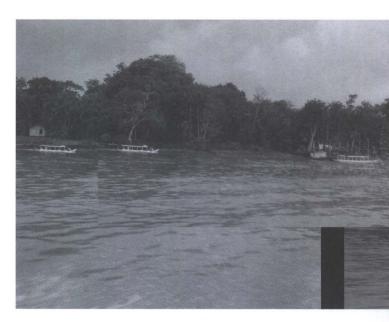
¹² Parecer Técnico No. 014/2007 COHID/CGENE/DILIC/IBAMA, de 21/03/2007.

¹³ A simples expectativa da construção das usinas hidrelétricas no Rio Madeira fez com que a derrubada de floresta crescesse mais de 600% na fronteira de Rondônia com a Bolívia, passando de 42 km2 de desmatamento em 2006 para 295 km2 em 2007, segundo dados do INPE, divulgados pelo DETER/IBAMA.

esses serviços em valores monetários, que seriam pagos pelos beneficiários ou por empresas que queiram compensar seus impactos ambientais com a compra de tais serviços na Amazônia. Dois projetos de lei foram recentemente apresentados no Congresso Nacional (PL 792/2007 e PLS 142/2007), buscando incorporar os serviços ambientais ao texto da Lei 9.433. O pagamento por serviços ambientais é uma solução engenhosa, que atrai ambientalistas e acadêmicos, mas na verdade significa uma alternativa conservadora e enganosa. Em primeiro lugar, a implantação de pagamentos por servicos ambientais requer uma complexa estrutura de certificação, o que evidentemente estaria muito aguém de grande parte das populações locais. Além disso, há o problema ético de colocar preço e realizar transações comerciais envolvendo seres vivos e processos ecológicos. Delegar ao mercado as respostas para problemas fundamentalmente produzidos pela hipertrofia do próprio mercado é acreditar que o veneno, em maior dose, pode salvar o moribundo. Em terceiro lugar, traz risco aos outros 'servicos' ambientais que ficarem fora do sistema de pagamentos, fincando sujeitos a uma degradação ainda maior. A proposta de pagamento por serviços ambientais simplesmente ignora que a conservação dos recursos ecológicos envolve questões normativas e decisões políticas externas à quantificação monetária e ao raciocínio puramente econômico.

A sabedoria e a contribuição das populações ribeirinhas

Em consegüência da extensa degradação ambiental e da contínua expansão econômica, as ameacas sobre os sistemas hídricos da Região Amazônica crescem a cada dia, seja na forma de novas barragens, estradas, fazendas, garimpos e madeireiras, ou em razão de mudanças no padrão climático. O que torna a situação ainda mais trágica é saber que a degradação por que passa a Amazônia é grave, mas não é exclusiva. Pelo contrário, a ocupação da região nas últimas décadas reproduziu o mesmo modelo de 'desenvolvimento' econômico e político que devastou, e continua devastando, os ecossistemas litorâneos, a mata atlântica, o cerrado e a caatinga. Na verdade, a história recente da Amazônia apenas reafirma os velhos fundamentos da crise brasileira, o que pode ser descrito por um quadro agudo de desigualdade social e depredação da base ecológica¹⁴. Uma das provas mais irrefutáveis desse binômio 'degradação-desigualdade' é o desprezo e abandono sistemático por que têm passado as populações ribeirinhas da Amazônia, as quais incluem uma multiplicidade de comunidades tradicionais formadas por



séculos de miscigenação entre grupos indígenas e diferentes levas de imigrantes. As transformações decorrentes da incorporação da região à economia globalizada têm levado não somente ao abandono das populações tradicionais, mas à própria destruição dos seus mecanismos de sobrevivência. Aumentam, por exemplo, as situações de conflito entre pescadores comerciais e comunidades ribeirinhas pelo acesso aos estoques de pesca. Existem disputas semelhantes em torno da posse da terra e do acesso aos recursos florestais. O resultado tem sido uma redução das atividades produtivas tradicionais e a migração forçada para áreas urbanas.

Levantamentos antropológicos conduzidos nos últimos anos têm apresentado evidências incontestáveis de que essas populações detêm um vasto cabedal de tecnologias e procedimentos que são adaptados às diferentes condições socioecológicas da região. Ao longo de gerações, a convivência continuada com o regime das águas fez com que as populações tradicionais absorvessem e reinventassem o conhecimento de seus ancestrais indígenas, além de criativamente incorporarem novas técnicas trazidas pelos grupos de imigração mais recente. É importante lembrar que, desde os primeiros exploradores europeus, houve repetidos relatos da presença de largos assentamentos e povoações ao longo dos rios da Amazônia, o que prova como é possível manter significativos contingentes populacionais



¹⁴ Costa, F.A. Desenvolvimento Sustentável na Amazônia: O Papel Estratégico do Campesinato. In: O Desafio da Sustentabilidade: Um Debate Socioambiental no Brasil. Viana, G., Silva, M. e Diniz, N. (orgs). Fundação Perseu Abramo: São Paulo. pp. 289-313.2001.

sem destruir as águas e a biodiversidade regional. A sabedoria dos ribeirinhos fica evidenciada através de suas múltiplas estratégias de produção econômica e utilização dos recursos ecológicos. O sustento das famílias e a economia doméstica incluem uma sucessão de atividades que têm relação direta com os ciclos naturais, como pesca, caça, coleta, lavoura e pecuária de pequena escala. O regime de propriedade coletiva dos recursos ecológicos, combinado com a propriedade familiar nas proximidades das residências, é também um fator fundamental para a sobrevivência das comunidades ribeirinhas. Ao invés de uma exploração de curto prazo, os grupos tradicionais praticam uma agricultura adaptada aos solos e integrada à biodiversidade amazônica. Isso se demonstra pelo fato de que convivem inteligentemente com a dinâmica das águas, fazendo uso intensivo de várzeas no período da vazante e se deslocando para as terras altas (terra firme) durante a época de cheias (essa forma de cultivo dinâmico dos solos foi totalmente ignorada nos programas de colonização na Amazônia nas últimas décadas, uma vez que as glebas eram normalmente restritas a áreas de terra firme). Desse modo, as cheias dos rios trazem sedimentos que fertilizam as várzeas e garantem as próximas colheitas. Ao mesmo tempo, a interação da terra com o rio mantém a biodiversidade aquática e a qualidade das águas.

Portanto, se houvesse realmente interesse por parte dos administradores públicos de praticar uma gestão efetiva e responsável das águas da Amazônia, uma das medidas mais urgentes seria o reconhecimento do papel e da contribuição das comunidades ribeirinhas. As populações tradicionais foram capazes de compreender a importância vital da sazonalidade hidrológica para a sobrevivência e organização social. Como herdeiros dos conhecimentos acumulados pelos seus antepassados, as populações ribeirinhas possuem uma profunda identidade com os rios, os solos e a biodiversidade amazônica. Através de uma grande interação entre sociedade e natureza, as populações tradicionais aprenderam a respeitar os ciclos naturais e preservar a ecologia dos rios. Contudo, apesar de serem populações que historicamente conviveram de forma sustentável com a natureza regional, para os tecnocratas do 'desenvolvimento' esses são apenas setores marginalizados da sociedade e que poderão, num futuro incerto, ter algo a ganhar se os atuais mecanismos de exploração da Amazônia forem ampliados ainda mais. A postura centralizada e arrogante da burocracia oficial não consegue perceber que as políticas públicas e a gestão de águas, em particular, é que teriam muito a aprender com a valorização social e econômica das populações ribeirinhas. Enquanto não houver esse reconhecimento

oficial, o infortúnio das populações ribeirinhas frente ao processo avassalador de crescimento econômico continuará sendo uma prova emblemática da dupla crise ambiental e social da Amazônia.

Contestação em uma hierarquia de escalas

A complexidade da gestão de recursos hídricos na Região Amazônica, brevemente discutidas nas páginas acima, demonstra como a busca de soluções depende, antes de mais nada, da inversão das prioridades do desenvolvimento regional. Ao invés de respostas pontuais e fragmentadas, como previsto nas atuais políticas públicas para as águas amazônicas, as estratégias de gestão se relacionam com novas bases de produção econômica, padrões tecnológicos e redistribuição de oportunidades sociais. A construção de uma nova agenda de recursos hídricos para a Amazônia faz parte de uma resistência mundial contra o receituário ideológico imposto pelos organismos internacionais (o que inclui, entre outras medidas, a privatização de empresas públicas, a construção de grandes obras de infraestrutura e a ampliação das pressões do mercado sobre o meio ambiente). Ao mesmo tempo que é preciso consolidar uma oposição política em escala nacional e internacional, a gestão sustentável das águas da Bacia Amazônica passa também por iniciativas tomadas no âmbito local, que incluam e valorizem os grupos sociais historicamente excluídos.

As alternativas ao modelo dominante de exploração socioambiental devem, portanto, ser organizadas em uma 'hierarquia de escalas', onde a ação localizada qualifica e justifica uma reação política mais geral. A oposição ao modelo tecnocrático de 'desenvolvimento' passa pelo entendimento claro de que a ação política se estende por diferentes escalas geográficas, através das quais a busca de sustentabilidade e justica se traduz em uma experiência histórica concreta. Nesse sentido, as populações ribeirinhas e outros grupos tradicionais têm ainda muito que ensinar aos políticos, gestores públicos e outros usuários de águas. Porém, ao invés de se romantizar ou idealizar o conhecimento das comunidades tradicionais, sua valorização requer, primeiramente, que as necessidades básicas de sobrevivência sejam atendidas e que os direitos fundamentais sejam respeitados. Afinal, a manutenção dos estoques superficiais e subterrâneos de água faz parte da mesma luta por dignidade e melhores condições de vida na Amazônia e no restante do país.



Sepultura da Irmã Dorothy Stang. Anapu-PA

O complexo de violência e devastação da Amazônia brasileira: o caso do sudeste do Pará¹

Carlos Walter Porto-Gonçalves*

¹ Este ensaio é parte da pesquisa desenvolvida junto com os Professores Fernando Michelotti da Universidade Federal do Pará e Beatriz Ribeiro do LEMTO-UFF.

^{*} Professor do Programa de Pós-graduação em Geografia da UFF e Diretor do LEMTO Laboratório de Estudos de Movimentos Sociais e Territorialidades.

Contextualizando

O debate sobre a Amazônia vem sofrendo uma inflexão, sobretudo a partir da década de 70. Desde então, a problemática ecológica entrou na agenda, tornando mais complexo o debate acerca dos destinos da região. A internacionalização, que desde sempre marca a formação geográfica da Amazônia², está, agora, acrescida desta problemática nova³. Se, por um lado, essa nova agenda vem sendo imposta a partir de uma escala supranacional, ela ganha consistência interna quando se observa a mudanca radical no padrão sócio-político de organização do espaço geográfico da Amazônia a partir dos anos 1960, com o projeto geopolítico que envolveu a mudança da capital federal do Rio de Janeiro para Brasília. A partir de então, a geografia da Amazônia deixa de se organizar exclusivamente em torno dos rios, o que a caracterizava desde o período colonial, e cada vez mais passa a ser conformada a partir das estradas e de toda a logística associada aos grandes projetos de exploração mineral, sobretudo na sua porção meridional - de Rondônia à Amazônia Oriental (o leste paraense e o oeste do Maranhão) passando por todo o norte de Mato Grosso e Tocantins⁴.

Todo esse processo não pode ser compreendido sem que se leve em conta o caráter ditatorial que comandou todo esse processo de ocupação, sobretudo após 1964, que, geopoliticamente, procurava interligar a capital de cada unidade da federação a Brasília, assim como, sobretudo pós-anos 70, com a interligação rodoviária entre o nordeste do país à Amazônia, com a Transamazônica, quando se procurava ligar uma região de homens sem terra, o nordeste brasileiro, a outra região de terra sem homens, a Amazônia, conforme a frase famosa atribuída ao ditador de então Emílio Garrastazu Médici. Todo esse

processo, diga-se de passagem, foi embalado pelo "mito do desenvolvimento" em que a mídia cumpriu um papel de protagonista, quando revistas e cadernos especiais não cansaram de louvar a epopéia da ocupação da Amazônia. Enfim, se a Amazônia era o futuro do Brasil pelos imensos recursos que abrigava, o futuro parecia ter chegado. A censura oficial, em parte, impediu que a sociedade brasileira tivesse o necessário contraponto crítico, já que havia uma adesão voluntária dos grandes meios de comunicação, em grande parte financiados pelos interessados e implicados diretamente no novo processo de ocupação. O mito do desenvolvimento e do progresso, invocado num contexto de guerra fria por um regime ditatorial civil-militar conformado por uma forte ideologia anticomunista, aparecia como salvação e redenção do país e, ainda, como resposta à miséria e ao subdesenvolvimento que, como se dizia à época, "era o solo fértil para o desenvolvimento de ideologias espúrias". A guerrilha do Araguaia serviu de pretexto para reforçar todo o mito salvacionista do progresso e do desenvolvimento, com o que os maiores beneficiários desse processo procuravam justificar a repressão, assim trazendo enormes dificuldades para qualquer forma de organização dos setores subalternos na região, o que não os impediu de lutar pela terra. Uma observação feita à época pelo sociólogo José de Souza Martins é sintomática da nova dinâmica do processo de ocupação quando afirmava que o primeiro contato com a modernidade de



² Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2001 **Amazônia, Amazônias**, São Paulo, ed. Contexto.

³ De tal forma a problemática ecológica vem se impondo que a questão da exploração da enorme riqueza do subsolo amazônico pouco seja mencionada, o que nos impede, inclusive, de entender os gravíssimos problemas socioambientais da região.

muitos camponeses da região foi o choque elétrico da tortura. Como se vê, a violência institucionalizada deixou raízes profundas, grafando a região (geografando-a).

Não olvidemos, ainda, que todo esse processo contou com apoio de instituições multilaterais, como o Banco Mundial, que financiaram grandes projetos logísticos (rodovias, portos, hidrelétricas), assim como grandes investidores internacionais souberam tirar proveito de toda a violência institucionalizada com uma ditadura⁵ que, como tal, não contava com o aval democrático da sociedade brasileira. O Estado, além de garantir as condições gerais para esse novo padrão de acumulação de capital para e pelos setores privados, ainda agiu por meio de suas próprias grandes empresas, com destaque para a Companhia Vale do Rio Doce no Projeto Grande Carajás. Um setor da burguesia nacional que mais se beneficiou, em particular, da "ajuda internacional" e do regime ditatorial foi o da construção civil, onde grandes empreiteiras se arrogaram o papel de "novos bandeirantes" com a construção de grandes projetos de engenharia (estradas e hidrelétricas). Até hoje são enormes as implicações sociais, políticas e ambientais engendradas pelo bloco de poder que conformou todo esse padrão de organização do espaço geográfico.

A dinâmica sócio-geográfica nacionalregional pós-anos 60 e 70

A interligação logística da Amazônia ao resto do país por meio do desenvolvimentismo de caráter mítico, próempresarial e anti-popular do "milagre brasileiro" substituiu a reforma agrária pela colonização e, por meio de subsídios aos grandes fazendeiros e a liberalidade do Estado para com a apropriação das terras públicas via grilagem de terras, favoreceu a chegada de grandes fazendeiros do centro-sul do país, assim como toda uma vaga de sem-terra expropriados pelo modelo concentrador de terras e de capital da modernização conservadora do campo brasileiro. Assim, a região sudeste do Pará viria a se caracterizar pela tensão de territorialidades distintas, a saber: (1) camponeses expropriados de todo o país; (2) fazendeiros também de todo o país, sobretudo do centro-sul, mas também fazendeiros da própria região que deixaram as atividades tradicionais de extrativismo e se associaram aos recémchegados nas ações de apropriação ilegal de terras públicas para exploração de madeira, derrubada da mata e criação de gado e; (3) os povos da floresta e ribeirinhos, cujas terras e demais recursos passam a ser disputados. Enfim, a partir da década de 1970 uma dinâmica sóciogeográfica nacional-regional se instaura no sudeste do Pará, conformada por essa tensão de territorialidades marcada pela expropriação/grilagem, exploração madeireira, queimadas e o estabelecimento de grandes fazendas de gado nas quais a violência foi fator estruturante de todo o processo, sobretudo contra a resistência dos povos tradicionais da região e dos camponeses nacionalmente expropriados e que buscavam se re-territorializar num contexto que era, para eles, completamente adverso.

A dinâmica sócio-geográfica globalregional pós-anos 80

Um dos impactos imediatos do segundo pico da crise do petróleo dos anos 1970 foi a reconfiguração da divisão internacional do trabalho, sobretudo das indústrias eletro-intensivas. O Japão, por exemplo, fechou todas as suas 145 fábricas de alumínio. O seu capital deslocou-se para Barcarena, a mais de 20 mil quilômetros do Japão, nas cercanias de Belém. "Hoje a fábrica da Albrás, garantindo 15% do consumo japonês de alumínio, é a oitava do mundo e a maior consumidora individual de energia do Brasil, respondendo por 1,5% de toda a demanda nacional".

A partir dos anos 80, com a implantação do Projeto Grande Carajás – outro enclave explorando o maior complexo mínero-metalúrgico do mundo –, instaura-se uma nova dinâmica sócio-geográfica na região, que viria a agravar ainda mais o padrão socialmente injusto e ambientalmente devastador que já estava em curso na



⁵ Insisto em não usar a expressão ditadura militar posto que tende a associar a ditadura aos militares. Os militares, sem dúvida, tutelaram a ditadura que, todavia, foi articulada pelas oligarquias empresariais e latifundiárias civis com apoio internacional, sobretudo dos Estados Unidos. Portanto, não basta tirar os militares para que nos livremos do caráter autoritário que sempre comandou nossa formação social, bastando observar o lugar que hoje ocupam no cenário político nacional os grandes grupos do setor da construção civil e dos bancos que apoiaram a ditadura.

Cálculos efetuados por Lucio Flavio Pinto nos dão conta da magnitude do valor do subsídio de energia concedido à Albrás e à Alumar: "a diferença entre a tarifa privilegiada que essas empresas receberam durante 20 anos e o custo de geração da energia que lhes foi fornecida pela Eletronorte representa mais do que o investimento na implantação de duas novas fábricas de alumínio. Elas começaram, em maio de 2004, novos 20 anos de energia subsidiada, graças a um contrato quase tão lesivo quanto o anterior, como se tivessem recebido novas fábricas de graça". Consultar texto "Mineração e desenvolvimento no sudeste do Pará: há mesmo?" de Lucio Flavio Pinto no endereço http://www.adital.com.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=19307 . O texto é de 13/10/2005 e foi acessado em 28 de setembro de 2007.

região. Trata-se de uma dinâmica que se sobrepõe à acima descrita - nacional-regional - e que bem pode ser caracterizada como sendo uma dinâmica sócio-geográfica global-regional. Esclareça-se que essa nova dinâmica torna mais complexa a dinâmica sócio-geográfica já em curso, posto que agrega novos processos aos já existentes, havendo muito de continuidade nessa descontinuidade do novo padrão sócio-geográfico que se instaura a partir dos anos 80. Apesar do alerta de várias entidades nacionais como a OAB - Ordem dos Advogados do Brasil -, a ABI - Associação Brasileira de Imprensa - e a AGB -Associação dos Geógrafos Brasileiros - e de várias entidades e movimentos sociais da região que, apoiadas em análises científicas sobre os danos que esse grande projeto traria para a região, sobretudo com o agravamento da derrubada da floresta para fazer carvão vegetal para purificar o ferro a ser exportado, não foi suficiente para evitar a dilapidação daquele enorme patrimônio de recursos naturais⁷. O desmatamento na região atingiu níveis alarmantes e até mesmo uma significativa mudança climática regional se faz notar, com períodos secos mais prolongados, apontando para um clima cada vez mais tropical em lugar do clima subequatorial que a caracterizava. As mudanças no regime hídrico da região podem ser observadas nos córregos, igarapés e rios que, simplesmente, deixaram de existir. A umidade relativa do ar vem caindo a níveis semelhantes aos de regiões desérticas, facilitando a auto-propagação do fogo como, em setembro de 2007, pudemos ver em Colina (MA) o triste espetáculo de famílias fugindo do fogo desesperadas, o que lembrou cenas de vietnamitas fugindo do bombardeio de napalm. Sem sombra de dúvida, a transformação dessa fantástica biomassa em carvão8, o consumo elevadíssimo de água na transformação do minério de ferro, assim como a barragem do rio Tocantins para fazer a hidrelétrica de Tucuruí9, alimentaram a purificação do ferro para exportação, agora sob o tacape da "crise da dívida externa", dívida essa que, diga-se de passagem, foi contraída, em grande parte, para construir a logística desse mesmo processo de ocupação feito à revelia da sociedade brasileira, sobretudo dos seus setores subalternos.

Ainda hoje, "todos os dias o trem, o maior trem de minérios do planeta, recebe 700 mil toneladas, que são transportadas, por quase 900 quilômetros até o porto da Ponta da Madeira, na ilha de São Luís, no litoral do Maranhão. Daí, o mais puro minério de ferro do mercado segue para o mundo; 60% dele rumo à China e ao Japão, os maiores compradores, a 20 mil quilômetros de distância". Segundo o mesmo autor, a mina N4, "projetada para operar com até 25 milhões de toneladas

anuais de minério de ferro (...), vai atingir 100 milhões de toneladas neste ano (2007) e chegará a 130 milhões em 2008, quase metade da produção recorde que a CVRD está planejando para todo país, de 300 milhões de toneladas", conforme Lucio Flavio Pinto¹⁰.

É interessante observar como a dinâmica nacionalregional, mais antiga, e a global-regional, mais recente, se imbricam pela complementaridade dos novos interesses com os antigos. A grilagem de terras é o fenômeno-chave para entender a violência estrutural que se configura na região, conformando um padrão de organização do espaco geográfico que se reproduz por meio de atividades como a exploração ilegal de madeira, a produção de carvão com a queima da floresta para purificar o ferro e a formação de pastos para pecuária. Um estudo realizado em 2004 pelo Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia – IPAM – e pelo Museu Emílio Goeldi, assinala que só no estado do Pará ainda há 30 milhões de hectares de terras grilados e 67% das terras não têm registro ou têm registro fraudulento. Trata-se de um modo de produção/reprodução de uma estrutura de classes sociais profundamente desigual, a comecar pela estrutura fundiária extremamente concentrada, conformando um complexo de violência e devastação cuja dinâmica regional de reprodução é funcional à sua integração à divisão internacional do trabalho como "uma geografia desigual dos rejeitos e dos proveitos" 11. A



- Como é sabido, de cada 100 kg de rocha extraída das minas de Carajás, 60% aproximadamente é ferro e 40% são outras substâncias minerais que, para a exploração de ferro, são considerados rejeitos. Assim, a queima da floresta para fazer carvão vegetal serve para purificar o ferro. Deste modo, o ferro é exportado puro, ficando os rejeitos e a devastação na região enquanto os proveitos vão, literalmente, para os de fora que recebem não só o ferro purificado, como os maiores lucros financeiros de toda essa operação. Um dado alarmante: calcula-se que somente 5% do ferro exportado passou pelo processo de purificação, apesar do desmatamento da enorme biomassa da região.
- ⁸ Em nenhuma região do mundo a natureza oferece uma média de 500 toneladas de biomassa por hectare, como a Amazônia dispõe e que está sendo simplesmente queimada, seja para formar pastos, seja para fazer carvão vegetal para purificar o ferro para exportação.
- ⁹ Considere-se que essa exportação de ferro ainda usa energia subsidiada da hidrelétrica de Tucuruí cuja construção não só desalojou milhares de camponeses ribeirinhos como também diminuiu significativamente os cardumes a jusante da barragem inviabilizando populações tradicionais que viviam da pesca no rio Tocantins.
- Conforme Lucio Flavio Pinto Alerta no Horizonte: mais pecuária no Pará. Consultado em 24 de outubro de 2007 em http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30187
- Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2006 A Globalização da natureza e a natureza da globalização, Rio de Janeiro, Ed. Civilização Brasileira

violência, vê-se, é estruturante das relações sociais e de poder¹².

Nesse contexto, até mesmo as heróicas conquistas de terra sob a forma de assentamentos têm pouca opção no contexto desse complexo de violência e devastação, haja visto (1) o desconhecimento da dinâmica daguele ecossistema pela maior parte desses camponeses que ali procuram se re-territorializar e (2) o pífio desempenho dos órgãos de pesquisa agropecuária que, apesar da enorme contribuição que vêm dando na tropicalização de espécies de regiões temperadas para exportação, como a contribuição da Embrapa na aclimatação da soja, não consegue dialogar com as demandas de uma população que, só em assentamentos, soma mais de 80 mil famílias na região. Muitas dessas famílias, por absoluta falta de opção, acabam por derrubar a floresta para fazer carvão e passam a criar gado e, assim, alimentam todo o complexo de devastação e violência que vimos analisando¹³. Enfim, o projeto de exploração mineral do Grande Carajás se ajustou como uma luva aos interesses dos grandes grileiros-madeireiros-guseiros-pecuaristas do complexo de violência e devastação ao se configurar como um novo atrator. Hoje, em São Paulo e Rio de Janeiro, se consome carne bovina proveniente de mais de 4.000 guilômetros de distância, vindos do Pará com caminhões frigoríficos com custos energéticos e ambientais que só fazem aumentar a própria demanda de energia.

A reprodução ampliada do complexo de violência e devastação pela nova dinâmica nacional-globalizada na região sudeste do Pará

Uma nova articulação de interesses está em curso nesse momento cujos efeitos tendem a alimentar, e agravar ainda mais, esse perverso complexo de devastação e violência na região, conformando uma nova dinâmica nacional/globalizada protagonizada pelos mesmos poderosos interesses que vêm operando na região. Tal como nos anos 1970, é a questão energética que vai reconfigurar a divisão internacional do trabalho, seja pela redistribuição espacial das atividades de mineração, seja pelas implicações geográficas da expansão do plantio da cana e da soja e o remanejamento espacial do rebanho bovino, conforme veremos adiante.

Algumas implicações geográficas do setor mineral na nova dinâmica nacional/globalizada da região

Tudo indica que a recente derrota eleitoral dos republicanos nos EUA, partido onde se aninhou a direita religiosa ligada ao complexo corporativo dos combustíveis fósseis (os próprios George W. Bush, Dick Cheney e outros), a derrota política da intervenção militar no Iraque e Afeganistão, a perda de influência política sobre o petróleo venezuelano e o gás boliviano, a humilhação da imagem dos EUA diante da pobreza e abandono trazidos pelo furação Katrina em Nova Orleãs e Luisiânia, além de uma escassez do petróleo que pode estar sendo exagerada, venham influenciando mudancas na estratégia geopolítica global norte-americana. Agregue-se a tudo isso o "fenômeno China", com todo o alento que vem dando à reprodução ampliada do capitalismo com seu teimoso crescimento de dois dígitos. "Se nos anos 70 os japoneses fecharam fábricas que em conjunto produziam 1,2 milhão de toneladas de alumínio (quase três vezes a capacidade da Albrás), os americanos deverão fechar usinas com produção de 50 milhões de toneladas de chapas de aco. Essa demanda se deslocará para outros lugares do planeta. Outras produções eletrointensivas também estão migrando, em escala chinesa". Já em 2004, "os chineses ultrapassaram os japoneses como maiores clientes do minério (de ferro) da Companhia Vale do Rio Doce, responsável por um guarto das vendas desse produto no mundo. A empresa já anuncia a meta de 300 milhões de toneladas de minério de ferro para dagui a menos de dois anos. Parauapebas se consolidará como o maior município minerador de ferro do mundo. Quando a ferrovia de Carajás começou a operar, vinte anos atrás, seu horizonte não passava de 20 milhões de toneladas. Hoje, está na perspectiva de cinco vezes mais, ou 100 milhões de toneladas, substancialmente para exportação (ao contrário do destino da produção do Sistema Sul da CVRD, que atende principalmente o mercado interno)" (Pinto, 2007).

¹² Porto-Gonçalves, Carlos Walter 2004 Geografia da Violência no Campo Brasileiro em 2003. In Cadernos de Conflitos 2004, Ed. CPT, Goiânia.

Dados de amostragem do ano de 2005 analisados a partir de 585 projetos de crédito de um universo de 5.163 projetos para a agricultura familiar na região revelam que 78,5% deles são voltados exclusivamente para a pecuária. Fonte: LASAT/ Equipe de Articulação ATES. Dados da Câmara Técnica para discussão dos projetos de crédito.

Minério de ferro, já o vimos, implica não só uso de energia. Na Amazônia, no sudeste do Pará em especial, significa principalmente consumo da biomassa da floresta para fazer carvão que, como vimos, começa com a grilagem de terras e a exploração da madeira para as serrarias e, na ponta final, tem o pasto se formando para a satisfação dos grandes pecuaristas, fechando o complexo de violência e devastação.

Os agrocombustíveis e o remanejamento do rebanho bovino.

Trata-se da reordenação do espaço geográfico brasileiro que vem sendo engendrada a partir da aliança das oligarquias de agronegociantes (cana e soja, sobretudo) com os grandes complexos de poder ligados ao setor energético mundial por meio do que vem sendo chamado de "transição energética" com os agrocombustíveis 14. Todo um complexo de forcas parece estar convergindo para, mais uma vez, nos oferecer mais do mesmo. Tudo indica que o complexo de violência e devastação pode estar ganhando um novo impulso que permitirá que se reproduza por mais tempo, agora com o aprofundamento da nova dinâmica nacional/globalizada na região. Se a dinâmica anterior havia sobreposto uma dinâmica de enclave global-regional à dinâmica nacional-regional, agora estamos diante de uma dinâmica nacional / globalizada em que, mais uma vez, a região se inscreve de modo subordinado, com graves conseqüências, sobretudo para os setores subalternos da região. Afinal, os setores dominantes regionais estão fortemente articulados à dinâmica seja nacional, seja nacional-globalizada. A burguesia e as oligarquias latifundiárias locais não sobrevivem sem esses aliados nacionais cada vez mais nacional-globalizados. A recíproca é verdadeira: o complexo de devastação e violência traz dentro de si a imbricação dessas diferentes escalas de poder do sistema mundo moderno-colonial (Lander¹⁵: Casanova¹⁶: Lafont¹⁷). As lutas dos setores subalternos haverão de considerar essa complexidade que envolve as alianças políticas que conformam essas escalas de poder ao mesmo tempo locais-regionais-nacionais-globais.

O discurso de um novo ciclo de desenvolvimento que mais uma vez vem de fora volta a ser brandido pelas lideranças políticas locais/regionais e pela mídia. Destaque-se que os grileiros-madeireiros-guseiros-pecuaristas, assim como grandes empresas como a Vale do Rio Doce, a Albrás, a Alunorte, conformam esse poderoso bloco de poder (Gramsci) do complexo de violência e devastação. Acrescente-se ainda que esses setores detêm a concessão da maior parte das emissoras de rádio e televisão

locais/regionais que, sabemos, dependem de negociação política para ser obtidas e conformam corações e mentes, criminalizando os críticos e, por meio da violência simbólica contra os que se insurgem, antecipam e justificam a violência física, conforme os dados da Comissão Pastoral da Terra assinalam.

É interessante observar como a nova dinâmica nacionalglobalizada se encaixa como uma luva na dinâmica do complexo de violência e devastação, reproduzindo de maneira ampliada a dinâmica dos dois períodos anteriores. Independentemente do fato de a cana de açúcar vir ou não a ser plantada na Amazônia¹⁸, como o governo vem se antecipando e procurando garantir que não vai, a nova dinâmica que está em curso a partir do avanço do cultivo de cana e da soja no território nacional, assim como da nova redistribuição das pastagens para criação de gado bovino, não poupará a região e, pior, agravará a violência e a devastação ao mesmo tempo em que reafirmará as relações sociais e de poder já profundamente desiguais na região, na medida em que vem ao encontro dos interesses dos mesmos protagonistas que encimam esse bloco de poder.

Segundo a ÚNICA¹⁹, entidade que representa os grandes agronegociantes do setor sucroalcooleiro, já estão sendo



¹⁴ Tenho aqui como referência a criação da Associação Interamericana de Etanol presidida pelo agronegociante brasileiro Roberto Rodrigues e por Jeb Bush, esse reconhecido por ser parte do complexo de poder fossilista (petróleo) em crise e que busca se perpetuar por meio do controle das novas fontes. Insisto sobre os riscos políticos de associarmos o destino dos brasileiros a uma aliança com esse complexo de poder ligado ao petróleo, sobretudo por se tratar de um setor tão estratégico como o de energia em que esses aliados já demonstraram suficientemente o que são capazes de fazer para controlar as fontes de energia. Mentir como razão para a guerra, por exemplo. O Iraque está aí todo o dia a nos lembrar da tragédia que nos aguarda.

¹⁵ Lander, Edgardo 2005 A Colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Ed. Clacso, São Paulo.

¹⁶ Casanova, Pablo Gonzalez 2006 In La teoria marxista hoy. Ed. Clacso, Buenos Aires.

¹⁷ Lafont, Robert 1971 **La revolucion regionalista**. Ed. Ariel, Barcelona.

¹⁸ Muitos cientistas alegam que sendo a Amazônia uma região onde chove praticamente o ano todo, não é uma região favorável ao cultivo da cana que precisa de um período seco para desenvolver qualidades consideradas economicamente lucrativas. Todavia, alertamos para o fato de o clima da região está passando por mudanças tais provocadas pelo Complexo de Violência e Devastação que esse período seco está se configurando e, assim, o plantio da cana de açúcar torna-se viável com a tropicalização do antigo clima sub-equatorial.

¹⁹ Consultar o portal da ÚNICA em http://www.portalunica.com.br/portalunica/ . implantadas no país 77 novas usinas de produção de álcool combustível que entrarão em produção até 2012. sendo que todas essas 77 novas unidades estão situadas na região de melhor infra-estrutura do país, a saber: São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso do Sul. Está sendo previsto um aumento anual de 1 milhão de hectares de cultivo de cana nos próximos 20 anos, o que já vem modificando completamente o mercado de terras não só nas regiões indicadas mas em todo o Brasil. Como indicam os documentos da ABAG - Associação Brasileira de Agribusiness²⁰, da ÚNICA²¹ e do ICONE – Instituto de Estudos e Comércio Internacional - são as áreas de pastagens as que estão sendo visadas para serem substituídas pelo cultivo de cana de açúcar. Considerando que o Brasil dispõe do maior rebanho bovino do mundo, com aproximadamente 200 milhões de cabecas de gado. o destino desse rebanho tende a avançar sobre a região amazônica, como pudemos observar em julho de 2007 em pesquisa de campo no vale do Médio Araguaia, onde o arrendamento de terras por parte dos retireiros para o pastejamento do gado teve um aumento entre 25% e 30%, de 2006 para 2007. Como assinalamos anteriormente, grande parte da carne bovina consumida nas principais cidades do centro-sul do país está vindo dessa região do sudeste do Pará²², sendo que o estado do Pará conta, hoje, "com 14 frigoríficos registrados no Servico de Inspecão Federal - SIF - que abatem diariamente mais de nove mil animais", segundo o jornalista paraense Lucio Flavio Pinto. Recentemente, abriu-se uma disputa entre pecuaristas e donos de frigoríficos cujas consegüências tendem a impulsionar a reprodução ampliada desse complexo de violência e devastação. O imbróglio pecuaristas X frigoríficos é emblemático do modo perverso como se reproduz regionalmente essa nova dinâmica nacional/globalizada. Trata-se de um novo mercado que vem se abrindo para exportação de boi em pé. "Inicialmente, o comércio era realizado apenas com o Líbano, em pequena quantidade. Mas neste ano abriu-se o mercado venezuelano, numa escala muito ampliada. No ano passado, a exportação foi de 160 mil animais, rendendo 45 milhões de dólares, 200% acima dos US\$ 14 milhões do ano anterior. Neste ano, mais do que dobrará. Só no primeiro semestre, a receita foi de US\$ 48 milhões. A venda de boi em pé, que estava em 17º lugar na pauta de exportações do Pará, pulou para o 10º lugar. Em 2008, as transações poderão chegar a 600 mil cabecas, o que representará guase um quarto da capacidade de abate anual da indústria"23. Tudo isso, diga-se de passagem, graças à nacional/globalizada Lei Kandir, de 1997, que isenta de pagamento do Imposto de Circulação de Mercadorias os produtos primários voltados para exportação. Com isso, os frigoríficos estão na iminência de ficarem sem gado para o abate, haja visto

que os pecuaristas estão obtendo melhores preços com as exportações. Diante da mentalidade colonizada dos protagonistas desse modelo, a que chamam de moderno, tudo indica que a floresta será, mais uma vez, oferecida em holocausto para o lucro de alguns poucos para comportar a demanda por terras de pecuaristas e frigoríficos. Não olvidemos que talvez a demanda por terra de milhares de sem-terra venha a ser instrumentalizada para criar assentamentos que, sem que se ofereça a menor infra-estrutura, como vem sendo feito, acabem por reproduzir ampliadamente no espaço geográfico regional o mesmo complexo de violência e devastação.

Com isso, todo o complexo de violência e devastação tende a avançar sobre a floresta por meio da grilagem de terras, da exploração madeireira para serrarias, da queima da floresta para carvão para as guseiras depois limparem o ferro para exportação, e a consolidação da pecuária²⁴, para o gozo dos mesmos setores que sempre se beneficiaram desse complexo para se afirmar. Assim, a nova dinâmica nacional/globalizada se reproduz reforçando a adinâmica perversa do complexo de devastação e violência da região sudeste do Pará.

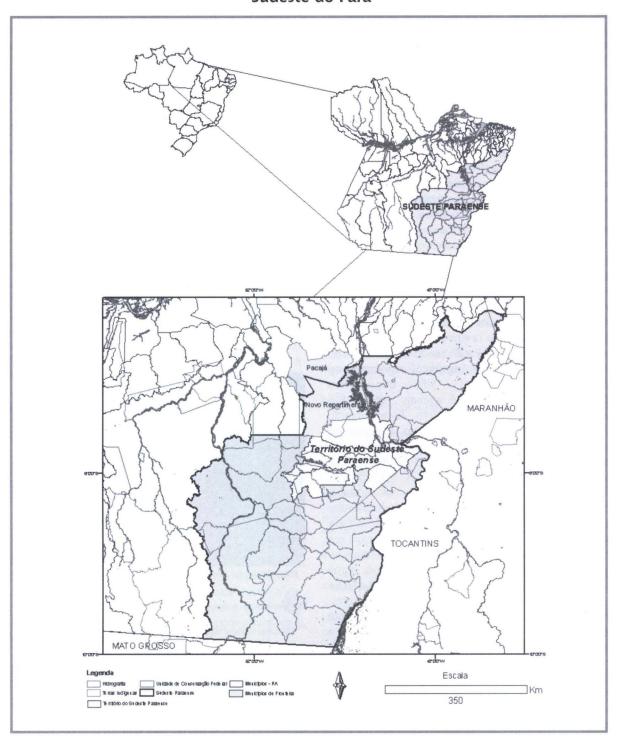


Foto: Odair Leal /acervo CPT Nacional



- ²⁰ Consultar o portal da Abag em www.abag.com.br
- ²¹ Consultar o portal do ICONE em www.iconebrasil.org.br/ .
- Em Niterói, onde moro, os mercados locais vendem carne do Frigorífico Margem, de Xinguara no Pará, um dos municípios de maior violência e devastação do país.
- ²³ Conforme Lucio Flavio Pinto **Alerta no Horizonte: mais pecuária no Pará**. Consultado em 24 de outubro de 2007 em http://www.adital.org.br/site/noticia.asp?lang=PT&cod=30187.
- ²⁴ Em outras regiões da Amazônia o fechamento do círculo do Complexo de Violência e Devastação vem sendo disputado pela soja, como é o caso da Rodovia Cuiabá-Santarém.

Sudeste do Pará



Fonte LASAT/UFPA. In: MICHELOTTI et al.

O Agrário em questão: Uma leitura sobre a criação dos assentamentos rurais no Sudeste do Pará. Inédito. 2007





Comunidade do Romão - Rio Aracá (fonte - Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia) Foto: Elieyd Sousa de Menezes

Uma campanha de desterritorialização Direitos territoriais e étnicos: a bola da vez dos estrategistas dos agronegócios

Alfredo Wagner Berno de Almeida*

Os esquemas explicativos da intensificação dos conflitos e tensões sociais no campo apontam para duas ordens de argumentos que explicitam aspectos contraditórios de estratégias governamentais e empresariais voltadas para o que hoje se denomina "desenvolvimento sustentável".

A primeira vertente considera que a elevação geral dos precos das commodities agrícolas e minerais, propiciando um ritmo forte de crescimento dos agronegócios, tem provocado um aumento da demanda por terras tanto para fins de extração de minério de ferro, bauxita, caulim e ouro, quanto para a implementação de grandes plantações homogêneas com fins industriais (pinus, eucalipto, cana-de-acúcar, soja, algodão, mamona, dendê). Segundo esta interpretação, não obstante os percalços de vários setores dos agronegócios em 2005 e 2006 (queda de rentabilidade da agropecuária, redução da área plantada de soja, aumento do endividamento e mudanças cambiais que com a queda do dólar tem diminuído a competitividade, como no caso dos óleos vegetais), retraindo circunstancialmente o volume de negócios, pode-se afirmar que no último güingüênio a tendência ascensional dos precos das commodities provocou um aumento geral nos preços das terras, notadamente em regiões do sul e sudoeste do Pará, na Pré-Amazônia Maranhense e no sul do Amazonas, mais particularmente nas regiões de Apuí e Lábrea. Em decorrência, acentuou-se os índices de desmatamento nestas referidas regiões, notadamente com a formação de pastagens para criação intensiva, cujos resultados têm sido chamados de "carne verde", e com a ação carvoeira das usinas de ferro-gusa, a despeito das estatísticas oficiais enfatizarem uma reducão geral da área desmatada na Amazônia.

A segunda vertente aponta para novas modalidades de intervenção na questão ambiental por parte de órgãos governamentais, agências de financiamento e grandes empreendimentos bancários, os quais estariam se preparando para lançar um amplo programa de concessão de créditos de carbono a projetos que preservem ou promovam o reflorestamento. Para incentivar esta prática conservacionista, estariam sendo criados inúmeros incentivos financeiros para manter as florestas intactas.² Tal prática, denominada por seus críticos de "colonialismo verde", parece estar se tornando também o principal objeto de ação de inúmeras associações voluntárias não-governamentais. Um dos exemplos mais conhecidos refere-se ao fato de mais de 20 mil pessoas terem feito doações, durante a primeira



O fato mais recente acionado para reforçar esta interpretação referese à suspensão do embargo à carne bovina e suína do sul do Pará e de mais sete estados brasileiros, pela Rússia, propiciando aos "frigoríficos retomarem as exportações há muito impedidas devido aos focos da febre aftosa", como sublinha o presidente da Federação da Agricultura do Estado do Pará (Faepa), Sr. Carlos Xavier. Cf. "Rússia abre as portas à carne paraense". O Liberal. Belém, 24 de novembro de 2007 p.2 "O Rabobank, banco holandês que é o maior provedor mundial de financiamento à agricultura, está se preparando para lançar um esquema de créditos de carbono visando incentivar o replantio de florestas ilegalmente derrubadas na região do Xingu, na Amazônia Brasileira. Os organizadores esperam que ele venha a tornar-se um modelo para conservação do resto da floresta amazônica." (cf. Jonathan Wheatley- "Banco incentiva replantio no Xingu. Experiência piloto libera recursos para 8 fazendas conservarem florestas". Valor, 27 de novembro de 2007, p.A5).

² O banqueiro sueco, naturalizado britânico, Johan Eliasch, que faz parte do que se denomina "colonialismo verde", comprou terras nos municípios de Manicoré e Itacoatiara (AM), correspondentes a 160 mil hectares, área que equivale à "Grande Londres". Tais terras teriam pertencido à Gethal Madeireira e seriam conservadas através de projetos de crédito de carbono. (Cf. "Milionário sueco vai visitar terras no Amazonas". A Crítica. Manaus, 04 de janeiro de 2007).

semana de campanha do site da ONG Coll Earth, que promete comprar e proteger terras na Amazônia. A iniciativa foi lançada em junho de 2007, com apoio de várias personalidades e entidades ambientais britânicas. O projeto propõe que os doadores patrocinem a conservação, por 35 libras (cerca de 140 reais), de meio acre de terra (o equivalente a 2 mil metros quadrados de mata)³. Esta vertente ganha força com as notícias de que a República da Guiana, antiga colônia britânica, que possui uma floresta tropical com área superior àquela da Inglaterra, estaria propensa a "entregar toda sua floresta ao controle de um organismo internacional de liderança britânica" mediante financiamentos voltados para o desenvolvimento econômico do país⁴.

Uma variante desta vertente seria constituída por empresas de biotecnologia, laboratórios farmacêuticos e indústrias de cosméticos, cujas demandas pelas florestas se voltam para determinados recursos genéticos de espécies silvestres a partir dos quais pesquisam, praticam a coleta, direta ou indiretamente, e desenvolvem produtos.

De maneira resumida e evitando esquematismos, pode-se asseverar que haveria pelo menos duas grandes estratégias empresariais hoje face aos recursos da natureza, as quais estão em marcha e são aparentemente contraditórias. Os efeitos de ambas, a despeito da diferenca dos objetivos imediatos entre os chamados "colonialismo verde" e "carne verde", convergem para uma maior pressão sobre as terras e as florestas e seus recursos, cujo resultado mais perceptível é o aquecimento do mercado de terras. A formação do preco de terras no país tornou-se muito atrelada às oscilações do mercado de commodities⁵ e em particular da soja, que ocupa hoje 47% da área plantada com grãos.6 Com a expansão atual dos agronegócios tem-se argumentos triunfalistas, que afirmam que o setor pretende ocupar 250 milhões de hectares, ou seja quase 30% da superfície do Brasil, consoante depoimento do representante da Confederação em Audiência Pública na Nacional de Agricultura, Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, realizada em Brasília no dia 11 de setembro de 2007. Sob esta ótica triunfalista os povos indígenas e quilombolas, bem como as demais comunidades tradicionais, são considerados como um obstáculo à expansão ou à implementação dos agronegócios e às livres transações de terras. São vistos como sujeitos biologizados, isto é, como uma mera extensão dos recursos naturais, sem consciência nem direitos. Este é um dos fatores explicativos do agravamento dos conflitos sociais no campo, numa quadra em que os indígenas, guilombolas, quebradeiras de coco babaçu, ribeirinhos e

seringueiros já conquistaram seus direitos territoriais e emergiram como sujeitos sociais.

Ao nos determos nos pontos em que tais estratégias se articulam umas com as outras, podemos adiantar que estamos assistindo de fato à composição de uma poderosa coalizão de interesses, que objetiva limitar os direitos territoriais reconhecidos a povos e comunidades tradicionais, bem como controlar, sob diferentes meios. seus direitos de propriedade intelectual sobre o conhecimento dos recursos genéticos. As formas de ação dos integrantes desta coalizão têm levado inclusive a certa judicialização dos conflitos. Bem explicita isto a Acão Direta de Inconstitucionalidade (ADIN) proposta pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas, em junho de 2004, contra o Decreto 4.887, que regulamenta o reconhecimento das terras de guilombos.⁷ No mesmo sentido, tramita na Câmara dos Deputados o anteprojeto de lei do deputado federal Valdir Colato, que visa revogar o Dec.4.887 e anular seus efeitos. De outra parte, o Estatuto do Índio permanece sem aprovação legislativa e há movimentação parlamentar no sentido de abrir as terras indígenas à extração mineral.

Acrescente-se a estas pressões sobre os direitos étnicos e territoriais aquela relativa aos empreendimentos voltados para os biocombustíveis⁸ e para papel e celulose. Além dessas, outras pressões têm mobilizado



³ Cf. www.rondonoticias.com.br, 05 de agosto de 2007.

⁴ Cf. Howden, Daniel "Guiana oferta floresta mediante financiamento. País quer fechar acordo com Reino Unido e diz que trato é importante mensagem climática para a reunião de Bali." **O Globo**, 25 de novembro de 2007 p.49.

⁵ Os exemplos mais recentes referem-se ao setor sucro-alcooleiro: "Há uma corrida de investidores internacionais para o agronegócio brasileiro. Eles buscam oportunidades que lhes garantam boa remuneração e entre as principais apostas estão a produção de álcool combustível e compra de áreas no Centro-Oeste, Nordeste e no Estado de São Paulo". Afirma o presidente da Associação de Private Equity e Venture Capital, Sr. Marcus Regueira." (Cf. Márcia de Chiara "Agroenergia atrai capital externo".O **Estado de São Paulo**, 29 de janeiro de 2007)

Para outras informações consulte-se Cardoso, Cíntia "Cana de açúcar valoriza terras em até 49%". Folha de São Paulo, 31 de janeiro de 2007.
 Até 19 de dezembro de 2007 deve ser julgada a ADIN, cujo relator é o Ministro Cezar Peluso, no Supremo Tribunal Federal.

⁸ No decorrer de 2007 têm aumentado as transações comerciais num dos componentes mais destacados do agronegócio, a chamada "agroenergia", liderada pelo plantio de cana-de-açúcar para a extração de álcool combustível, e em decorrência o mercado de terras, num raio de 50km de proximidade das usinas, está num processo de forte valorização. (cf. "Cana de açúcar valoriza terras em até 49%". Folha de São Paulo, 31/01/2006 e N.Staviski - "Terras no Paraná valem até 95% mais desde 2000". Gazeta Mercantil, 05/07/2007). No Espírito Santo, a Aracruz Celulose mantém disputa judicial com as comunidades quilombolas de Sapé do Norte.

entidades patronais, partidos políticos conservadores e as grandes empresas de comunicação de massa. Registremse os inúmeros artigos que vêm sendo regularmente publicados em O Globo, no Estado de São Paulo e na Folha de São Paulo, além de notícias veiculadas através de canais de TV, apresentando os direitos étnicos e a figura jurídica da autodefinição como "descabidos", "absurdos" ou meras "fraudes", tal como sucedido com a comunidade quilombola de São Francisco do Paraguacu (BA). Mediante fatos desta ordem, pode-se falar numa ação sistemática em que o senso prático das estratégias empresariais busca flexibilizar as normas que asseguram os direitos territoriais para expandir suas atividades econômicas sobre territórios coletivos, etnicamente configurados. Nesta iniciativa, buscam tornar as políticas governamentais um instrumento auxiliar de sua expansão econômica.

As ações de inconstitucionalidade vêm inspiradas do propósito de impedir o livre acesso dos povos e comunidades tradicionais aos recursos naturais básicos e não apenas de limitar ou condicionar tal acesso. A médio prazo, tais ações resultarão por praticamente anular o reconhecimento institucional dos territórios quilombolas e indígenas. Traduzem um propósito de retirar da imobilização recursos naturais que passam a se tornar objeto de compra e venda. Destruiriam assim o que já foi conquistado e formalmente reconhecido. Em outras palavras, o objetivo de anular os direitos territoriais pode ser lido como uma forma de expulsar os povos tradicionais das terras para incorporá-las aos grandes empreendimentos ou como uma forma de neutralizar os direitos étnicos convertendo os membros destas comunidades em uma peça da engrenagem empresarial de gerir o que ela considera como "desenvolvimento sustentável".

Na verdade, estamos diante de uma campanha de desterritorialização, que já dura mais de dois anos e que tem recrudescido nos últimos meses, visando negar direitos ou neutralizá-los, assim como reverter conquistas dos povos e comunidades tradicionais. Negar o reconhecimento do território pode significar a negação da identidade coletiva e fazer com que os atos de compra e venda de terras passem a incluir as comunidades, que passariam a ser contempladas com compensações.

Impõe-se uma reflexão mais detida sobre o senso prático do conjunto destas estratégias empresariais, quando se sabe que no Brasil existe um percentual significativo de áreas com maior cobertura vegetal, com florestas e cursos d'água preservados, que se encontra sobre o controle direto de povos e comunidades

tradicionais. Embora sejam elevados os índices de concentração fundiária, não são nos grandes imóveis rurais que se encontram as áreas preservadas. Estas estão localizadas nas terras tradicionalmente ocupadas, quais sejam, terras indígenas, terras de quilombolas, de seringueiros, de quebradeiras de coco babaçu, de castanheiros, de ribeirinhos, de comunidades de faxinais e de fundos de pasto e outras formas de uso comum dos recursos naturais controlados por unidades familiares agroextrativistas.

Em virtude disto o acesso às florestas, seja em terras da União, seja em terras destas referidas comunidades, tem que ser necessariamente mediado pelo conjunto de direitos que estes povos e comunidades tradicionais estão logrando conquistar a partir da Constituição de 1988. Torna-se redundante afirmar que as terras mantidas sob estes direitos coletivos são valiosas, notadamente na Panamazônia, por sua riqueza em biodiversidade e por se constituírem de maneira efetiva num fator básico para a existência cultural desta diversidade de identidades coletivas.⁹



Foto: Elieyd Sousa de Menezes



Para uma reflexão sobre outros países da Panamazônia, como Colômbia, Bolívia e Peru consulte-se: Etnias & Política n.1 Bogotá, julio de 2005.



Políticas públicas e mercados institucionais locais um processo de aprendizagem social para o desenvolvimento sustentável

Ronaldo Santos de Freitas*

^{*} Engenheiro agrônomo e ex-técnico da FASE-MT, o autor atualmente é coordenador de relacionamento com comunidades da Natura

... Agora com esses alimentos na merenda a gente presta mais atenção na lousa...

Aluna da escola Madre Tereza – Assentamento Roseli Nunes Mirassol do Oeste - MT

Introdução

Este texto visa refletir sobre a experiência de comercialização de alimentos agroecológicos produzidos pela Associação Regional dos Produtores e Produtoras Agroecológicos/as (ARPA), junto a mercados institucionais municipais. A ARPA é uma entidade civil sem fins lucrativos formada por agricultores/as familiares ecologistas e em transição agroecológica, atuante na região sudoeste do Mato Grosso. Ligada ao setor de produção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), esta organização tem como missão produzir alimentos em bases sustentáveis em assentamentos de reforma agrária.

A ARPA, nos últimos dois anos, vem conseguindo envolver famílias agricultoras de quatro assentamentos da região na produção de hortaliças, frutas e cereais para o autoconsumo e para o fornecimento de excedentes para 19 escolas, nos municípios de Mirassol do Oeste, São José dos Quatro Marcos e Araputanga, contribuindo com a qualificação da alimentação de aproximadamente 8.200 alunos dos ensinos fundamental e médio.

Estas ações estão sendo possíveis a partir da participação da ARPA no Programa de Aquisição de Alimentos da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), e de parceiras com as prefeituras municipais de Mirassol do Oeste, Araputanga e São José dos Quatro Marcos, contando ainda com o apoio técnico e pedagógico da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE) e de técnicos do MST.

Breve histórico da ARPA

A ARPA foi fundada em 6 de setembro de 1997, com a denominação de Associação dos Produtores Organizados da Agropecuária de Cáceres (ASPROAC). A associação tinha forte atuação na comercialização de alimentos provenientes dos assentamentos do município de Cáceres em uma feira permanente localizada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cáceres.

No ano de 2003, a entidade ampliou sua área de atuação, passando a ter um caráter regional e estimulando seus associados à produção diversificada de alimentos para o autoconsumo e para a comercialização dos excedentes em feiras livres dos municípios da região ou em forma de cestas de alimentos para consumidores cadastrados. Essa estratégia de produção e comercialização visava estabelecer um contraponto ao modelo produção agropecuária da agricultura familiar da região, quase exclusivamente baseada na produção de pecuária leiteira, o que deixava as famílias agricultoras à mercê de ínfimos precos pagos pelos laticínios da região.



A adoção dos princípios agroecológicos no manejo das unidades produtivas pelos associados da ARPA é pioneira na região da Grande Cáceres. Teve início com a participação das famílias em um curso de formação em agroecologia ministrado por técnicos do Grupo de Intercâmbio da Agricultura Sustentável (GIAS¹). Este curso e o acompanhamento sistemático da FASE Mato Grosso às unidades produtivas das famílias participantes da ARPA foram fatores de estímulo para que as famílias manejassem os lotes de maneira integrada, usando técnicas de conservação ambiental e promovendo uma reflexão sobre a importância da diversificação da produção para a segurança alimentar e nutricional das famílias agricultoras.

A ARPA dispõe de um quadro de agricultores técnicos² que contribuem para o planejamento e execução das atividades produtivas coletivas ou individuais. A associação faz reuniões bimensais com seus associados para o planejamento de suas atividades, capacitações e monitoramento dos planos produtivos das famílias.

Entre os pré-requisitos exigidos pela ARPA para que as famílias se tornem associadas, destaca-se a disponibilidade para participar dos cursos de formação em manejo agroecológico e o comprometimento em produzir a máxima diversificação de alimentos para garantia de segurança alimentar e nutricional interna da família.

Atualmente, a ARPA possui mais de 80 associados em seis assentamentos de reforma agrária, distribuídos por quatro municípios do sudoeste do MT, sendo eles Cáceres, Araputanga, Mirassol D' Oeste e São José dos Quatro Marcos.

Mercados institucionais locais para além da geração de renda.

Na região sudoeste mato-grossense, as aquisições de alimentos para as escolas públicas são feitas por conselhos deliberativos das comunidades escolares dos municípios. Os alimentos para a merenda escolar são adquiridos por licitação pública, mas uma série de exigências documentais inviabiliza a participação de organizações da agricultura familiar.

Os alimentos são provenientes, principalmente, de Cuiabá e de centrais de abastecimento de outros estados. Além de apresentar um alto custo de transporte, quando se trata de hortifrutigranjeiros, este dado traz consigo outros

agravantes, como a alta perecibilidade e a baixa resistência dos alimentos ao transporte, o que leva a haver uma baixa oferta na merenda escolar nas escolas públicas da região.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), em meados de 2004, iniciou no estado de Mato Grosso o desenvolvimento de atividades de sensibilização e envolvimento de organizações relacionadas à agricultura familiar num esforço de diagnosticar as experiências de produção e comercialização mantidas por tais organizações neste estado, com vistas a subsidiar um plano de ação que contemplasse aos alimentos produzidos pela agricultura familiar possibilidades de acesso aos mercados institucionais.

O plano de ação elaborado fortaleceu o programa da CONAB de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA), que tem por finalidade possibilitar a qualificação da alimentação das escolas, creches e hospitais públicos através do fornecimento de alimentos produzidos em associações e cooperativas.

Os alimentos amparados por este programa são componentes da cesta básica e largamente produzidos pela agricultura familiar, como hortaliças, cereais, frutas, farinhas, e outros - todos passíveis de serem consumidos na alimentação fornecida por instituições públicas através de programas sociais do governo federal.

A ARPA participou deste diagnóstico fornecendo informações sobre volume de produção, grau de beneficiamento, infraestrutura existente e principais mercados aos quais eram destinados os produtos.

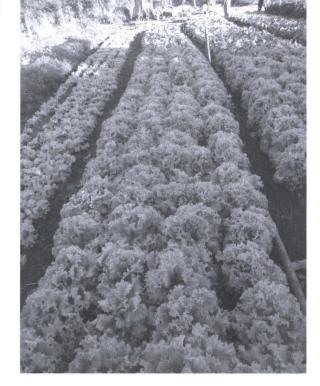
Os primeiros reflexos desta interação entre poder público e organizações de agricultores familiares no fornecimento de alimentos podem ser aferidos no sudoeste matogrossense (quadro 1), a partir da articulação entre associados da ARPA e três prefeituras de municípios da região.



O Grupo de Intercâmbio da Agricultura Sustentável (GIAS) é uma articulação informal, surgida no ano de 2000, composta de movimentos sociais ligados a agricultura familiar e organizações não governamentais, que apoiados pela agencia de cooperação internacional Pão para o Mundo (Brot fur die Welt), desenvolvem iniciativas de promoção à agroecologia junto a agricultura familiar no estado de Mato Grosso.

² Consideram-se agricultores/as técnicos/as aqueles/as agricultores/as que possuem conhecimentos e práticas aprofundadas em agroecologia e que atuam na capacitação e no acompanhamento técnico de outros agricultores/as.

Em julho de 2005, a ARPA iniciou sua participação no PAA, fornecendo alimentos para três escolas públicas. Uma delas fica em Mirassol do Oeste e duas em São José dos Quatro Marcos. A associação contribuiu para a alimentação de 804 alunos destes municípios. Nesta primeira experiência, apenas dez famílias associadas à ARPA participaram, apesar do fato de que os debates para a construção do projeto tiveram a participação de mais de 50 famílias. Isto deveu-se a um certo receio das famílias em investir recursos humanos e financeiros em uma atividade produtiva, neste caso, a horticultura, para além do autoconsumo. Neste ano, as administrações públicas dos municípios também não tiveram uma interação próxima às famílias da ARPA, seja no fornecimento de veículo para o transporte de alimentos como contrapartida, seja na reflexão com a comunidade escolar acerca da diversidade e qualidade de alimentos agroecológicos que estavam sendo fornecidos às escolas.



Quadro 1: Participação da ARPA no Programa de Aquisição de Alimentos da CONAB nos anos 2005 e 2006.

Assentamentos	Municípios	Ano	Número de famílias agricultoras beneficiadas	Recursos Gerados p/ projeto (R\$)	Vol. de alimentos produzidos (Kg)	Número de escolas atendidas	Número de alunos atendidos
Roseli Nunes	Mirassol do Oeste		7	13.803,60	7.060,16	1	374
Florestan Fernandez	São José dos Quatro Marcos	2005	3	6.589,30	4.124,80	2	430
Total - 2005	2	9	10 famílias	R\$ 20.392,29	11.184,96 Kg	3 escolas	804 alunos
Roseli Nunes	Mirassol do Oeste		31	65.239,68	40.462,60	6	4.158
Margarida Alves	Mirassol do Oeste		2	4.213,20	3.051,40	1	148
Che Guevara	Araputanga		9	22.465,30	15.763,00	4	2.151
Florestan Fernandez	São José dos Quatro Marcos	2006	24	47.976,94	35.106,20	8	1.752
Total - 2006	3		66 famílias	R\$ 139.894,58	94.383,20 Kg	19 escolas	8.209 alunos

Mas, apesar disto, neste primeiro ano teve-se amplo resultado, não necessariamente ligado aos R\$ 20.392,29 gerados para dez famílias associadas à ARPA e participantes do PAA, mas principalmente por ter estimulado a reflexão sobre as possibilidades da agricultura familiar fornecer alimentos aos mercados institucionais locais, até então uma oportunidade de escoamento da produção excedente não explorada na região sudoeste do Mato Grosso.

Em agosto de 2006, a ARPA, através de 66 famílias associadas residentes em quatro assentamentos (Roseli Nunes, Margarida Alves, Che Guevara e Florestan Fernandes) iniciou o fornecimento de hortifrutigranjeiros produzidos ecologicamente para a merenda escolar de 19 escolas de três municípios (Mirassol do Oeste, Araputanga e São José dos Quatro Marcos). Estes alimentos estão

contribuindo para a melhoria da segurança alimentar e nutricional de aproximadamente 8.200 alunos do ensino público destes municípios.

Da presente experiência desenvolvida pela ARPA, podese observar uma série de conseqüências capazes de contribuir com um futuro modo de proceder dos poderes públicos para a qualificação da alimentação escolar e ao mesmo tempo fortalecer a comercialização da produção da agricultura familiar principalmente a de base agroecológica.

No plano da organização da produção da ARPA, observam-se importantes avanços na execução das diferentes atividades ligadas a esta área de trabalho. Contratos das famílias participantes do projeto com o mercado institucional têm permitido um planejamento

mais preciso da produção, para suprir as demandas dos órgãos públicos. Até então, os planejamentos de produção eram dirigidos exclusivamente para o autoconsumo, uma vez que não se tinha clareza das demandas e oscilações dos mercados existentes.

Representantes da ARPA iniciaram, no ano de 2006, visitas às escolas dos municípios para abordagem da qualidade dos alimentos ecológicos junto a merendeiras e alunos, e está em processo de organização, ainda no ano de 2006, a realização de caravanas de alunos e merendeiras para visitação às unidades produtivas das famílias da ARPA, possibilitando que a comunidade discente e merendeiras inteirem-se das técnicas de manejo agroecológico utilizadas pela ARPA.



Alunos da Escola "Benedito Cesário da Cruz", Mirassol do Oeste - MT.



Agricultor da ARPA fazendo entrega de alimentos para merendeiras da Escola "Padre José Anchieta" -Mirassol do Oeste - MT

É perceptível que, a partir da participação no PAA, algumas famílias diversificaram sua produção; é bem verdade que isso se deveu ao atendimento do mercado institucional, mas tem representado um sensível aumento na diversidade da alimentação das famílias. Por exemplo, nos municípios de Mirassol do Oeste, Araputanga e São José dos Quatro Marcos, onde a agricultura familiar possui base econômica na produção de leite e na prestação de serviços, houve aumento no número de hortas diversificadas para o fornecimento de alimentos às escolas dos municípios; conseqüentemente, as famílias produtoras começaram a consumir estes alimentos de maneira mais constante.

O abastecimento agroalimentar institucional favoreceu a integração das famílias, pois apesar das produções ainda serem individuais ou em pequenos grupos, como no caso das hortaliças, somente pela via das associações é que se tem estabelecido os contratos com os mercados institucionais.

A experiência de comercialização de alimentos da ARPA com o mercado institucional tem instigado a associação a planejar sua produção para novos mercados, como a venda direta dos produtos a consumidores através das feiras livres, constituindo desta forma medidas alternativas, capazes de garantir um complemento financeiro e a aproximação de comunidade urbana às famílias agricultoras da ARPA.

Considerações finais

Diante do exposto, é possível verificar que ações locais de segurança alimentar que partem de uma maior integração do poder público local com famílias agricultoras no abastecimento agroalimentar institucional permitem novas possibilidades de articulação da sociedade organizada com as estruturas estatais, colocando em marcha processos de aprendizagem social de longo alcance.

O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, em desenvolvimento em nível nacional, representa uma importante ferramenta de fortalecimento da agricultura familiar, que extrapola aspectos ligados à geração de renda e adquire uma notável coerência com os ditames do desenvolvimento local rural sustentável, pois incentiva a formação de alianças locais.

Este programa tem possibilitado a flexibilização e a

descentralização do abastecimento agroalimentar público, possibilitando a participação de agricultores familiares historicamente excluídos destes mercados.

Fundamental também é considerar que a experiência desenvolvida pela ARPA tem contribuído com a cooperação interna da associação e fomentado o debate sobre produção e qualidade de alimentos agroecológicos consumidos pelos associados e ofertados à comunidade escolar.

A ARPA, ao abastecer escolas públicas com hortaliças e frutas provenientes de produção agroecológica, está

fornecendo para a dieta escolar alimentos com propriedades nutritivas que atuam na prevenção de doenças, e conseqüentemente contribuem para a diminuição da insegurança alimentar e nutricional regional.

Por fim, este programa precisa ser consolidado como uma política pública permanente, possibilitando assim a um maior número de agricultores familiares e poderes públicos locais a possibilidade de aprofundar o debate sobre a questão alimentar, esta que tem sido uma das maiores mazelas da sociedade brasileira de nossos dias.





DVD - BIOENERGIA:

Vida ou morte da agricultura familiar na Amazônia?





Manejo florestal comunitário: experiências em Gurupá-PA

Carlos Augusto Ramos, Nilza Miranda, Sheyla Leão, Raoni Nascimento, Jorge Pinto, Manoel Pantoja, Paulo Oliveira, Girolamo Domenico Treccani, Pedro Alves, Sérgio Alberto Queiroz, Adamor Silva, Pâmela Melo, Sandra Costa, Cléo Mota*.

^{*} Carlos Augusto Ramos – MSc, Engenheiro Florestal; Nilza Miranda – Técnica Florestal; Sheyla Leão – Engenheira Florestal; Raoni Nascimento – Estudante de Engenharia Florestal; Jorge Pinto da Silva – Engenheiro Agrônomo, Coordenador do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE; Manoel Pantoja – Coordenador Local da FASE em Gurupá; Paulo Oliveira – MSc., Engenheiro Agrícola, Coordenador do Projeto Demonstrativo Gurupá entre 1997 e 2002; Girolamo Treccani – Dr., Advogado, consultor jurídico da FASE; Pedro Alves – Técnico em Educação Não Formal; Sérgio Costa – Engenheiro Agrônomo da FASE entre 1997 e 2006; Adamor Silva – Técnico em Educação Não Formal da FASE entre 2002 e 2006; Pâmela Melo – Estudante de Engenharia de Pesca; Sandra Costa – Engenheira Florestal da FASE entre 1997 e 2000; Cléo Mota – Engenheiro Florestal da FASE entre 2000 e 2002.

1. Introdução

O manejo florestal comunitário (MFC) é um conceito desenvolvido para explicar uma modalidade de uso sustentável dos recursos florestais pelas comunidades rurais, mais notoriamente apresentadas na Amazônia. Sua essência está na racionalidade da exploração da floresta (baixo impacto), visando a melhoria dos aspectos econômicos e sociais dos seus habitantes e gerando, além de matérias-primas (produtos madeireiros e não madeireiros), serviços (permanência dos caboclos / ribeirinhos na terra, preservação da cultura etc.) para a comunidade envolvida. Por isso, possui uma abordagem bastante ampla e complexa, com necessidade de entendimento por parte dos seus executores da contextualização ambiental e sócio-econômica da localidade onde será operacionalizado o MFC.

Objeto de vários estudos, desde os anos 1980, o manejo florestal comunitário somente foi oficializado perante o Estado brasileiro através da regulamentação das Instruções Normativas (I.N.) 4 e 5, de 28 de Dezembro de 1998 (IBAMA, 1998), resultante de várias discussões, envolvendo organizações governamentais e não governamentais. Esse instrumento legal formalizou o conceito de manejo florestal comunitário e seus limites e vem se aperfeiçoando ao longo dos anos, permitindo que o número de famílias que praticam o MFC de maneira oficial aumente gradativamente ao longo dos anos.

A FASE, desde 1997, trabalha com comunidades tradicionais no município de Gurupá, no Pará, com a finalidade de estabelecer entre elas a prática do manejo comunitário dos recursos naturais. O *Projeto Demonstrativo Gurupá* continua as ações feitas pelo Sindicato de

Trabalhadores Rurais de Gurupá no Projeto Bem-te-vi¹, fortalecendo a economia familiar e ao mesmo tempo, a conservação da natureza. Na tentativa de implantação dos planos de manejo florestal comunitário, um dos componentes do projeto demonstrativo, a FASE tem se defrontado com obstáculos de ordem legal, causados pela falta de legislação mais condizente com a realidade comunitária. Além disso, os métodos operacionais utilizados pelos pequenos produtores têm variações que diferem substancialmente do que é aplicado no manejo florestal convencional.

Com o objetivo de resumir as experiências da FASE no município de Gurupá na aplicação e desenvolvimento do manejo florestal comunitário madeireiro, foi elaborado este artigo, que abordará a contextualização do MFC e suas origens, os ajustes na pedagogia do manejo repassada aos comunitários de Gurupá, a problemática da incompatibilidade inicialmente observada entre legislação e planos de manejo, as inovações operacionais utilizadas, os níveis de sustentabilidade alcançados e as lições aprendidas pelo projeto.

2. Localização e descrição de Gurupá

O município de Gurupá situa-se no rio Amazonas, na "Região das Ilhas" e fica a aproximadamente 500 km de Belém, a capital do estado do Pará. O município possui



No início de 1988, a diretoria do STR de Gurupá encaminhou ao Movimento Laici América Latina (MLAL - Itália) um projeto para a viabilização da presença de profissionais da área de produção agroflorestal para auxílio nas suas atividades junto às comunidades, denominado posteriormente de Projeto Bem-te-vi.

uma área total de 9.309 km2 (Figura 1). O acesso a Gurupá é feito sobretudo por via fluvial, com um tempo de viagem de barco entre 24 a 26 horas a partir da capital (FASE Gurupá, 2001).

A rede hidrográfica é a principal via de acesso do município, respondendo por 18,3% do total de sua superfície. Essa região está sujeita ao movimento sazonal e diário do nível das águas. A maior parte de Gurupá é dominada por várzeas de influência fluvio-marinha pertencentes ao estuário amazônico (Lima e Tourinho, 1994), ou seja, 57,9% da área total do município, havendo 23,8% de sua superfície composta por "terra firme" e o restante composta pelas águas do rio Amazonas que banham o município.

3. Comunidades escolhidas para a discussão do manejo florestal

Para demonstrar a metodologia de trabalho realizada pela FASE em Gurupá, selecionamos duas iniciativas propostas, das 45 comunidades trabalhadas pela FASE desde 1997 em manejo florestal comunitário: a primeira para a floresta de terra-firme² e a segunda para as áreas de várzea do município. Camutá do Pucuruí e o distrito do Itatupã, respectivamente, serão as regiões abordadas para a descrição do manejo florestal comunitário desenvolvido. Para isto, é importante enfatizar o processo organizacional existente antes do inicio da operacionalização do manejo florestal.

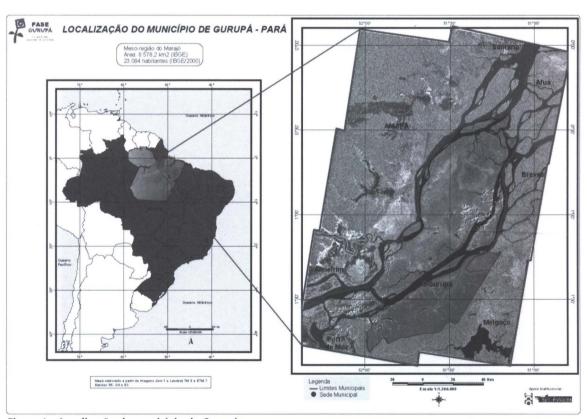


Figura 1 - Localização do município de Gurupá

A população total do município é de 23.084 habitantes, sendo aproximadamente 6.585 na cidade de Gurupá e em torno de 16.499 na área rural. A densidade demográfica é de 2,47 hab/km². Estima-se que 23,3% da população rural vivam nas áreas de terra firme e 58,2% nas áreas de várzea. O município tem localização estratégica na área do estuário do rio Amazonas, sendo importante porto de carga para o interior do Pará.



Os planos de manejo florestais comunitários aprovados ou protocolados nas áreas de terra-firme são: PMFC do Camutá do Pucuruí, PMFC do Camutá do Ipixuna e PMF de Pequena Escala nos Remanescentes de Ouilombos.

3.1. Camutá do Pucuruí

Em setembro de 1990, a comunidade do Camutá do Pucuruí, cujo número atual de famílias residentes é de 17, foi apoiada pela igreja e pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Gurupá na elaboração de normas para preservação do meio ambiente local, ditando regras para caça, pesca e criação animal e incentivando o uso de capoeiras para o preparo das roças. A partir daí, estabeleceu-se duas áreas de reserva florestal voltadas para madeira e caça (Figura 2).

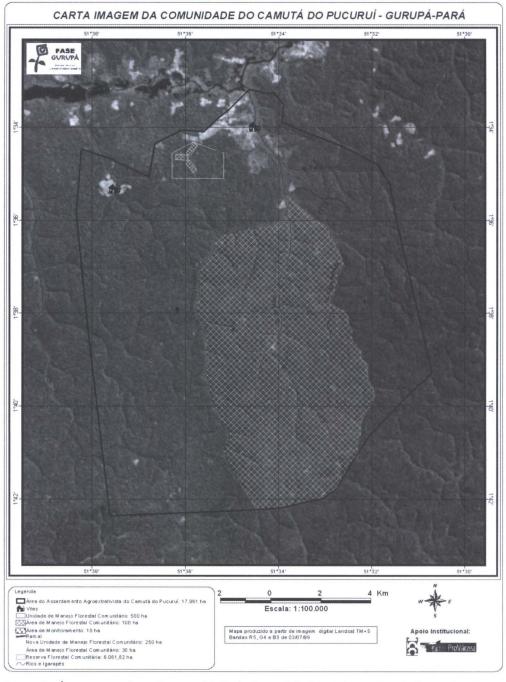


Figura 2 - Áreas reservadas pela comunidade do Camutá do Pucuruí para manejo florestal e caça.

As relações sociais de produção resultantes desse processo e a resistência da comunidade à entrada de invasores (madeireiros, caçadores etc.) geraram novas formas de organização, com a busca de alternativas de produção (agrossilvicultura), organização comunitária e novas formas de comercialização. Um exemplo prático dessa forma de pensar da comunidade foi a defesa coletiva de seu território de trabalho, com a marcação das reservas anteriormente estabelecidas e a aplicação de normas de uso, culminando com a instalação e aprovação pelo IBAMA de um plano de manejo florestal na comunidade.

3.2. Distrito do Itatupã - áreas de várzea de Gurupá

Com a diminuição do poder dos antigos patrões e maior autonomia das comunidades ribeirinhas, a atividade madeireira tornou-se o principal meio de vida para muitas famílias que residem nas várzeas de Gurupá, encontrando-se atualmente mais de 100 serrarias em escala familiar dispersas ao longo dos igarapés, com capacidade de processamento máxima de 80m3/ano de madeira serrada. Nessa caracterização estão as comunidades localizadas no distrito conhecido como Itatupã, destacável região de fornecimento de madeira para centros urbanos como Santana-AP e Breves-PA.

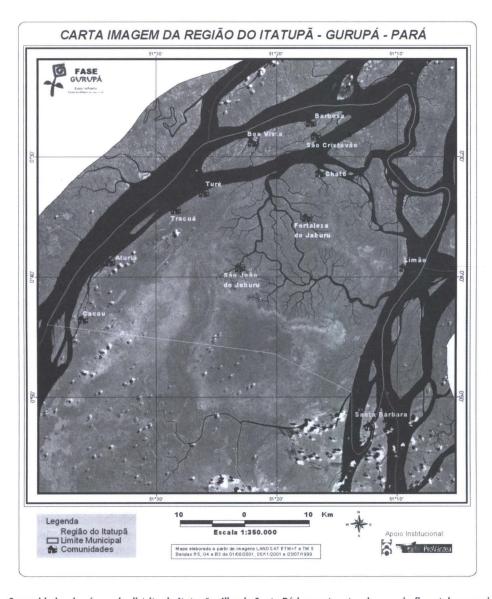


Figura 3 – Comunidades de várzea do distrito de Itatupã e Ilha de Santa Bárbara, atuantes do manejo florestal no município de Gurupá.

Os agroextrativistas do Itatupă iniciaram um amplo debate sobre manejo florestal em 2000, a partir da pressão exercida pelo IBAMA – através da sua representação no Estado do Amapá – para a regularização da atividade madeireira. Em 2002, o IBAMA criou um mecanismo de inclusão de famílias varzeiras como detentoras de planos de manejo, através da Portaria Estadual nº 2, de 16 de janeiro, que previu a regularização da extração madeireira a nível familiar, com limite anual de exploração de 200 m3/ano em tora para cada requerente.

Essa portaria permitiu provisoriamente que a atividade madeireira em pequena escala fosse legalizada, protocolando-se na época, só do distrito do Itatupã, 194 planos de manejo florestais madeireiros a nível familiar. Essas ações foram o inicio das discussões sobre outros temas recorrentes da gestão ambiental e territorial, como a elaboração de planos de uso comunitários, regularização fundiária e uso de produtos florestais não madeireiros (óleo de andiroba e frutos de acaí).

4. Plano de Manejo Florestal Comunitário Madeireiro: o caso do Camutá do Pucuruí

4.1. Os ajustes na pedagogia e didática de manejo florestal para as comunidades locais

A metodologia de trabalho tem se baseado na adequação máxima possível das técnicas de manejo à realidade comunitária, onde muitas vezes a adaptação chega a sugerir mudanças nas técnicas de manejo empregadas e sobretudo, na relação entre o conhecimento empírico e o acadêmico.

Para que o êxito até agora alcançado pelo projeto fosse possível, o acompanhamento contínuo foi fundamental. O potencial humano no manejo comunitário, que, segundo Ramos (2000), é medido pela soma dos parâmetros de conhecimento do uso florestal, motivação em explorar a floresta de forma racional e os recursos disponíveis, depende de maneira imprescindível para sua otimização da presença constante da assistência técnica nas comunidades, seja de forma planejada, seja espontânea.

A relação de confiança, intimamente ligada à questão da motivação, uma vez obtida entre comunidade e técnicos, torna a possibilidade de sucesso do empreendimento muito maior. Para isso precisa haver cuidado e bom senso para não existir dependência, paternalismo e vulgaridade

nessa relação. Apesar de aparentarem obviedade, estas questões são importantes, pois no Brasil, excetuando-se os bons exemplos consagrados até então, a engenharia florestal precisa aperfeiçoar-se no trato com comunidades tradicionais.

Dentro dessa filosofia, buscou-se definir métodos que permitissem a participação dos produtores, de forma organizada, para reduzir os conflitos atuais pela posse da terra e, principalmente, para torná-los um dos principais atores do processo de uso, conservação e manejo dos recursos naturais. A proposta de manejo apresentada pela FASE Gurupá altera a relação "extrator de madeira – empresa" à medida que reduz a cadeia de intermediários entre fornecedor e produtor, gerando maior retorno à comunidade extrativa.

A sistemática adotada vem possibilitando que a comunidade se organize e execute seu plano de manejo sem atrelar o produto final à venda obrigatória às empresas desejosas da madeira, mas abrindo um legue maior de opções como prefeituras, associações de marceneiros, enfim, ao mercado local e regional. Surgiria dessa forma a consolidação dos "Planos de Manejo Comunitários". Experiências que vêm sendo conduzidas em Santarém, na parceria entre comunidades e empresas, propalavam de maneira errônea como MFC a forma de operação feita pelas empresas nos inventários florestais, elaboração dos planos sem participação e entendimento das famílias posseiras. Da mesma maneira, o Estado do Amapá também apontava como MFC a implantação da exploração florestal em áreas comunitárias, sem debates da base sobre a utilização dos recursos naturais e apenas com o domínio intelectual das tarefas pelos técnicos florestais.

A comercialização da madeira dos planos de manejo comunitários para o mercado regional, priorizando-o em relação a mercados nacionais e mesmo internacionais, parte do pressuposto de que é mais segura a relação de venda já existente em Gurupá, com esforço para valorizar a madeira regularizada. Uma vez melhorada a renda oriunda da extração madeireira a partir do local, com a garantia de que é possível aprovar planos de manejo de maneira rotineira, pode-se investir em outros centros.

A metodologia empregada pela equipe de técnicos da FASE Gurupá não pretende fazer com que os produtores / extrativistas dependam só desta atividade. Na realidade, o foco maior é o desenvolvimento de todo sistema de produção e extrativismo, onde as práticas agrícolas, de pesca, extrativistas e sociais locais sejam valorizadas e incrementadas tecnologicamente, além de adaptadas no

contexto legal. Isto viabiliza a diversificação da produção e reduz as pressões sobre os recursos naturais, tanto da floresta quanto do meio aquático.

Para capacitar os produtores/extratores, a equipe da FASE precisou trabalhar fundamentos de alfabetização, além dos tópicos técnicos necessários, dada a baixa escolaridade encontrada nas comunidades³. Desse modo, para as técnicas de manejo, onde são envolvidas noções matemáticas, como por exemplo, a adoção de coordenadas x e y para a localização das árvores, é preciso que o profissional tenha bem fundamentadas tais teorias e suas aplicações práticas para indicar o mais didaticamente possível os princípios cartesianos, segundo o exemplo dado. O mesmo acontece para as mais diversas ferramentas conceituais do manejo, como a sucessão florestal, volumetria geométrica, classificação botânica etc., "trazendo a engenharia florestal para a terra".

4.2. Área de exploração anual, ciclo de corte e talhonamento

A área de exploração anual adotada no plano de manejo empresarial baseia-se no princípio da inter-relação entre Área de Manejo Florestal (AMF), Ciclo de Corte (CC) e área anual de corte ou Unidade de Produção Anual (UPA)⁴, comumente denominada de talhão. Na comunidade do Camutá do Pucuruí, primeira comunidade a praticar o manejo florestal em Gurupá, cuja área de manejo é de 100 ha, seguindo a metodologia convencional, ter-se-ia uma UPA estabelecida em 5 ha, considerando como ciclo de corte 20 anos de exploração.

A intensidade de exploração para os primeiros anos, bem como a meta anual de produção, foi acordada em 125 m3/ano. No entanto, alguns fatores verificados naquele momento na localidade poderiam inviabilizar o manejo florestal, como:

(a) A base de exploração é comunitária. Com isso, não haveria capacidade natural da comunidade em explorar grande volumetria de madeira, como realizado no manejo empresarial. Isso significa que os modelos adotados utilizando talhonamento servem muito bem para empresas, mas não possuem função imprescindível em algumas comunidades, pois os impactos ambientais são menores (utilizam-se nas associações comunitárias quantidades menores de equipamentos e máquinas ou nem mesmo são utilizados) e, portanto, o controle das operações anuais, que é o objetivo do talhonamento, perde parte de sua importância. Isso, todavia, não significa dizer que não seja utilizada área de exploração anual: uma vez que a comunidade perceba a viabilidade

de explorar um volume acima de 500 m3, pode-se aumentar a área de manejo e reutilizar talhões;

(b) As comunidades normalmente comercializam os produtos madeireiros obtidos por meio de "encomenda" de espécies. Assim, de acordo com o comprador, poderia haver demanda maior por determinada espécie, por exemplo, maparajuba. Com o talhonamento, haveria o risco de que em determinado ano não fosse contemplada a demanda pela espécie requerida.

Em vista disso, o projeto demonstrativo propôs a extração voltada para o volume anual a ser explorado, retirando o ciclo de corte da relação espacial do manejo e ligando-o ao número de indivíduos a serem extraídos por ano, passando este a ser o limite de exploração, juntamente com a intensidade de intervenção (25 m3/ha). Dessa maneira:

- 1. Estabelece-se o ciclo de corte, por exemplo, 20 anos;
- **2.** Verificam-se quantas árvores de determinada espécie existem na AMF com Diâmetro à Altura do Peito (DAP) apto para corte (superior ou igual a 45 cm) e com boa qualidade de fuste;
- **3.** Divide-se o número de indivíduos anteriormente encontrado para cada espécie pelo ciclo de corte estabelecido, determinando um número máximo de indivíduos e volume por espécie selecionada.

A tabela a seguir apresenta a base de calculo para a exploração dos recursos florestais no Camutá do Pucuruí, considerando um ciclo de corte de 20 anos.





³ Com os trabalhos da atual gestão na prefeitura municipal de Gurupá, Sindicato dos Trabalhadores Rurais e da Associação da Casa Familiar Rural de Gurupá, a educação no município avançou significativamente.

⁴ Os termos AMF e UPA começaram a ser utilizados a partir da I.N.nº 4, de 04 de Marco de 2002.

Tabela 1: Número total de árvores e limites anuais de corte por espécie-alvo estimado para a Unidade de Manejo Florestal do Plano de Manejo Florestal Comunitário do Camutá do Pucuruí. Valores médios de volume calculados a partir de dados do inventário florestal 100%.

ESPÉCIE	Número total de	Limite de corte	Volume médio	Limite total anual de volume
	árvores (100 ha)*	por ano	por árvore (m³)	disponível (m³)
		(árvores/ano)		200 00
Acapú	139	7	3,83	26,6356
Angelim folha fina	7	0	9,20	3,219265
Angelim vermelho	72	4	37,32	134,3452
Aquariquara	115	6	2,42	13,93429
Breu branco	14	1	2,41	1,688815
Cedrorana	61	3	17,74	54,11768
Cumaru	7	0	12,87	4,503525
Cumaru amarelo	37	2	10,56	19,52813
Cupiúba	59	3	7,46	21,99598
Curupixá	61	3	4,94	15,08213
Cutieira	38	2	3,07	5,834545
Favarana	34	2	8,31	14,12327
Mandioqueira	30	2	6,24	9,358625
Maparajuba	163	8	4,23	34,50605
Piquiarana	13	1	6,12	3,97779
Quaruba goiaba	8	0	4,36	1,74434
Sucupira	10	1	4,22	2,111635
Tauari	30 *	2	8,31	12,4623
Timborana	38	2	9,37	17,79981
Virola casca de vidro	9	0	4,11	1,85159

^(*) com Diâmetro das Árvores à Altura do Peito igual ou superior a 45 cm e qualidade de fuste (tronco) classificado como Bom

A tabela anterior apresenta situações em que há espécies cujo limite de exploração em indivíduos é menor que 1 árvore ano, como por exemplo, da virola-casca-de-vidro. Nesse caso, para a exploração florestal, essa é uma espécie descartada, utilizando-se, portanto, somente essências florestais cujo limite em indivíduos é igual ou superior a 1 indivíduo por ano.

Com esse leque de opções, torna-se fácil atingir a meta estabelecida de 125 m3 ao ano de volume de madeira nessa unidade de manejo. Poder-se-ia pensar em um primeiro momento que esse valor anual de madeira é muito baixo. No entanto, é um indicador de produção desejada bastante próximo da realidade dos comunitários, uma vez que a exploração de madeira não é tarefa única da comunidade durante o ano. Além disso, com a melhoria da capacidade produtiva dos habitantes

locais, a tendência é que essa meta em volume geométrico cresca.

5. Planos de Manejo Florestais de Pequena Escala nas Áreas de Várzea

5.1. Primeira etapa da regularização: de 2000 a 2002

Com a regulamentação dos planos de manejo florestais sustentáveis de pequena escala (PMFS Pequena Escala) ou planos de manejo individuais pela legislação florestal, através da Instrução Normativa nº. 4, de 04 de março de 2002 do IBAMA, as comunidades tradicionais da Amazônia conquistaram a possibilidade de regularizar sua atividade madeireira através de planos de manejo

simplificados. Dentre as medidas que permitiram esse acesso destacamos a aceitação das declarações de posse emitidas pelas associações comunitárias como forma precária de comprovação de justa posse para os comunitários que desejavam regularizar sua atividade florestal.

Antes disso, o IBAMA - representação do Estado do Amapá já tinha criado um mecanismo de inclusão de famílias varzeiras como detentoras de planos de manejo, através da Portaria Estadual nº 2, de 16 de janeiro de 2002, que previa a regularização da extração madeireira a nível familiar, com limite anual de exploração de 200 m3/ano em tora para cada requerente.

Esse conjunto de normas permitiu que se iniciasse a discussão sobre a atividade legalizada de comunitários gurupaenses na exploração madeireira, cuja matéria-prima é fortemente demandada pelas movelarias, instâncias e empresas localizadas em Santana, no Amapá. O receio da fiscalização dos órgãos ambientais sobre seus produtos madeireiros era a tônica na região antes da publicação das leis acima citadas. Além disso, a clandestinidade e a falta de informação levavam as comunidades a evitar o IBAMA, identificando-o como uma instituição repressora.

No período de abril a junho de 2002, a FASE, com o apoio do ProVárzea, realizou o acompanhamento da regularização dos extratores de madeira do distrito do Itatupã e adjacências em Gurupá para a elaboração dos PMFS de Pequena Escala. As comunidades foram assistidas em dois postos de atuação: um no setor Pracuubinhas e outro no setor Alegres para atender o maior número possível de moradores. O acompanhamento se deu através de ajuda no preenchimento dos formulários, esclarecimento de questões formuladas pelas comunidades e orientação sobre os procedimentos que deveriam ser efetuados durante o levantamento das árvores a serem exploradas por cada produtor requerente da autorização para exploração. Essa atividade envolveu as associações locais e o STR Gurupá como co-gestoras do processo junto aos produtores rurais, beneficiando 194 famílias. Os resultados no primeiro ano mostraram uma grande iniciativa dos comunitários em regularizar-se, diminuindo sensivelmente a exploração clandestina de madeira na região do Itatupã, cujo contingente em volume liberado, foi estimado em 19400 m3 de madeira autorizada para exploração a nível familiar pelo IBAMA.

Os problemas enfrentados pela FASE e associações em



Gurupá na regularização dos extratores a nível familiar, foram principalmente relacionados à baixa escolaridade e à falta de documentação pessoal. Para vencer os obstáculos, a FASE e o STR de Gurupá incentivaram as famílias a providenciarem seus documentos. Além disso, foram simplificados os processos de elaboração de planos de manejo, adaptando-os à realidade comunitária. Notou-se também uma carência de trabalhos direcionados às questões organizativas na região estuarina, pois moradores de outros municípios⁶ procuravam as entidades de Gurupá para se regularizarem, já que em suas localidades não havia tal apoio.

Não obstante a aprovação de 194 planos de manejo, a demora na liberação dos mesmos (protocolados em 2002, mas aprovados somente em 2003), não coincidindo com o cronograma de atividades dos varzeiros e a não liberação de Autorizações de Transporte de Produtos Florestais (ATPFs) para a madeira regularizada não permitiram o sucesso total dos trabalhos. A equipe de técnicos da FASE realizou um breve diagnóstico do "percurso" dos planos de manejo e seus obstáculos, demonstrado na figura a seguir.



⁶ A área abrangida pela portaria nº 2, de 16 de janeiro de 2002, incluía os municípios de Afuá, Breves, Bagre, Curralinho, Almeirim, Muaná, Ponta de Pedras, Gurupá, Melgaço, Chaves e Anajás.

TRÂMITE DOS PLANOS DE MANEJO DE PEQUENA ESCALA

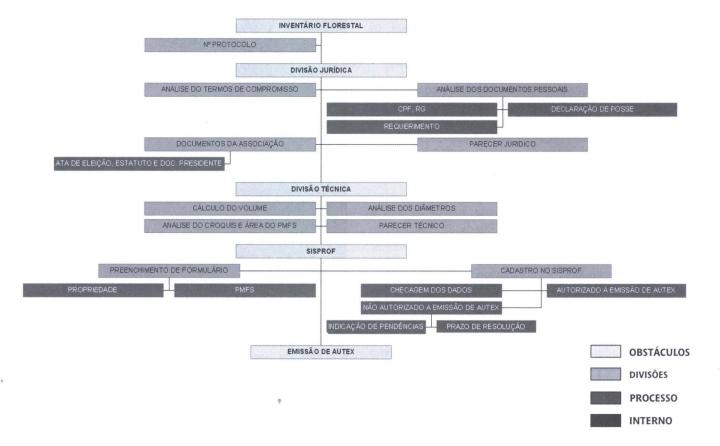


Figura 4 – tramitação e dificuldades apontadas pela FASE durante o acompanhamento dos planos de manejo de pequena escala no IBAMA, representação do Amapá em 2003.

Para exemplificar a perda ocorrida pela demora na emissão das autorizações de exploração e pela desinformação sobre a possibilidade ou não de comunitários deterem ATPFs para seus produtos, a Associação dos Produtores do Rio Jaburu (APROJA) procurou uma empresa de compensados para negociar o

volume de virola (Virola surinamensis Warb.) de seus planos de manejo, se fossem liberados pelo IBAMA. Abaixo, seguem os valores da espécie que poderiam ser comercializados junto a uma empresa, comparando-os com os valores pagos por atravessadores para as comunidades.



Tabela 2 - contato comercial entre a APROJA e a EIDAI do Brasil SA. para a comercialização de madeira em tora de Virola surinamensis Warb.

Classificação da tora de Virola	Descrição	Preço pago pelo atravessador na região (R\$/m³)	Preço pago pela EIDAI com plano de manejo (R\$/m³)
Especial	circunferência igual ou superior a 1,5m e com 5,7 metros de comprimento, sem defeitos	R\$26,00	R\$78,00
1 ^a	circunferência igual ou superior a 1,5 m e comprimento acima de 3 metros, sem defeitos	R\$20,00	R\$49,00
2ª	circunferência inferior a 1,5 m e superior a 1,3m ou que apresente defeitos	R\$18,00	R\$39,00
3 ^a	circunferência inferior a 1,3m e superior a 1,1m com defeitos	R\$8,00	R\$18,00

Fonte: Adaptada do relatório anual do componente manejo florestal do Núcleo de Desenvolvimento Local da FASE, Programa Amazônia-dez/2003.

Os valores negociados agradaram à associação, mas o fato de seu plano de manejo não ter sido liberado fizeram-na desistir do contato comercial naquele momento. Mesmo assim, a idéia de realizar o manejo florestal madeireiro, a necessidade de organização comunitária e a constatação da valorização da madeira regularizada quando comparada à clandestina permaneceram como um processo a ser continuado.

5.2. Os problemas da regularização da atividade florestal na várzea entre 2003 a 2007

Em 2003, a Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Distrito do Itatupã (ATAEDI) e a APROJA continuaram na tentativa de regularizar as serrarias familiares, através da autorização de exploração e transporte de madeira. Como resultados dos entraves ocorridos nos anos anteriores, somente 61 famílias protocolaram PMFS de Pequena Escala envolvendo as duas associações. Essa queda de 194 para 61 famílias requerentes de Autorizações para Exploração Florestal (AUTEX) pode-se explicar por três possíveis causas: i) desmotivação pelo fato de que as ATPFs não chegavam nas mãos dos comunitários detentores de planos de manejo; ii) demora na aprovação dos planos; iii) envolvimento das famílias na primeira etapa

simplesmente pelo medo da fiscalização. Como não ocorrera tal operação, muitas desacreditaram que fosse realmente importante se regularizar.



Figura 5 - inventário florestal realizado pelas famílias varzeiras

As 61 famílias, 23 pela APROJA e 38 pela ATAEDI, foram aquelas que entenderam que o manejo é uma tarefa obrigatória. Nesse sentido, tais requerentes foram mais bem treinados no inventário florestal e na organização dos documentos necessários para a protocolização de seus planos, repercutindo em uma melhor qualidade dos pedidos junto ao IBAMA (Figura 5).

A aprovação desses planos só ocorreu em março de 2005, repetindo-se o problema relacionado à morosidade. Outro agravante foi a não consecução de Autorizações para Transporte Florestal, pois a Instrução Normativa 04 não enquadra pessoas físicas para a obtenção das guias de transporte. Apesar disso, as associações gurupaenses têm se estruturado para um melhor gerenciamento da madeira liberada. Um exemplo dessa atitude foram as viagens em setembro de 2005 de lideranças comunitárias de Gurupá aos municípios de Breves-Pa e Portel-Pa para o estabelecimento de contatos comerciais envolvendo a madeira regularizada no IBAMA.

A intensidade de exploração⁷ por hectare prevista nos planos de manejo verificado após a aprovação em 2005 foi de cerca de 4 m3/ha⁸. O limite para o pequeno extrator segundo a legislação florestal até então vigente era de 10m3/ha (I.N.n° 04, de 04 de março de 2002). Isso demonstra que, perante a lei florestal, a exploração madeireira a nível comunitário em áreas de várzea é de baixa intensidade. No entanto, são necessários mais estudos sobre o real limite de extração de madeira por comunidades em regiões varzeiras.

Para a madeira serrada, existia um impasse que dificultava a obtenção da guia de transporte florestal para aqueles que possuem pequenas serrarias. A dificuldade estava no entendimento por parte do IBAMA de que a madeira processada, mesmo que proveniente de pequenas serrarias familiares compostas na sua grande maioria por apenas uma serra circular, fosse adquirida a partir de pessoa jurídica e não de pessoa física, característica principal da detenção dos planos de manejo de pequena escala aprovados.

Nesse sentido, nunca ficou esclarecido se um pequeno extrator poderia transportar madeira serrada. Técnicos do IBAMA sugeriam a constituição de micro-empresas por cada produtor para, a partir do CNPJ, efetuar cadastro no IBAMA para a emissão das ATPFs dos produtos "industrializados" gerados pelo processamento de madeira pelos comunitários.

O fato de não se tratar de uma empresa e sim de um núcleo familiar que beneficia madeira, cuja capacidade de produzir – entre os produtores da ATAEDI, por exemplo – é de cerca de 60 m3 de madeira serrada em média por família ao ano, os coloca em situação de difícil enquadramento das exigências pela lei. Primeiramente por não se tratar de uma atividade exclusiva de sobrevivência: muitos cumprem um cronograma conforme a abundância dos recursos naturais que poderia ser assim resumido: i) explorar madeira durante os

primeiros meses do ano, sobretudo na época das chuvas—de janeiro a maio — vendendo imediatamente sob a forma de toras ou dormentes ou, se preferirem serrar a madeira, estocam as toras para, ao longo do ano, irem beneficiando e comercializando tais produtos; ii) coletar para consumo ou venda os frutos do açaí, cuja renda gerada faz dos outros meios de vida secundários no período de maio a agosto; iii) pescar artesanalmente o camarão de água doce (Macrobachium amazonicum) entre os meses de junho a dezembro, quando muitos extrativistas passam a viver dessa atividade; iv) da caça, da pesca, das roças na época do verão amazônico (de julho a novembro).

Tais comunidades tratam a serraria como um equipamento, tal qual um barco, uma canoa, a casa, tudo em prol da sobrevivência familiar. Fogem à lógica de uma micro-empresa, que segundo alguns, seria a saída para a emissão segura das notas fiscais, e, por conseguinte, ATPFs, com toda sua carga tributária e burocracia, além da trabalhada durante a tramitação de suas regularizações para exploração.

Nunca ficou claro para técnicos que assessoram e para as comunidades locais o porquê da impossibilidade de garantir o direito às guias de transporte, uma vez que a Portaria nº 44, de 06 de Abril de 1993, não especifica nenhum impedimento nem discrimina, dentre os detentores de planos de manejo deferidos, os que podem ou não ter acesso às ATPFs. Apesar dos avanços nos mecanismos de transporte de produtos florestais, atualmente emitidos como Documentos de Origem Florestal (DOFs), ainda não foi disponibilizado no dia a dia de famílias ribeirinhas.

O Grupo de Trabalho de MFC, organização informal na qual a FASE atua, vem desde 2000 debatendo os rumos do manejo na Amazônia, contando com o apoio de programa do Ministério do Meio Ambiente (MMA) como o ProManejo e mais recentemente, do Serviço Florestal Brasileiro. A partir das experiências nos estados amazônicos em manejo comunitário, o GT de MFC tem lutado para que a União possa tornar mais factível a prática do manejo. Em 2007, O MMA acatou as solicitações do GT e está tentando construir a Política Nacional do MFC, cujo desenho está na pauta dos trabalhos da Comissão Nacional de Florestas (CONAFLOR) e da Comissão de Gestão de Florestas Públicas (CGFLOP).



⁷ Razão entre o volume explorado anualmente e a área manejada

⁸ Referente às médias de intensidade de exploração da ATAEDI e APROJA

A incerteza sobre a obtenção dos documentos de transporte florestal de madeira beneficiada anteriormente exposta tem sido o grande gargalo das comunidades tradicionais, o que certamente impede uma maior autonomía sobre suas relações comerciais e de trabalho. Mais do que isso, o incentivo à circulação de madeira serrada regularizada poderia diminuir os impactos ao meio ambiente. Um trabalhador rural gasta mais tempo e agrega mais valor ao produto madeireiro beneficiado, contra uma velocidade de extração maior em venda de toras, com valores muitos menores dados às espécies. A emissão de guias de transporte para toras e dormentes (processados por meio de motosserra) é menos burocrática, portanto, de mais fácil obtenção, porém essa forma de processamento é mais danosa aos recursos florestais do que a madeira oriunda de pequenas serrarias.

6. Lições e desafios para sustentabilidade dos projetos de MFC em Gurupá

As inovações técnicas e as conquistas obtidas na obtenção de documentos e na esfera burocrática para viabilizar a existência dos planos de manejo florestal a nível comunitário em Gurupá só foram possíveis graças aos mútuos esforços dos componentes deste projeto demonstrativo. Sem a integração inter e multidisciplinar, as dificuldades que ocorreram certamente colocariam em risco a permanência e credibilidade dos planos de manejo. Foram situações que colocaram à prova a capacidade de reação dos educadores do Núcleo de Desenvolvimento local da FASE.

A experiência dos técnicos da FASE demonstra que a complexidade sobre o MFC exige domínios nos mais diversos campos da ciência e que, apesar de não haver um grande aparato tecnológico, o profissional da área necessita de um aperfeiçoamento contínuo para melhor entender e atender as pessoas simples e carentes que estão envolvidas no MFC.

A exploração florestal madeireira por comunidades tradicionais pode ser baseada na área anual de extração ou pelo volume explorado, combinando forma de uso da mata de maneira coletiva ou familiar, sempre contando com a força do associativismo para o debate dos métodos empregados e para as discussões junto aos órgãos ambientais.

O plano de uso comunitário dos recursos naturais, além de ser uma importante ferramenta para o início do processo

de regularização fundiária, é um direcionador das ações voltadas ao manejo florestal. Tal plano é composto por regras e normas criadas e seguidas pelos comunitários, respeitando as leis ambientais federais com comprometimento de utilização sustentável dos recursos naturais locais. Em regiões onde se desenvolve esse conjunto de normas, a possibilidade de conflitos durante a implantação do manejo florestal é bastante remota, uma vez que o próprio manejo das matas é normalmente imperativo nas leis comunitárias. Além disso, com a determinação dos limites de respeito entre os comunitários, as famílias ficam sabedoras de seus direitos e deveres em relação aos recursos naturais e à comunidade.

A organização comunitária, através do associativismo, da comercialização de produtos florestais não madeireiros e da relação com outras atividades dos produtores como pesca e agricultura, também é uma ferramenta que, integrada às operações de manejo florestal comunitário, garante a gestão ambiental e territorial de maneira responsável pelas comunidades.

Com a criação da lei de Gestão de Florestas Públicas (Lei Nº 11.284, de 2 de março de 2006), dá-se oportunidade através de seu artigo 5º para a criação de departamentos municipais que poderiam realizar a gestão florestal⁹. Isso poderia lançar Gurupá como precursor de um movimento da municipalização da administração das florestas, em parceria direta com organismos federais e estaduais¹⁰.

7. Considerações finais

As populações tradicionais da Amazônia já possuem novos instrumentos para reagir pelo reconhecimento de seu direito a terra e no combate à grilagem. Esse é um movimento espalhado por toda a região Norte, utilizando como estratégia o uso sustentável oficial daquilo que é mais valioso em termos financeiros localmente: a madeira.



° O artigo 5º da Lei de Gestão de Florestas Públicas estabelece: "O Poder Público poderá exercer diretamente a gestão de florestas nacionais, estaduais e municipais criadas nos termos do art. 17 da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, sendo-lhe facultado, para execução de atividades subsidiárias, firmar convênios, termos de parceria, contratos ou instrumentos similares com terceiros, observados os procedimentos licitatórios e demais exigências legais pertinentes...".

¹⁰ Respectivamente representados pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Estado do Pará (IDEFLOR).

Como atenuante dos efeitos causados pelas grandes indústrias madeireiras legais ou não, iniciativas comunitárias têm sido cada vez mais freqüentes como proponentes e executoras de planos de manejo. Estes atores desejam organizar-se, desenvolver a gestão ambiental, obter a regularização fundiária, conseguir autonomia econômica, aumentar as alternativas de uso da terra, ter segurança social, impedir as invasões de grileiros, madeireiros e outros grupos que propagam a derrubada sistemática e vil da floresta.

As comunidades tradicionais, cuja mentalidade e o estilo de vida são singulares e diferenciados àqueles praticados pela civilização moderna das grandes cidades, começam a assumir uma tática de conservação dos seus recursos humanos e naturais sem relegar a importância de sua atividade como fonte de renda: reservas florestais intactas somente não os interessam. Querem participar das discussões sobre o futuro de sua região, onde o manejo madeireiro é uma das suas permissões de entrada. Pretendem uma economia em que os ganhos sejam mais bem repartidos e mais pessoas tenham oportunidade de lucrar com a floresta.

Será que as entidades fomentadoras do manejo estão oferecendo as ferramentas necessárias para estas finalidades? Elas respeitam o cronograma de atividades das localidades trabalhadas? Policiam a si mesmas para não incutir nas comunidades pensamentos voltados apenas para a questão madeireira, mesmo que de forma sustentável? Por fim, estimulam nos comunitários a noção de produtores agroextrativistas e não meramente extrativistas? São estas questões aqui levantadas, não somente para a própria FASE e seus encaminhamentos, mas para toda a sociedade civil organizada operante na Amazônia.

Os órgãos ambientais necessitam ser mais parceiros das comunidades. Precisam trocar idéias para a adequação de seus instrumentos legais, dialogar com os trabalhadores rurais. Uma vez estreitados esses laços, tem-se uma força importante na luta pela conservação da floresta amazônica, na luta por mercados que utilizem produtos florestais de origem manejada. As bases para o manejo florestal em Gurupá já existem. Buscar a valoração da floresta, eis o desafio para os próximos anos que as comunidades locais, ONGs e IBAMA precisam enfrentar e vencer.

O município de Gurupá encontra-se na vanguarda dessas discussões, fruto da luta política do campesinato local por melhores condições de vida e pela independência das relações de aviamento. Com um sindicato atuante e informativo dos direitos e deveres do trabalhador e da trabalhadora rural, com colaboração substancial das associações comunitárias, a cada dia consolidam-se estruturas de uma região comprometida com as gerações futuras nos mais diversos aspectos. Os avanços e conquistas do projeto demonstrativo da FASE não seriam possíveis sem esta base alcançada. Isso remete a duas condições primordiais para qualquer projeto de manejo florestal comunitário madeireiro: a organização e harmonia dos envolvidos em objetivos comuns, etapas que levam anos para começarem a ser percebidas, e a educação, aperfeiçoando a capacidade dos comunitários em analisar o mundo e a si próprios.

8. Referências Bibliográficas

COSTA, S. Plano de manejo florestal comunitário do Camutá do Pucuruí Gurupá-PA. Belém. Documento expedido ao IBAMA, representação do Estado do Pará. FASE. 2000. 138 p.

CONCEIÇÃO, M. C. A. **Análise estrutural de uma floresta de várzea no Estado do Pará.** Curitiba: UFPR. Dissertação de mestrado. 1990. 107p.

FASE Gurupá. **Projeto Manejo Comunitário dos Recursos Florestais e de Pesca em áreas de várzea do município de Gurupá, Pará.** Documento enviado ao ProVárzea. Manaus. 2001. 61p.

IBAMA. 1998. **Instruções Normativas n.º 4 de 28 de Dezembro de 1998.** DIÁRIO OFICIAL da União, seção I, 30 de Dezembro de 1998.

LIMA, R. R. e TOURINHO, M. M. **Várzeas da Amazônia Brasileira: principais características e possibilidades agropecuárias.** Belém: FCAP. Serviço de Documentação e Informação, 1994. 20p.

MOTA, C. G. Plano de Manejo Florestal Comunitário do Camutá do Pucuruí: Relatório das atividades desenvolvidas no PMFC em 2001. Documento enviado ao IBAMA, representação do Estado do Pará. 2001. 13p.

RAMOS, C.A.P. Possibilidades de otimização do uso florestal para pequenos produtores em várzeas amazônicas. Um estudo na Costa Amapaense. Belém: Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Dissertação de Mestrado. 2000.



Expressões da Agroecologia na Amazônia

Patrícia Mourão*

A agroecologia na Amazônia vem sendo construída a partir das diversas formas de uso e manejo dos recursos naturais, que historicamente são desenvolvidas por populações tradicionais, agricultores familiares e povos indígenas. As iniciativas agroecológicas amazônicas alcançaram uma expressão nacional mais ampla, com a constituição da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e a realização dos Encontros Nacional e Regional de Agroecologia (ENAs e ERAs), em 2002 e 2006. Entretanto, é ainda um grande desafio conhecer melhor estas iniciativas e seus processos, semelhanças e diversidades, as pessoas e organizações envolvidas nessa construção e os temas motivadores. Nesta perspectiva, durante o processo preparatório do II ENA, um conjunto de organizações de produtores e produtoras rurais, movimentos sociais, assessores técnicos, estudantes e pesquisadores, integrados à ANA Amazônia, participou da realização do mutirão nacional de identificação de experiências em agroecologia.

Neste levantamento foram identificadas e localizadas 191 iniciativas agroecológicas nos noves estados da Amazônia Legal, o que representou cerca de 12% do total de iniciativas identificadas no Brasil. Ao se distribuir espacialmente as iniciativas, observa-se que as mesmas são vivenciadas nos diferentes ecossistemas amazônicos: das regiões de cerrado do Mato Grosso, passando pelas várzeas do Pará, até as florestas densas do Acre. As iniciativas se concentram principalmente nos estados do Pará (51), Mato Grosso (50) e Amazonas (32).



A agroecologia tem muitas caras... Múltiplas identidades!

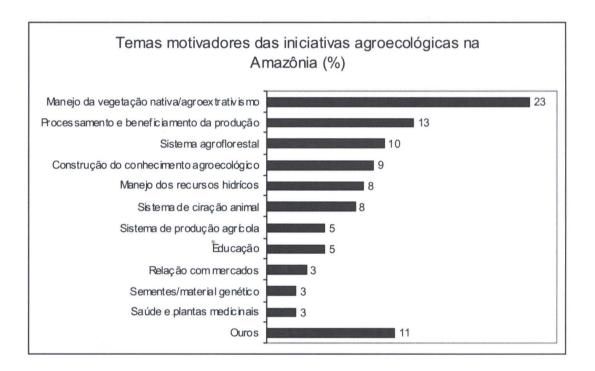
A agroecologia na Amazônia é desenvolvida por homens e mulheres que apresentam diferentes identidades sócioculturais. A maior parte das iniciativas foi apresentada por agricultores e agricultoras familiares, porém há uma diversidade de outras categorias sócio-culturais praticando a agroecologia. Camponeses, agroextrativistas, sertanejos, ribeirinhos, quilombolas, geraizeiros e indígenas desenvolvem, nos diferentes ecossistemas, práticas sustentáveis de manejo e uso dos recursos naturais.



^{*} Ex- técnica da Fase Amazônia

A agroecologia é vivenciada em diversos temas!

Na Amazônia, a agroecologia vai além da aplicação dos princípios ecológicos para recuperação de terras degradadas. A maior parte das iniciativas está voltada para o manejo e preservação dos sistemas e práticas sustentáveis de uso dos recursos florestais, que incluem o extrativismo de sementes, castanhas, óleos; o manejo florestal comunitário e o manejo de animais silvestres. Neste contexto, a visão restrita da agroecologia como um processo de transição agroecológico para alcançar sistemas mais sustentáveis, mais evidente em outras regiões do país, não se adequa à Amazônia.



Deve-se destacar a participação das organizações de mulheres na construção da agroecologia na Amazônia. Não só as mulheres participam de todas as iniciativas arroladas como 15% dessas são desenvolvidas por organizações específicas de mulheres. Destaca-se a atuação do movimento das mulheres quebradoras de coco babaçu na construção da agroecologia nos estados do Pará, Maranhão e Tocantins. Por outro lado, elas trazem para o campo temático da agroecologia a produção de artesanato com uso de recursos da floresta, como sementes, folhas, talas e plantas medicinais.

O movimento agroecológico na Amazônia está em construção e será fortalecido à medida que estas iniciativas forem sendo visibilizadas e reconhecidas como propostas de desenvolvimento, baseadas na sustentabilidade e na eqüidade. Nesta perspectiva, a Articulação Nacional de Agroecologia na Amazônia tem como papel fundamental animar processos que permitam este reconhecimento e, ao mesmo tempo, constituir-se num espaço de articulação e proposição, capaz de influenciar nas políticas de desenvolvimento e nos modos de vida da sociedade amazônica.









Página Principal

O que é ANA

II ENA

TENA

Regiões

Campanhas

Agenda

Notícias

Boletim

Textos Álbum de Fotos

Fórum



Usuário: Senha:

Entrar

Esqueceu a senha?

Solicitar seu Cadastro

Últimas Noticias

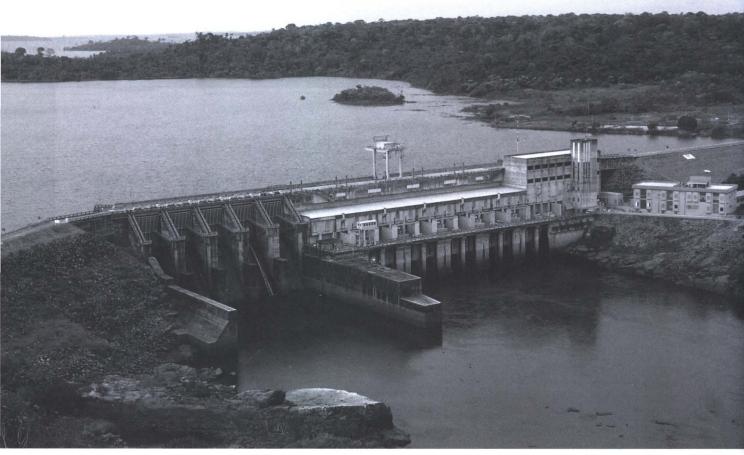
- Por um semi-árido livre de algodão transgênico (17/8/2007) VI ENCONTRO DA REDE ECOVIDA DE AGROECOLOGIA (18/7/2007)
- 6ª Jornada de Agroecologia (18/7)
- Iniciativa apóia agricultores da Amazônia através de assessoria em agroecologia (12/3/2007)
- Abertas inscrições de trabalhos para I Reunião Amazônica de Agroecologia
- ANA: em defesa do Conhecimento Livre (23/2/2007)
- A juventude presente produz carta de contribuição ao CBA (06/12/2006)
- Exposição Índios: Os Primeiros Brasileiros (06/12/2006)

 IV CBA repudia liberação de transgênicos (30/11/2006)
- Articulação do Semi-Árido Brasileiro rejeita transgênicos (30/11/2006)

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia

Articulação Nacional de Agroecologia é um espaço de articulação entre movimentos e organizações da sociedade civil envolvidos em experiências concretas de promoção da agroecologia e do desenvolvimento rural sustentável nas diferentes regiões do Brasil.Busca promover a agroecologia como alternativa para a sustentabilidade da produção familiar (respeitando sua grande diversidade de culturas e modos de vida) e como parte de um novo modelo de

www.agroecologia.org.br



Candeias do Jamari (RO) - A usina hidrelétrica de Samuel, construída na década de 80, no município próximo à capital de Rondônia, Porto Velho

Foto: Wilson Dias/ABr

Mineração e hidrelétricas em terras indígenas: afogando a galinha dos ovos de ouro

Raul Silva Telles do Valle*



A continuidade no poder, em regimes democráticos, é sempre um desafio. A lógica da alternância, subjacente a esses regimes, demanda que para cada novo período de governo existam novidades, forma simbólica de aplacar uma eterna aspiração popular por tempos melhores. Se é o mesmo governante que vai permanecer no cargo, diante da falta natural de novos projetos políticos, deve ele reinventar algo para poder ser reapresentado como diferente, inovador e capaz de catapultar a sociedade em direção ao tão almejado – embora indefinido – progresso.

O novo mandato presidencial, diante da necessidade de apresentar à sociedade novidades, se iniciou com um grande ato de marketing político: lançou, logo em seus primeiros meses, um Programa de Aceleração do Crescimento, o tal do PAC. Não sendo muito mais do que uma roupa nova do esquecido Programa Avança Brasil do governo tucano, o PAC se concretiza numa longa lista de obras de infra-estrutura – muitas das quais planejadas há mais de uma década, mas que nunca saíram do papel – para as quais promete-se garantir recursos orçamentários para sua conclusão¹.

Mas por que um programa voltado para o crescimento econômico? Há muitos anos que a economia ecológica já demonstrou que crescimento econômico não é necessariamente equivalente a desenvolvimento e que, pelo contrário, um consumo exacerbado de recursos naturais pode levar, num médio ou longo prazo, a um colapso do sistema econômico. Apesar disso, há pelo menos dois anos, desde antes das eleições presidenciais, o debate sobre a necessidade de crescimento econômico toma conta da pauta da grande imprensa e das análises feitas por economistas e entidades empresariais. Durante as eleições, notadamente no segundo turno, esse foi um tema central nos debates e na propaganda política, com

ambos os candidatos tentando explicar porque o país não cresceu tanto quanto deveria num cenário de bonança mundial e como iriam garantir um crescimento contínuo e de longo prazo para os próximos anos. O PAC foi uma forma do novo-velho governo dar uma resposta aos que o criticaram durante a campanha pela reeleição.

E o que o Brasil quer ser quando crescer? Na ausência de uma idéia melhor, um grande exportador de commodities. Esse pelo menos é o caminho que vem tomando já há mais de uma década, desde que adotou medidas comerciais liberalizantes que, encerrando um longo ciclo econômico marcado pela substituição de importações, o fizeram retornar a um padrão de especialização internacional baseado na exportação de produtos intensivos em recursos naturais, tal como ocorria na primeira metade do século XX. Essa situação fez com que vários analistas econômicos venham apontando para uma desindustrialização do país, marcada pela perda de participação relativa da indústria no Produto Interno Bruto (PIB) e na pauta de exportações, dando lugar a produtos primários (soja, algodão, minérios, carne etc) ou semi-elaborados (alumínio, ferrogusa, óleo vegetal etc)2. Um estudo do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) aponta para uma "desindustrialização relativa" entre 1991 e 2003, vale dizer que, embora a participação da indústria no PIB do país permaneça praticamente a mesma no



Apesar da suposta prioridade e garantia de não contingenciamento, em novembro de 2007, a menos de dois meses para acabar o ano fiscal, o Governo Federal não havia conseguido gastar nem 10% dos recursos assegurados para essas obras (cerca de R\$ 15 bilhões) no ano.

² Apud NASSIF, André. **Há evidências de desindustrialização no Brasil?** BNDES, Rio de Janeiro, 2006 série "Textos para discussão".

período, as indústrias mais intensivas em tecnologia e mão-de-obra perderam espaço para aquelas intensivas em recursos naturais e com pouca agregação de valor no produto final³.

Segundo o modelo em vigor, para perseguir e manter o tão almejado crescimento econômico, precisaremos cada vez mais de recursos naturais baratos e abundantes. E onde encontrá-los, uma vez que no já industrializado e densamente ocupado centro-sul do país eles não existem mais nessas condições? Ora, na grande fronteira econômica nacional, a Amazônia.

Fronteira energética

Quem acompanha as notícias econômicas dos grandes jornais deve estar bem ciente do grave risco de sofrermos um "apagão" antes de 2010, nos mesmos moldes do que ocorreu na forte estiagem de 2001. Nove em cada dez analistas apontam para o risco de falta de energia elétrica num horizonte de médio prazo como um dos principais fatores de desestímulo ao crescimento econômico, por gerar insegurança a novos investimentos e, assim, afastar capital produtivo. Há, dessa forma, um clamor pelo aumento na geração de energia.

Diferentemente da grande maioria, dos países desenvolvidos ou em desenvolvimento, o Brasil tem nos rios sua principal fonte de geração de energia elétrica, pois cerca de 88% da eletricidade gerada vêm de hidrelétricas⁴. Para o Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH)⁵ recém aprovado "o grande potencial hidrelétrico brasileiro representa uma indiscutível vantagem comparativa em relação às matrizes elétricas adotadas por outros países". Ele confirma, portanto, a tendência de expansão da geração hídrica e da prevalência dessa forma de geração sobre as demais (térmicas a gás e carvão, nuclear, eólica etc), o que só veio a ser reforçado com os problemas no fornecimento de gás natural pela Bolívia.

E onde poderia ocorrer essa expansão hidrelétrica? Sendo o Brasil um país que há mais de 50 anos vem utilizando em grande escala seus rios para a produção elétrica, muitas bacias já tiveram o seu potencial praticamente esgotado, havendo pouco espaço para novas usinas. O quadro abaixo demonstra bem essa situação:



Foto: Antonio Cruz/ABr



³ Apud FEIJÓ, Carmen Aparecida et alii. **Ocorreu uma desindustrialização no Brasil?** IEDI, novembro de 2005 – série "Estudos IEDI". Disponível em http://www.iedi.org.br/admin_ori/pdf/20051129_desindustrializacao.pdf

⁴ Apud. GOLDEMBERG, José e LUCON, Oswaldo. **Energia e Meio Ambiente no Brasil.** Paper apresentado durante a Conferência Internacional Empresas e Responsabilidade Social, São Paulo, 2007.

⁵ Caderno Setorial de Recursos Hídricos geração de energia hidrelétrica. Brasília, MMA/SRH, 2006

Tabela 1 - Geração de hidreletricidade no Brasil, por bacia hidrográfia

Região Hidrográfica	inventariado (MW)	estimado (MW)	Aproveitado (2004)
Amazônica	42.619	107.143	0,7%
Paraná	52.577	58.097	70%
São Francisco	24.221	26.285	44%
Tocantins	23.433	25.320	41%

Fonte: Plano Nacional de Recursos Hídricos - caderno setorial de geração de energia elétrica

Percebe-se que enquanto a região Amazônica (que não inclui a bacia do Tocantins, também parcialmente amazônica) atualmente utiliza apenas 0,7% de seu potencial estimado, a bacia do Paraná, mais perto dos grandes centros consumidores (Sudeste e Sul do país), já usou mais de 70%, enquanto as outras duas regiões já exploraram praticamente metade do potencial. Levandose em conta o fato de que os melhores aproveitamentos hidrelétricos nessas três regiões já foram feitos, e que é social e economicamente impossível explorar 100% do potencial hidrelétrico estimado, por implicar em grandes deslocamentos populacionais ou na destruição de ecossistemas extremamente ameaçados, chega-se à conclusão de que há muito pouco espaço para a expansão da hidreletricidade fora da região amazônica.

Por isso, segundo o PNRH, a região amazônica será o palco preferencial para a expansão da geração hidrelétrica nas próximas décadas:

"cabe destacar o valor elevado do potencial estimado para a Região Hidrográfica Amazônica, que supera em muito o potencial inventariado, indicando a demanda de novos estudos para aquela região. Grande parte do potencial hidrelétrico (nacional) encontra-se na região amazônica (41%), entretanto, em termos de potencial já instalado no país, esta região participa com apenas 1% do potencial. (...) a maior parte do potencial existente no sudeste do país (...) já foi explorado". 6

Ao olhar para a demanda de energia para os próximos anos, percebemos o quão estratégico é para o setor elétrico usar o potencial hidrelétrico amazônico. Segundo o Plano Decenal de Expansão do Setor Elétrico 2005-2015, o país precisará na próxima década de novos 31.144 MW para suprir a demanda de um mercado com crescimento estável, ou de novos 35.844 MW no caso de um aquecimento – por todos esperado – da economia

nacional. Nesse plano está explícito o intuito de manter a preponderância no uso da hidreletricidade, por ser uma fonte relativamente barata e, aos olhos de todos, limpa. Essa perspectiva é compartilhada pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, órgão vinculado ao MME que tem como missão planejar a expansão do parque gerador nacional, e pelas principais autoridades no assunto, tanto no mundo acadêmico como empresarial. Exemplar desse pensamento é o posicionamento de Goldemberg, ex-Ministro do Meio Ambiente e reconhecido nacionalmente como uma autoridade na área de energia:

"a vocação do país está nas hidrelétricas e há grandes potenciais ainda não explorados. É o caso do complexo de usinas do rio Madeira (6.450 MW, R\$ 20 bilhões em investimentos) e da usina de Belo Monte (11.000 MW, R\$ 7,5 bilhões), pontos de grande conflito entre o Ministério de Minas e Energia com determinados setores da sociedade, principalmente as organizações não governamentais"⁷

O motivo evidente desse conflito são os potenciais impactos socioambientais que a instalação de usinas hidrelétricas nos rios amazônicos pode causar. Recentemente o licenciamento ambiental das usinas hidrelétricas do rio Madeira (Jirau e Santo Antônio) trouxe à tona esse debate, opondo os "desenvolvimentistas", que defendiam a necessidade de expansão da geração da energia sem se importar muito com os custos ambientais associados, aos "ambientalistas", que acreditavam serem inviáveis ambientalmente tais usinas e que a expansão do setor elétrico deveria respeitar a integridade dos ecossistemas amazônicos. Para a sociedade em geral, porém, a



⁶ Op cit, pg.59/60.

⁷ Op. cit., pg.28

primeira posição foi a única apresentada, e todos os grandes veículos de comunicação fizeram coro pela necessidade de acabar com os "extremismos" do movimento ambientalista. Sintomático o editorial do jornal de maior circulação do país logo após a concessão das licencas ambientais para o empreendimento:

"A concessão pelo IBAMA da licença prévia para a implantação de duas hidrelétricas no rio Madeira pode ser considerada um marco. O país dá o primeiro passo para dissolver o que caminhava para tornar-se impasse: a anteposição do grande potencial hidroenergético da Amazônia ao imperativo de evitar a degradação desse patrimônio natural. Decerto o desfecho desse episódio desagradou a boa parte do movimento ambientalista. Há entre os descontentes uma fração que, dogmaticamente, nem sequer concebe a hipótese de instalar usinas na região. Com estes há pouco o que debater.(...)

O esforço amazônico de prover eletricidade a um país cuja economia ganhou escala e está em crescimento não pára por aí. Mesmo se a outra usina da região a primeira fase de Belo Monte, no rio Xingu for concluída dentro do cronograma, as três iniciativas, ao custo mínimo de R\$ 25 bilhões, ao fim de uma década terão significado acréscimo de 11% à capacidade instalada atual" (grifos nossos)⁸

Há, portanto, para a mídia e a sociedade nacional, incluindo aí o setor empresarial e os órgãos de planejamento do setor elétrico, uma evidente necessidade de se explorar o potencial hidrelétrico amazônico, o qual, segundo o discurso geral, deve ocorrer com os menores impactos ambientais possíveis. Mas poucos são os que discutem a fundo esses impactos e avaliam que conseqüências o amplo e irrestrito aproveitamento hidrelétrico dos rios amazônicos poderia trazer para essa região. E há sérias razões para crer que os impactos desse tipo de uso dos rios, mesmo que eventualmente "minimizados", podem alterar de forma drástica o funcionamento dos processos ecológicos, sociais e econômicos locais. Segundo TUNDISI:

"O conhecimento científico dos processos ecológicos, da biodiversidade e da interação dos sistemas aquáticos/sistemas terrestres ampliouse consideravelmente nos últimos dez anos. (...) Junk (1997,2005) descreveu a ecologia do sistema de pulso nos grandes deltas internos da Amazônia Central. De acordo com esse autor, o

sistema de pulso de inundação é a principal função de força nos grandes sistemas de vales de inundação e várzeas amazônicos. Essas funções de força promovem condições ambientais diversas, alterações periódicas nas comunidades vegetais e animais e múltiplas e intensivas alterações entre as fases aquáticas e terrestres com processos bióticos de produção de matéria orgânica e decomposição, deposição de sedimentos e com alta diversidade de espécies. Esse processo de pulsos, que ocorre em outros ecossistemas de várzea em todos os continentes, atinge seu máximo de escala justamente na região amazônica. A conectividade entre áreas alagadas, canais naturais, lagos, rios e pântanos apresenta um gradiente de interações diretas e indiretas de grande importância ecológica e econômica, com reflexos no ciclo hidrossocial.

Esses grandes deltas internos com sua variabilidade natural à biodiversidade aquática e as respostas aos pulsos de inundação e seca, em razão de sua dinâmica espacial-temporal e do fluxo gênico dos organismos terrestres e aquáticos, são, segundo Margalef (1997), "centros ativos de evolução", promovendo conectividade, alterando interações bióticas e promovendo também a biodiversidade animal e vegetal, de forma dinâmica. A conectividade biogeofísica dos sistemas e suas escalas de grande porte são também replicadas no ciclo hidrossocial e na exploração de várzea do Amazonas (Paddock et al., 1999; Sternberg, 1998; Roosevelt, 1999). Ciclos hidrossociais e hidroeconômicos nessas áreas de várzea de grande extensão e com mosaicos diferenciados são de grande importância na exploração humana das várzeas. Os diferentes tipos de várzea e o gradiente ecológico-social na Amazônia impulsionam, segundo Junk et al. (2000), quatro principais atividades econô micas na várzea: pesca, exploração florestal, aquicultura e pecuária. Segundo Petrere (1992) e Barthem (1999), as pescarias artesanais na Amazônia empregam setenta mil pessoas, mantêm 250 mil pessoas e produzem entre cem e duzentos milhões de dólares por ano"9



⁸ Folha de São Paulo, 11/07/2007, pg.A2, Editoriais



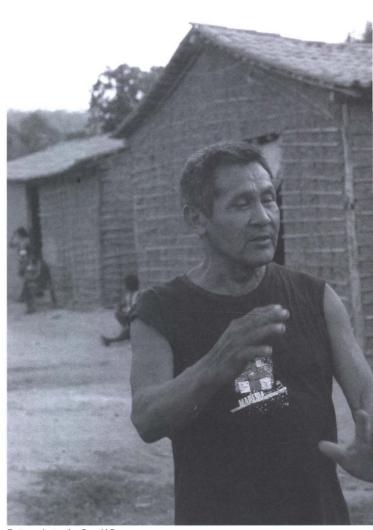
⁹ TUNDISI, José G. Exploração do potencial hidrelétrico da Amazônia, in IEA/USP, Revista Estudos Avançados 21 (59), 2007, pp. 109/117.

Há, portanto, o risco de que a transformação dos rios amazônicos em grandes lagos, como já ocorreu no sul do país, possa causar impactos que vão muito além do deslocamento de pessoas ou da inundação de porções de florestas. Pode comprometer a própria sustentação do ecossistema regional, com graves impactos não apenas ambientais, mas também econômicos.

O caso do rio Madeira é, nesse sentido, exemplar. Principal afluente do Amazonas, responsável por praticamente metade da carga de sedimentos por ele despejados continuamente no Atlântico, e de grande importância para a reprodução de diversas espécies de peixes de uso econômico em toda a extensa bacia, para a sociedade nacional ele foi vendido como apenas mais um rio a ser barrado para gerar energia para os centros industriais. Apesar do Estudo de Impacto Ambiental Relatório de Impacto Ambiental (EIA/Rima) obviamente dizer o contrário, há sérias razões para acreditar que seu barramento poderá trazer impactos ambientais, sociais e econômicos de grande escala. Estudos independentes apresentados durante o processo de licenciamento ambiental apontaram o risco de se interromper o ciclo ecológico de algumas espécies de grandes peixes migradores, o que, se de fato vier a ocorrer, poderá causar sérios impactos para as populações que sobrevivem da pesca em praticamente toda a bacia. Um estudo recente calculou em R\$ 1,9 bilhão/ano o valor presente líquido da atividade pesqueira dependente do rio Madeira, 10 o que evidentemente não foi incluído nos cálculos do EIA/Rima. Simplesmente não há um plano para oferecer alternativas econômicas – se é que elas existem – a toda a população que hoje depende da pesca para sobrevivência e que poderá ser afetada por essas usinas.

Mas dentre todos os grupos sociais que podem vir a ser afetados pela expansão hidrelétrica na Amazônia, há um que é especialmente vulnerável: o formado pelos povos indígenas. Eles indubitavelmente serão dos primeiros afetados pela radical transformação que ocorrerá nos rios e nos ecossistemas da região se todos os projetos de barragens saírem do papel, não só porque dependem da pesca para a subsistência. O pescado é a principal fonte de proteína para a grande maioria dos povos indígenas amazônicos, e elemento central de muitas práticas culturais e assim, mesmo que indiretamente, sofreriam os impactos decorrentes dos barramentos, mas principalmente porque as bacias com maior potencial hidrelétrico são também território de várias dezenas de povos indígenas, o que significa dizer que eles seriam também diretamente afetados com o alagamento de suas terras.





Fotos: Antonio Cruz/ABr

Barnes, Erin. Market values of the commercial fishery on the madeira river: Calculating the Costs of the Santo Antônio and Jirau Dams to Fishermen in Rondônia, Brazil and Pando-Beni, Bolivia preliminary findings. Relatório apresentado em junho de 2007 à Yale University.

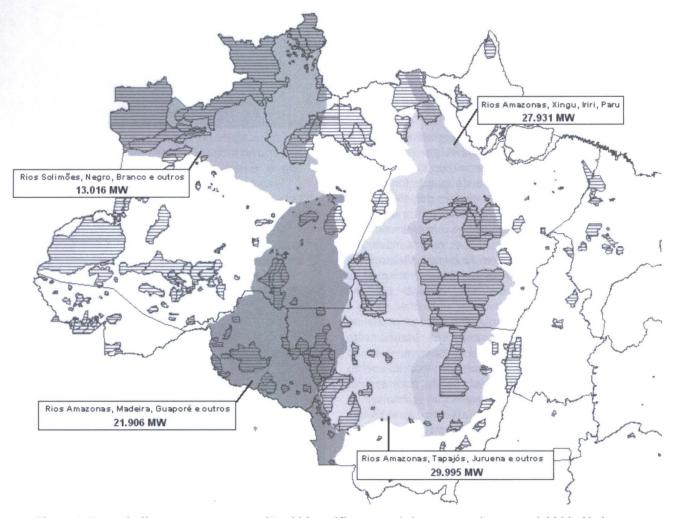


Figura 1: Terras indígenas nas quatro regiões hidrográficas amazônicas com maior potencial hidrelétrico (Laboratório de Geoprocessamento do ISA. Fonte: PNRH)

A discussão em torno das barragens do rio Xingu é um exemplo do que provavelmente ocorrerá em outras bacias num futuro próximo. O estudo de inventário realizado na década de 1980 apontava a possibilidade de se construir cinco grandes barragens no curso do rio e uma em seu principal afluente (rio Iriri), inundando cerca de 20 mil km2 – o equivalente a quase metade das áreas já inundadas por represas em todo o país até hoje – e afetando direta ou indiretamente quinze terras indígenas(TIs)atualmente demarcadas¹¹. Em função dos graves impactos que essas obras gerariam, ocorreu uma grande mobilização indígena no final da década de 80 para denunciar e resistir ao plano oficial de aproveitamento hidrelétrico da bacia do Xingu, o que gerou grande comoção nacional e internacional e acabou por "enterrar" temporariamente o estudo de inventário então aprovado.

Após mais de dez anos, já em 2000, a Eletronorte apresentou ao país um novo projeto para a UHE Belo Monte – a de maior potencial de geração do conjunto de barragens previsto – supostamente de menor impacto, e passou a vendê-la como a salvação energética do país, tal como recentemente ocorreu com as usinas do Madeira. Já não se falam das outras usinas, inclusive o estudo de inventário já foi revisto e, embora ainda não tenha sido oficialmente aprovado, há rumores nos órgãos públicos de que se abdicaria dos demais eixos para centrar esforços num aproveitamento único, "com a melhor



¹¹ Apud SEVA, Oswaldo (org.) **Tenotã-Mő: Alertas sobre as conseqüências dos projetos hidrelétricos no rio Xingu**. São Paulo, IRN. 2005.



relação potência instalada X área inundada da história da hidreletricidade do país" 12.

Mas para se construir uma hidrelétrica que afete terras indígenas é necessário, segundo a Constituição Federal (art.231, §30 e art.176, §10), a autorização do Congresso Nacional, a consulta prévia aos povos indígenas afetados e uma lei específica que regulamente a matéria, caracterizando o interesse nacional no aproveitamento e as condições específicas que devem ser seguidas nesses casos. Mesmo sem haver a lei, o projeto de implantação de Belo Monte foi aprovado pelo Congresso Nacional em 2005 sem consulta prévia, sem estudos que mensurassem seu impacto socioambiental e sem um estudo de inventário válido. Ou seja, o Parlamento aprovou algo às cegas, sem saber sobre o que estava deliberando e, pior, sem guerer saber o que achavam dessa história a população diretamente afetada. Questionada no Judiciário, primeiro junto ao Supremo Tribunal Federal e depois na Justica Federal de Altamira, a medida teve, surpreendentemente, sua validade confirmada em primeira instância, estando ainda pendente seu julgamento final.13

O que o caso de Belo Monte aponta para o país, e principalmente para os povos indígenas, é preocupante. O Congresso Nacional, que foi alçado pelo legislador constituinte a guardião dos interesses indígenas e árbitro de eventuais confrontos entre estes e o interesse nacional, abriu mão de seu papel por razões meramente políticas o projeto é considerado prioritário pelo núcleo duro do Poder Executivo federal e agrada sobremaneira as elites locais - e literalmente atropelou todas as regras estabelecidas na Constituição e na Convenção 169 da OIT, sem que tenha havido uma reação imediata do Judiciário, seu único órgão de controle. Nessa toada, provavelmente os demais casos pendentes de autorização - são pelo menos três na Câmara dos Deputados e um no Senado Federal – serão também aprovados sem que se tenha a mínima idéia do que ocorrerá com os povos indígenas afetados e, pior, sem que se saiba quais são seus direitos caso as obras venham a ser efetivamente construídas, já que não há regra que regulamente a matéria.

Ciente da grave lacuna jurídica hoje existente, a Presidência da República encomendou a seus ministérios, há mais de um ano, que preparassem um anteprojeto de lei regulamentando o aproveitamento hidrelétrico em terras indígenas. Capitaneado pelo Ministério de Minas e Energia, o grupo de trabalho, até o momento, ainda não finalizou uma proposta, mas as versões preliminares vão numa direção bastante preocupante, pois ao invés de

regular as condições excepcionais nas quais o aproveitamento poderia ocorrer, banalizam o assunto e permitem quase que indistintamente a construção de hidrelétricas dentro ou nas imediações de terras indígenas.

Há num médio prazo, portanto, um sério risco à sobrevivência física e cultural não só dos povos indígenas, mas de muitas populações tradicionais amazônicas, uma vez que um aproveitamento integral (uso do potencial máximo) das principais bacias amazônicas para fins hidrelétricos, como já ocorreu em outras bacias brasileiras (Paraná, São Francisco, Paraíba), poderá levar a mudancas nada triviais no funcionamento de todo o ecossistema regional. Como ressalta TUNDISI, "as represas construídas na Amazônia apresentam problemas de outro porte e escalas espaciais e temporais, muito diferentes dos sistemas hídricos do Sul e do Sudeste"14. Essas mudancas inevitavelmente afetarão em primeira mão essas populações, pois não só são extremamente adaptadas e dependentes do normal funcionamento dos ecossistemas para obter os recursos básicos para sobrevivência, como também têm baixa ou nenhuma capacidade de se adaptarem às novas condições, já que não têm capital ou conhecimento adequado para reconstruírem suas vidas em outros locais ou para transformar a forma de uso e apropriação dos recursos naturais.

Fronteira mineral

Mas nem só de energia elétrica viverá a Amazônia no futuro. Ela também é, aos olhos da tecnocracia e das empresas ligadas ao setor mineral, uma grande mina de ouro. E de cobre, ferro, estanho, prata, nióbio, potássio, dentre outros minerais.

O relativamente longo período de bonança econômica mundial, mas em especial o vertiginoso crescimento chinês, que vem demandando, notadamente dos países de terceiro mundo, grandes quantidades de minerais para serem utilizados em suas indústrias, fez com que as commodities minerais atingissem nessa década os valores



12 Ve

 $http://noticias.eln.gov.br/ultimas/belo+monte+ser%E1+a+%FAnica+op%E7%E3o+hidrel%E9trica+no+rio+xingu.htm,\ acessado\ em\ 20/11/2007$

¹³ Ver mais sobre o assunto em http://www.socioambiental.org/nsa/direto/direto_html?codigo = 2007-04-25-165847

¹⁴ op.cit., pg.111

mais altos na história do mercado internacional. Ouro, prata, cobre, alumínio, zinco, níquel, chumbo e estanho atingiram entre 2005 e 2007 seus maiores valores nos últimos 20 ou 25 anos, sendo que alguns chegaram a níveis recordes.

A alta nos preços dos minérios vem puxando a produção nacional pra cima, forçando um re-arranjo nas empresas do setor e impulsionando o Brasil a uma posição de destaque no cenário mundial na produção de minérios como o Nióbio (1°), Ferro (2°), Bauxita (2°) e Manganês (3°)¹⁵. E assim como acontece com a eletricidade, o grande potencial minerário "não explorado" está justamente na Amazônia, qualificada pelo Ministério de Minas e Energia como "a maior província mineral do mundo".

Hoje a Amazônia – com grande concentração no Pará – responde por quase 28% do faturamento do setor mineral brasileiro e, mesmo com um levantamento geológico ainda incompleto, tem as maiores jazidas conhecidas de vários minérios, como bauxita, cassiterita, ouro e cobre. Com o aprofundamento dos estudos sobre a geologia da região, e com o rápido esgotamento de jazidas no centrosul do país, a tendência é que a região assuma a ponta na exploração de outros minérios também.

Mas, para que esse desígnio seja alcançado, também aqui há que se livrar dos povos indígenas. Dito de outra forma, há que se regulamentar a mineração em terras indígenas, que ocupam hoje cerca de 22% do território amazônico, dentro das quais não é possível que se instalem empreendimentos minerários até que haja uma regulamentação específica, como determina o art. 231 da Constituição.

Mesmo sem haver a necessária regulamentação, já há 4.627 requerimentos de pesquisa incidentes em terras indígenas e 218 autorizações já concedidas. Todos aguardando a aprovação da lei. Não há como saber quantos desses pedidos refletem um interesse real em minerar, já que, em função do obsoleto sistema de outorga de direitos minerários do país, muitas empresas apresentam centenas de requerimentos simplesmente para fazer uma "reserva de mercado" e especular com o direito de prioridade obtido, vendendo-o mais adiante para empreendedores que de fato tenham interesse na exploração naquele local.

Mas o fato é que há 367 pessoas físicas ou jurídicas que apresentaram ao órgão federal gestor dos recursos minerais requerimentos para explorar minério em terras indígenas, o que, se autorizado, atingiria 123 terras

oficialmente reconhecidas, ou cerca de 32% das TIs na Amazônia. E qual seria a consequência para esses povos? Muitas.

Cada tipo de mineração apresenta condições específicas de exploração, razão pela qual os impactos decorrentes também variam, mas o certo é que todas trazem modificações ambientais e sociais de grande monta. Por isso, a mineração é legalmente considerada uma atividade de significativo impacto ambiental. Reproduzimos abaixo um quadro que aponta os impactos mais freqüentes da atividade petroleira uma das categorias de exploração mineral em territórios indígenas na Colômbia:¹⁷



Foto: Wilson Dias/ABr



¹⁵ Fonte: PINHEIRO, João Cesar F (Diretor-Geral adjunto do DNPM).
Política Governamental de Mineração na Amazônia. Apresentação realizada em 15/03/2007 na Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados.

¹⁶ Apud RICARDO, Fany et al. Mineração em Terras Indígenas na Amazônia Brasileira. São Paulo, Instituto Socioambiental, 2005. Disponível para download em http://www.socioambiental.org/inst/pub/detalhe_down_html?codigo=1

0147

¹⁷ Adaptado de ROLDÁN, Roque et alii. Explotacion de petroleo, gas natural y carbon em los territorios indigenas de Colombia, in ROLDÁN, R. et alii. Mineria em territorios indigenas de Colombia, Peru y Venezuela: petroleo, carbon, bauxita, oro, diamantes. Bogotá, ONIC/CECOIN, 1999.

Componente e atividades	Impactos possíveis	
I. Pesquisa I.I. abertura de trilhas e estradas	 ambientais (fragmentação e alteração de ecossistemas) profanação de lugares sagrados incentivo à imigração e colonização problemas de saúde em populações de contato recente ou isoladas 	
1.2. explosões para estudos sísmicos	 ruídos que afugentam a fauna silvestre – impacto sobre a caça temor na população indígena profanação de lugares sagrados danos à estrutura do solo e do subsolo 	
I.3. perfurações de prova	 contaminação por resíduos, lodo e derrames relações conflitivas entre a população indígena e os trabalhadores 	
2. Exploração (lavra)2.1. construção de vias de acesso	 erosão de solos fragmentação de ecossistemas alteração na estrutura de drenagem impacto sobre os habitats de animais silvestres as vias de acesso permitem o processo de colonização 	
2.2. instalação de plataformas de perfuração	 contaminação por resíduos, lodo e derrames contaminação das águas pelos fluidos de perfuração contaminação atmosféricas por queima de gás erosão de solos eventos catastróficos 	
2.3. instalação de infra-estrutura de serviço (heliportos, pistas de pouso de aviões, acampamentos, geradores elétricos, tanques de armazenamento de água etc) e tráfego de veículos	 contaminação do solo e água por resíduos domésticos 	
3. Transporte de combustível 3.1. construção de oleodutos e gasodutos	 contaminação por derrame de óleo fragmentação de ecossistemas incêndios e explosões alteração de lugares sagrados instabilidade de solos e quedas de barreiras 	
 4. Processos adicionais 4.1. geração de atividades econômicas: a) diretas b) complementares ou indiretamente vinculadas à atividade petroleira e extrativa 	Imigração de população não indígena:	
4.2. Adequação da estrutura político-administrativa regional às exigências da atividade petroleira e extrativa		

Considerando-se que as terras indígenas são hoje oficialmente reconhecidas como áreas protegidas, que devem ter um uso limitado dos recursos naturais, e que os povos indígenas, por suas próprias e inerentes características culturais, são extremamente vulneráveis a alterações no meio natural, chega-se à conclusão de que o aproveitamento de jazidas em seus territórios deveria ser feito como *ultima ratio*, quando comprovadamente necessário ao interesse nacional, aliás, como manda o texto constitucional.

Não é dessa forma, no entanto, que o assunto é tratado nos projetos em tramitação no Congresso Nacional. São pelo menos 12 que abordam parcial ou integralmente o tema. Nenhum deles prevê a necessidade de estudos prévios que justifiquem objetivamente a necessidade e o interesse nacional na exploração de jazida em determinada TI. Pelo contrário, olham para os territórios indígenas apenas como novas fronteiras a serem abertas.

Recentemente, formou-se uma comissão especial na Câmara dos Deputados para analisar um desses projetos, o PL 1610/96, de autoria do Senador Romero Jucá. Nele está previsto que os índios receberiam 2% dos resultados da lavra, independentemente dos prejuízos que vierem a sofrer. Diz também que os interessados em minerar em TIs devem passar por um processo de concorrência pública embora isente desse processo os 1.839 requerimentos de pesquisa apresentados antes de 1988 - mas não prevê qualquer medida concreta para garantir a integridade ambiental das áreas afetadas, ou qualquer tipo de salvaguarda que impeça a concessão de lavra quando sejam antevistos graves prejuízos aos povos indígenas. O direito de consulta prévia das comunidades indígenas, garantido tanto pela Constituição quanto pela Convenção 169 da OIT, é tratado como mera formalidade no final do processo administrativo. Os trabalhos da comissão devem se estender até meados de 2008, quando então o projeto deve ser votado.

A necessidade de uma avaliação estratégica

Tudo indica, portanto, que um novo ciclo está se abrindo para os povos indígenas amazônicos. Após a conquista dos direitos formais plasmados na Constituição Federal de 1988, do avanço no processo de reconhecimento oficial de seus territórios nas últimas duas décadas, agora eles voltam a se defrontar com o capitalismo globalizante querendo tomar seus recursos, tal como ocorreu no final do século XIX com o ciclo da borracha. A diferenca é que

agora quem vai entrar nos territórios indígenas não são mais retirantes nordestinos em busca de um ganha-pão, mas bem-trajados funcionários de empresas multinacionais. E o farão seguindo regras formalmente estabelecidas, asseguradas em diplomas nacionais e internacionais, o que torna o embate muito mais sutil e desigual para os povos indígenas.

A Convenção 169 da OIT, como já foi dito, afirma o direito desses povos em serem consultados previamente à aprovação de qualquer medida legislativa ou empreendimento que possa lhes afetar diretamente (art.6o). Não é isso que vem ocorrendo, no entanto. Em nenhum momento os estudos de inventário elaborados para as principais bacias amazônicas passaram por algum tipo de consulta com os índios. O mesmo ocorre com o PL de mineração. Como poderão eles interferir nesses processos políticos que tanto lhes dizem respeito, mas que estão tão longe de suas realidades? Mais: como poderemos, enquanto Nação, tomar uma decisão responsável e fundamentada sobre a necessidade de uso dos recursos naturais existentes nesses territórios, de forma a não desfigurá-los?

Está cada vez mais evidente a importância que têm as terras indígenas amazônicas na oferta de serviços ecossistêmicos fundamentais para a manutenção do modo de vida de milhões de pessoas habitantes do centro-sul do país. Esses serviços, como a produção das chuvas que (cada vez menos) regularmente caem sobre os mananciais e as áreas agrícolas dos estados mais ricos da federação, dependem diretamente da integridade ambiental desses territórios. Como então utilizá-los da forma mais prudente possível, respeitando os direitos e interesses de seus habitantes e garantindo (recompensando) a produção desse serviços?

É urgente a realização de uma Avaliação Ambiental Estratégica – AAE que considere o impacto da expansão das fronteiras energética e mineral sobre os territórios indígenas amazônicos e que incorpore como elemento central a opinião e os anseios dos povos indígenas. Sem isso, qualquer decisão será tomada no escuro e poderemos estar, num futuro próximo, enterrando ou afogando nossa galinha dos ovos de ouro.



ISA - Instituto Socioambiental www.socioambiental.org



Clima e Mudanças na Amazônia Brasileira

ES PORT EN
ATUALIDADES
TEMAS E PROGRAMAS
PUBLICAÇÕES
PARCERIAS
FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL
LINKS
NEW SLETTER
CONTATO

Nos três últimos dias de fevereiro de 2008, a Fundação Heinrich Böll vai receber representantes locais e atores nacionais e internacionais para debater os temas do desenvolvimento global sustentável e da preservação da Amazônia, tendo como base a prevenção dos efeitos das mudanças climáticas. Política energética, biodiversidade proteção da floresta e de seus povos, ação internacional, estratégias de alianças nacionais e globais e padrões de consumo são algumas das questões que serão abordadas e para as quais pretendemos ter alguns resultados ao final. Também no ano que vem, em maio, a Alemanha será sede da COP 9 (9a Conferência das Partes da Convenção de Biodiversidade). Com a Conferência sobre a Amazônia, queremos dar um impulso para soluções políticas de preservação da floresta, sua biodiversidade, suas populações e o clima global. Até a data da conferência e durante o próximo ano, o site da Fundação no Brasil terá materiais sobre a Amazônia disponíveis para download, além de entrevistas, artigos, etc. Acesse regularmente nosso endereço! Por ora, acesse aqui o pré-aviso e o programa da conferência

> Fundação Heinrich Böll www.boell.org.br









Marco legal para energias alternativas nas comunidades amazônicas

Luiz Bressan*





1. Introdução

A partir do projeto "Energia para uma Amazônia Sustentável", desenvolvido pela FASE Amazônia com o apoio e assessoria do Projeto Brasil Sustentável e Democrático e do Instituto de Eletrotécnica e Energia da Universidade de São Paulo, realizamos vários debates e quatro seminários, além de visitas às diversas experiências com energias alternativas na Amazônia.

O objetivo era buscar um novo modelo energético para a Amazônia. Desta forma, coletamos informações em toda a região – com ênfase no Pará, Amapá e Tocantins – sobre experiências com energias alternativas. Constatamos uma série de experimentos com energias alternativas e renováveis que vêm sendo desenvolvidos ao longo dos últimos anos. São exemplos a geração de energia pela utilização de biomassa, óleos vegetais, biodiesel, painéis fotovoltaicos, pequenas e micro-centrais hidrelétricas.

As quatro oficinas realizadas proporcionaram acúmulo para várias lideranças e organizações sobre a temática de energia. A estratégia do projeto "Energia para uma Amazônia Sustentável" foi proporcionar o debate, a reflexão, o conhecimento e a formulação de propostas em relação à matriz energética da Amazônia, a partir do levantamento de experiências concretas de energias alternativas. As experiências geraram elementos qualitativos de informação para movimentos sociais e ONGs, proporcionando condições de interferir nas políticas públicas do setor energético para a Amazônia.

Outro fator importante foi o intercâmbio de lideranças e organizações amazônicas. Do Acre ao Maranhão, todos os estados participaram. A constatação de que existe uma infinidade de experimentos em termos de energia solar, biomassa, óleos vegetais, micro-centrais hidrelétricas aponta perspectivas de ampliação dessas alternativas, principalmente para as comunidades isoladas.

Ao longo das as atividades do projeto, incorporamos no debate as políticas públicas criadas durante o governo Lula, nos programas "Luz para Todos" e "Biodiesel". Conseguimos fazer um debate sobre os programas do governo em que sobressaiu a crítica de que eles ainda carecem de uma participação social concreta, o que se constitui como um desafio para os atores da sociedade civil, no sentido da proposição e monitoramento dessas políticas públicas.

Foi criado um espaço de debate e troca de experiências sobre limites e potencialidades das iniciativas de energias alternativas e as políticas e programas governamentais de geração de energia na Amazônia. Surgiram desafios referentes ao desenvolvimento regional sustentável e participativo, capaz de articular as populações da Amazônia a partir de projetos de energia alternativa adequados às diferentes condições econômicas, sociais, ambientais, culturais e geográficas das comunidades de agricultores familiares, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e extrativistas

A necessidade de aprofundar a plataforma de energia para uma Amazônia sustentável e democrática impôs a questão da definição de uma agenda dos movimentos sociais, na qual deve-se fazer proposições sobre política energética para Amazônia, além de trocar conhecimentos e discutir propostas de implementação dos projetos de energia alternativa, coordenadas por atores sociais amazônicos.

2. Avanços e limites das energias alternativas na Amazônia

Das dezenas de experiências de energias alternativas que analisamos – entre elas, motor movido com óleo vegetal, biodigestores, projeto de biodiesel a partir do Dendê e outras –, destacamos a seguir as fontes com maior incidência na Amazônia, por serem úteis para o debate sobre um futuro marco legal das energias alternativas.

2.1. Energia solar

Os sistemas foto-voltaicos implantados, principalmente, em escolas e centros comunitários do Pará e do Amapá receberam financiamento público. A maioria foi totalmente abandonada. As principais dificuldades constatadas se referiam à capacidade de geração, a manutenção, ao acesso das comunidades e aos custos de implantação dos sistemas fotovoltaicos. As informações gerais fornecidas pela população dão conta de que a maioria dos sistemas de placas solares não está funcionando por falta de manutenção e capacidade técnica de operação. Outro problema é a falta de continuidade de geração, restrita a seis horas por dia.

Durante a oficina sobre energia alternativa, realizada na I Conferência Estadual das Águas de Cametá-PA, os dirigentes sindicais, agricultores familiares e pescadores foram unânimes em questionar o sistema de placas solares, a partir das suas constatações sobre a capacidade de funcionamento. Diziam eles: "Funciona bem nos primeiros tempos, quando dá problema fica parada até que

um técnico venha de fora para concertar". Sobre os equipamentos, dizem: "É muita placa e bateria que depois de um tempo tem que trocar". Indagam: "Quanto custa tudo isso?". Sobre o aspecto ambiental, sugiram perguntas como: "Onde iremos jogar as baterias e placas que não servem mais?"

O sistema fotovoltaico é o mais difundido no Pará e Amapá. Ainda assim, existem muitas dúvidas sobre sua viabilidade nas comunidades e unidades familiares. Como as experiências foram financiadas com recursos públicos, as pessoas não têm noção dos custos de implantação e manutenção. Também faltam informações de mercado, de empresas da área, que deveriam responder questões como: já existem tecnologias que superem problemas ambientais, de custos e de durabilidade?

2.2. Biomassa no Pará e Tocantins:

A biomassa é um potencial forte na Amazônia. No Pará existem várias experiências, geralmente em empresas madeireiras que utilizam serragem ou restos de madeira para gerar energia visando o próprio consumo.

A Universidade Federal do Pará implantou um laboratório para pesquisa, desenvolvimento e treinamento em sistemas de geração de energia elétrica a partir da biomassa. Similar à experiência de biomassa da UFPA, existe o "Projeto Babaçu – produção auto-sustentável de energia elétrica em zona rural", localizado na comunidade de Sete Barracas, município de São Miguel, em Tocantins. O projeto foi desenvolvido pela Universidade Federal do Tocantins em parceria com o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS).

Um outro projeto que utiliza biomassa está sendo testado no Pará pela UFPA, a partir de um equipamento desenvolvido na Índia. Segundo as informações do Centro Nacional de Referência em Biomassa (CENBIO), os mesmos equipamentos estão sendo instalados em comunidades do estado do Amazonas. No Pará, os equipamentos estão sendo testados na UFPA. Já está em funcionamento uma unidade na comunidade quilombola de Jenipaúba, no município de Abaetetuba, Pará.

As biomassas utilizadas foram cavaco de eucalipto, casca de cupuaçu, casca de coco de babaçu e resíduos de eucalipto. A quantidade de biomassa seca necessária para a produção de energia elétrica é da ordem de um kg/h para cada kW gerado e, neste processo, o uso do diesel não pode ser dispensado, porém seu consumo é reduzido ao mínimo, suficiente apenas para fazer o motor funcionar.

É importante o acompanhamento da experiência de biomassa na comunidade de Jenipaúba, visando analisar os impactos ambientais, a capacidade de apropriação das técnicas de manutenção dos equipamentos pelos comunitários, bem como sua viabilidade econômica.

2.3. Sistemas híbridos de geração de energia:

O Grupo de Estudos e Desenvolvimento de Alternativas Energéticas (GEDAE) desenvolve pesquisa e acompanhamento de quatro projetos de sistemas híbridos – eólico-fotovoltaico-diesel – localizados em Tamaruteua/Marapanim, Praia Grande/Ponta de Pedras, Mota/Maracanã, São Tomé/Maracanã, todos no Pará. Atende 202 famílias, perfazendo um total de 960 pessoas.

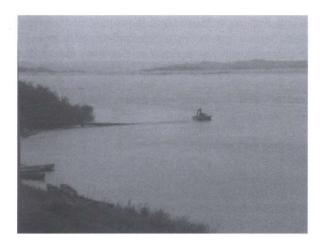
O principal sistema híbrido que o GEDAE está modernizando e monitorando está localizado na Vila da Mota, comunidade situada na região do Salgado paraense e distante 240 quilômetros de Belém. Esta comunidade é beneficiada com um sistema eólico de geração de energia, composto por uma turbina eólica de 10 kW e um banco de baterias de 150 Ah cada. Este sistema beneficia 434 pessoas divididas em 83 famílias, com o bombeamento de água, carregamento de baterias e iluminação de rua, escola, igrejas e posto de saúde.

O sistema híbrido do GEDAE/UFPA deve ser avaliado como experiência possível de utilização nas comunidades do litoral, como nas ilhas do Marajó.

2.4. Pequenas centrais hidrelétricas (PCHs)

Destacamos o levantamento na PCH localizada em Santarém, na comunidade de Açaizal, que possui 70 famílias. Praticamente todas aderiram à proposta e organizaram-se para construir uma pequena central hidrelétrica. Isolados e distantes de rede de energia convencional, resolveram criar uma associação chamada Hidrelétrica Sociedade Comunitária (HESCON). Arrecadaram cerca de R\$ 1.200 por família. Construíram uma pequena represa e instalaram a turbina de 40 polegadas, gerador de 40 Kwa, além de rede de distribuição nos ramais e casas. O custo da represa e dos equipamentos ficou em torno de R\$ 70 mil.

A PCH entrou em funcionamento no dia 23 de novembro de 2004. Cerca de 30 famílias já haviam adquirido geladeiras, liquidificadores, TVs, aparelhos de som etc. A expectativa de melhoria na qualidade de vida e a satisfação das pessoas eram visíveis. O gerenciamento é



comunitário, através de um regimento interno. Não foram registrados grandes problemas técnicos, devido à simplicidade dos equipamentos. Já instalaram uma segunda turbina para aumentar a possibilidade de consumo por família e, também, ampliar o número de famílias atendidas, pois mais famílias começaram a reivindicar a instalação da energia em suas casas. A iniciativa também possibilitou o uso de energia para atividades de beneficiamento e armazenamento de produtos.

Três aspectos chamam atenção e deverão merecer um acompanhamento da nossa pesquisa, visando dar subsídios mais concretos, visto que todas as PCHs são muito recentes: a) a PCH do Açaizal foi construída e está sendo gerida de forma comunitária, portanto, seu regimento e o tipo de cobrança são definidos a partir de decisões coletivas; b) a PCH de São Jorge foi construída e será gerida pela CHEA, criada pela empresa INDALMA, portanto será uma gestão privada a partir de um contrato com a comunidade; c) as PCHs familiares são todas geridas pelas famílias e construídas com investimentos próprios. Conforme as diferentes formas de investimento financeiro e gestão, os resultados poderão ser avaliados de forma objetiva, fazendo um paralelo entre as diferentes experiências. Estas experiências poderão dar subsídios importantes para o movimento social no debate de uma nova matriz energética para Amazônia.

As organizações de agricultores e agricultoras familiares destacam que haverá problemas com a legislação ambiental e com o Ministério de Minas e Energia e a Rede Celpa, na medida em que o número das de PCHs aumentem. Nesse contexto, surgiu um debate conjunto com a FASE para buscar **adequações legais** para os empreendimentos.

3. A importância de um marco legal de energias alternativas na Amazônia

Após várias atividades do projeto "Energia para uma Amazônia Sustentável", como os seminários sobre pólos siderúrgicos e energia em São Luiz do Maranhão, sobre agricultura familiar na Amazônia feito pela CUT, além das reuniões técnicas em Santarém e Belém, definimos a necessidade de construir um **marco legal** para as comunidades amazônicas isoladas pela floresta ou pela água, que por esta razão estão fora das condições operacionais do sistema de energia nacional

Vicente Parente, consultor do Ministério das Minas e Energia – MME, destaca em seu estudo "Contribuições para a regulamentação dos serviços de energia elétrica com mini-redes para comunidades isoladas da Amazônia" o seguinte: "a maior parte do território que compõe a região norte do Brasil forma o chamado sistema isolado, que é composto por um sistema convencional de atendimento com usinas hidráulicas e termelétricas a diesel. Existem ainda experiências com sistemas alternativos, coletivos e individuais, implantados por programas de governo em comunidades isoladas, que atendem escolas, postos de saúde, rádios comunitárias".

Segundo as informações do texto, a região norte, em particular, tem hoje aproximadamente 2.808.000 domicílios, dos quais, 2.290.670 dispõem de energia elétrica. Portanto, existem aproximadamente 520 mil domicílios, ou uma população de mais de dois milhões de pessoas, que ainda não podem efetivamente usufruir os benefícios que a energia elétrica pode proporcionar.

O texto de Vicente Parente enfatiza que "uma grande parcela da população da região norte dificilmente poderá vir a ser atendida por sistema convencional de distribuição, seja porque habita em região inacessível aos sistemas elétricos, seja porque o volume de investimentos necessários assume valores astronômicos que inviabilizam a execução de qualquer projeto de transmissão e/ou de distribuição de energia elétrica. As longas distâncias entre as comunidades, a baixa densidade demográfica e obstáculos naturais – a floresta e extensos e volumosos rios – configuram o mapa da inviabilidade técnica e econômica para o setor elétrico".

Como resultado das várias contribuições de estudos, seminários e apoio técnico de consultores do Ministério de Minas e Energia, foi construída uma proposta de marco legal para as comunidades amazônicas.

O projeto de medida provisória (ou de lei), foi socializado com várias organizações da Amazônia para apreciação, sugestões de mudanças e acréscimos. Participaram desta etapa entidades como a Central Única dos Trabalhadores, as Federações de Trabalhadores na Agricultura Familiar, o Fórum Brasileiro de Movimentos e ONGs para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, além de outras redes e fóruns, pesquisadores e universidades de estados amazônicos. A proposta de medida provisória já foi apresentada para setores do governo, à Eletronorte e a parlamentares e atualmente está em negociação com o governo federal e seus órgãos responsáveis.

4. Objetivos do marco legal para comunidades amazônicas

A partir de estudos, debates e principalmente pela demanda de comunidades que já estão desenvolvendo experiências com energias alternativas, chegamos à conclusão de que a garantia de energia na maioria das comunidades da Amazônia só será possível com a definição de um marco legal que estabeleça claramente as formas de participação das organizações comunitárias, do Estado e dos órgãos reguladores do MME.

A proposta de marco legal tem como principais objetivos:

- a) Regularizar a instalação e operação de MCH (Mini Central Hidroelétrica) e PCG (Pequena Central Geradora), a partir da utilização de fontes alternativas de energia, de potência igual ou inferior a 1.000 kW, com o propósito de assegurar o atendimento em energia elétrica de comunidades isoladas localizadas na Amazônia Legal brasileira ou de outras áreas não atendíveis pelo sistema convencional de distribuição.
- b) Definir que a MCH e a PCG poderão ser exploradas por produtores independentes de energia, autoprodutores de energia, por cooperativas de eletrificação rural ou por associações comunitárias criadas especificamente para esse fim, mediante autorização simplificada expedida pelo poder concedente.
- c) A partir da proposta organizada pela FASE-Programa Amazônia, Central Única dos Trabalhadores (CUT), GT-energia do Fórum Brasileiro de ONGs e Moviemntos SOciais para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (FBOMS), Grupo de Trabalho Amazônico (GTA), Federações de Trabalhadores Rurais (FETAGRIs), tendo como base a organização comunitária das micro PCHs da região de Santarém/PA, especialmente da Comunidade de Açaizal e vários projetos com biomassa na Amazônia, Avançarmos na definição final

de uma Proposta de Marco Legal, junto ao MME, que crie condições sob o ponto vista organizativo, operacional e de parcerias, visando expandir as diferentes formas de energias alternativas nas comunidades Amazônicas.

Com os debates e encaminhamentos realizados, ficou evidente que é fundamental levar adiante a proposta, como um instrumento de fortalecimento das organizações comunitárias na Amazônia. É necessário que se aprofunde o debate sobre o significado da energia numa comunidade. Ela deve ser tratada como fator de melhoria de condições de vida, individuais e coletivas. A energia, mesmo de fontes alternativas, produz seus impactos ambientais. Requer conhecimento técnico. trabalho permanente de manutenção e abastecimento da fonte geradora, dependendo da opcão viável em cada região da Amazônia, ou seja, fonte eólica, hidráulica, solar ou de biomassa. Portanto, é recomendável que tenhamos sempre presente algumas indagações. Energia para quem e para quê? Qual a sustentabilidade do empreendimento energético?

5. Conclusão

Os encaminhamentos do Marco Legal para Energias Alternativas na Amazônia foram socializados com os vários movimentos sociais e entidades da Amazônia. Em Brasília e Belém do Pará foram realizadas atividades com a presenca de representantes do poder público executivo e legislativo. Atualmente, existem duas possibilidades no trâmite da proposta de Marco Legal. O primeiro movimento indica o caminho em direção ao poder executivo, ou seja, chegar à Casa Civil e Ministério de Minas e Energia para apreciação. O segundo refere-se ao resultado da reunião com a Eletronorte. A proposta é que a FASE e parceiros encaminhem o pedido de legalização de algumas experiências de energia alternativa no Pará. Este seria um caminho mais curto e possibilitaria uma avaliação técnica mais concreta. No caso de avançar a legalização de algumas experiências, estaria aberta a porta para a universalização de novos empreendimentos. Um forte aliado no processo de criação do Marco Legal seria o programa Luz para Todos. Ele está numa etapa que exige investimentos em sistemas isolados na Amazônia. Desta forma, o Marco Legal poderá ajudar na própria ampliação do programa, cuja principal meta é a universalização da energia. Portanto, existem grandes possibilidades de avancos rumo à democratização da energia na Amazônia.

Destacamos que ainda é preciso maior envolvimento dos principais movimentos sociais da Amazônia no debate e

acompanhamento das energias alternativas. O programa Luz para Todos desperta interesses em vários atores sociais. No entanto, o debate sobre a autonomia na geração e distribuição pelas próprias organizações ainda é tímido. Precisamos com urgência aproveitar este programa do governo federal e intervir no debate sobre modelos de matriz energética, multiplicando projetos que garantam a participação da sociedade civil organizada na geração e gestão dos sistemas alternativos mais viáveis para Amazônia.



www.faor.org.br



www.gta.org.br



Porto Velho (RO) - A Cachoeira do Teotônio, que será submersa caso se construam as usinas de Jirau e Santo Antônio no Rio Madeira Foto: Wilson Dias/ABr

Hidrelétricas no Rio Madeira

As disputas em torno de dois mega-empreendimentos na Amazônia

Guilherme Carvalho*

^{**} Mestre em planejamento do Desenvolvimento - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA, Técnico do Núcleo Cidadania/FASE Programa Amazônia e membro da coordenação da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais



Introdução

A sociedade rondoniense está polarizada em torno da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, no rio Madeira, um dos principais afluentes do Amazonas. Muitos carros ostentam adesivos apoiando ou não os dois empreendimentos, pessoas vestem camisas que mostram suas preferências, assim como lojas, supermercados e bancas de revistas, entre outras, expressam publicamente as opiniões de seus proprietários. Por outro lado, os jornais locais, as emissoras de televisão e de rádio veiculam maciçamente matérias acerca do assunto, geralmente defendendo aberta ou subliminarmente os interesses pró-hidrelétricas. Soma-se ainda a vasta campanha publicitária favorável às usinas desencadeada pelo governo estadual.

A usina hidrelétrica de Santo Antônio está projetada para ser construída a cerca de sete quilômetros de Porto Velho, justamente na localidade onde se originou a capital rondoniense. De lá é possível visualizar a capital de Rondônia no horizonte, e essa proximidade tem sido utilizada como um dos argumentos contrários à sua construção. Segundo os que se opõem ao empreendimento, o lago que se formará próximo à cidade, associado ao lixão existente ao redor da capital, aumentará o risco de contaminação do lençol freático por metais pesados – cádmio, cromo, cobre, ferro, manganês, chumbo e zinco, entre outros – potencializado por conta da grande quantidade de mercúrio existente no fundo do Madeira devido à atividade garimpeira (FÓRUM, 2007).

A usina de Jirau está projetada para ser construída na cachoeira de mesmo nome, próxima ao distrito Jaci-Paraná. O lago a ser formado por conta dessa barragem deverá ir até a cachoeira Ribeirão, já no trecho do rio Abuña, na fronteira do Brasil com a Bolívia. Ou seja, seus impactos podem transcender as fronteiras nacionais, atingindo comunidades localizadas nos Departamentos de Pando e de Beni, no lado boliviano. Possibilidade negada enfaticamente pelo governo brasileiro.

O presente texto consiste numa breve reflexão acerca da relação desses dois empreendimentos com o processo de integração regional sul-americana e, no interior deste, as ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro para estimular a internacionalização das empresas nacionais, através da abertura dos mercados dos países vizinhos. Nesse sentido, parte-se do pressuposto de que a Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura da América do Sul (IIRSA) e o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) são instrumentos relevantes da estratégia do Estado brasileiro para fazer avançar a integração econômica desta parte do continente, sob a hegemonia do Brasil.

A construção das hidrelétricas e os conflitos gerados

O embate em torno da construção ou não de Santo Antônio e de Jirau detonou um complexo processo de recomposição das forças sociais, onde antigos adversários político-ideológicos agora se apresentam como aliados na defesa do Complexo Rio Madeira (CRM)¹, e, por outro lado, colocou em campos opostos segmentos no interior da academia e dos movimentos sociais locais, e entre os opositores dos empreendimentos com alguns partidos

¹ Os bolivianos, ao se referirem ao Complexo Rio Madeira, também incluem as duas usinas previstas para serem construídas naquele país.

políticos, em particular com o Partido dos Trabalhadores (PT), que está à frente da prefeitura de Porto Velho e do governo federal, defensores incontestes do CRM.

Exemplo da inusitada aliança em defesa do CRM é o Comitê Pró-Usinas, que agrega parlamentares de todos os partidos políticos com representação na Câmara de Vereadores de Porto Velho e na Assembléia Legislativa, além da bancada rondoniense no Congresso Nacional, governo estadual e prefeituras, entidades do movimento social urbano, como a Central de Movimentos Populares (CMP), a Central Única dos Trabalhadores (CUT), as Federações das Indústrias, do Comércio e da Agricultura, sindicatos patronais, representantes de empresas de comunicação e do agronegócio, acadêmicos, profissionais liberais, liderancas comunitárias e outros mais.

Entretanto, a unidade em torno da defesa da construção de Santo Antônio e Jirau se dá em meio a muitas tensões internas, motivadas por disputas político-partidárias e mesmo por conta das diferentes expectativas e visões acerca do próprio processo de execução dos empreendimentos e das perspectivas quanto ao desenvolvimento do estado.

A abrangência dos estudos de impacto ambiental e o tempo necessário para que sejam observados todos os procedimentos para a aprovação das licenças, as medidas necessárias para a mitigação dos danos provocados pela construção das usinas, os papéis desempenhados pelos diferentes entes federativos, as compensações financeiras e de outro tipo e o enfrentamento às críticas dos opositores do CRM, enfim, vários são os motivos de conflito entre os que se posicionam favoráveis às hidrelétricas. Não obstante, a posição resoluta do governo brasileiro de construir as usinas serve como um alicerce sobre o qual as divergências entre os defensores do CRM são relativizadas em prol do objetivo maior que os une.

Quando do lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento, Dilma Roussef, ministra-chefe da Casa Civil, destacou que o investimento em infra-estrutura "é condição sine qua non para a aceleração do desenvolvimento sustentável, com a eliminação dos gargalos para o crescimento da economia" (APRESENTAÇÃO, 2007, p. 10). Ainda de acordo com a ministra, os investimentos em logística objetivam aumentar a eficiência em áreas consolidadas, induzir o desenvolvimento em áreas de expansão de fronteira agrícola e mineral, reduzir as "desigualdades regionais em áreas deprimidas e a integração regional Sul-Americana" (ibidem). No caso do setor de energia, o PAC privilegiou na região Norte a construção das hidrelétricas de Belo

Monte - PA, no rio Xingu; Santo Antonio e Jirau (RO), no rio Madeira, e a interligação destas até Araraquara (SP), bem como entre Vilhena (RO) e Jauru (MT); além da conclusão de Estreito (TO).

A superação dos "gargalos estruturais" é um objetivo declaradamente perseguido desde o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso com vistas à integração da economia brasileira, e desta com as dos demais países sul-americanos, a partir da implementação da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Sul-Americana (IIRSA) (SILVA, 2006). O PAC proposto pelo governo Lula pode ser considerado um passo adiante nesse processo de integração regional que ganhou fólego a partir da segunda metade dos anos 1990 visando consolidar a hegemonia brasileira nesta parte do continente americano, através dessas e de outras ações de cunho multilateral, como a proposta de criação de uma Área de Livre Comércio envolvendo o Mercosul, a Índia e a África do Sul, por exemplo.

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) tem sido um dos principais instrumentos do governo federal para garantir os recursos necessários aos investimentos em logística no Brasil. Nesse particular, o governo federal tem sido muito bem sucedido, já que os desembolsos do banco chegaram a R\$ 62,5 bilhões no período de setembro de 2006 a setembro de 2007, registrando um acréscimo de 32% em relação aos 12 meses anteriores. Por outro lado, as aprovações aumentaram 37% sobre o período anterior, atingindo a fabulosa quantia de R\$ 89,1 bilhões. Tal situação levou Luciano Coutinho, presidente da instituição, a abrir negociações com o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), durante a viagem que fez em outubro deste ano para participar do encontro do Fundo Monetário Internacional (FMI), ocorrido em Washington, nos Estados Unidos, objetivando garantir um financiamento na ordem de US\$ 2 bilhões para fortalecer o caixa do BNDES.

No caso das hidrelétricas de Santo Antônio e de Jirau, o governo federal vem desenvolvendo uma série de iniciativas para viabilizar a construção das duas usinas. Recentemente Luciano Coutinho afirmou que a instituição poderá "prover integralmente o financiamento" para as obras do rio Madeira (Folha de São Paulo, 29/08/2007). Ainda de acordo com Coutinho, essa não é a situação mais adequada, sendo mais provável "que um grupo de bancos privados, liderados pelo BNDES, empreste dinheiro para a obra" (ibdem), ou utilize a subsidiária da instituição, a BNDES Participação

(BNDESPar), para associar-se aos vencedores do processo de licitação para a construção das usinas.

A oportunidade de realizar grandes negócios a partir do PAC, bem como as facilidades oferecidas pelo governo federal, levaram diversas empresas a participar do leilão que, no fim do ano passado, definiu a estatal Furnas e a empreiteira Odebrecht como responsáveis pelas obras do CRM. Mais uma vez, ficou evidenciado o complexo campo de forcas que envolve a atuação de empreiteiras no Brasil, assim como as relações que elas mantêm com as diferentes instâncias do Estado e a guerra travada entre elas para consolidar posições que lhes garantam os principais contratos governamentais. Durante as semanas que antecederam o leilão, o consórcio que terminou vencedor foi alvo de críticas pesadas e ameacas de processo judicial, já que juntava uma estatal a uma companhia privada. A constituição mista do consórcio Furnas/Odebrecht forçou uma revisão da posição do governo federal, que se viu sob pressão por ter definido, anteriormente, que nenhuma subsidiária do sistema Eletrobrás poderia participar de um consórcio para disputar o CRM. Por conseguinte, o governo passou mesmo a estimular a participação de diferentes estatais do setor elétrico no leilão, sempre junto a parceiros privados. Outros fatores também levaram os consórcios que mais tarde seriam derrotados a acusar o consórcio vencedor de cercear a concorrência, como um problema envolvendo um contrato de exclusividade firmado entre a Odebrecht e fornecedoras de equipamentos. A crítica dizia respeito à recusa de fabricantes de turbinas em realizar cotações de precos para os demais concorrentes. A Odebrecht também foi acusada de atuar em Rondônia. antes do leilão, como se já fosse a vencedora, acompanhando o governo estadual em atividades públicas destinadas a provar a viabilidade do empreendimento e seus supostos benefícios. Os acordos de exclusividade terminaram por ser revistos, devido à forte pressão dos concorrentes e também do governo federal.

No entanto, as causas do conflito de interesses em torno da construção do CRM são bem mais amplas e complexas do que uma simples disputa entre empresas interessadas no negócio. Essa disputa põe em relevo um intrincado processo que envolve os interesses do Estado brasileiro em efetivar a integração econômica da América do Sul a partir da integração de sua infra-estrutura, sob a hegemonia do Brasil. Essa questão nos remete a uma primeira constatação: a integração sul-americana se constituiu e se consolidou a partir da Nova República enquanto uma política de Estado e não apenas de governo. A análise dos PPAs desde o primeiro mandato

de Fernando Henrique Cardoso ajuda a compreender melhor essa mudança na política do nosso país em relação aos vizinhos, diferentemente do que ocorreu ao longo da história da nossa diplomacia que não privilegiou o aprofundamento das relações com as demais nações da América do Sul (SANTOS, 2004)².

A segunda constatação está associada ao fato de que o Estado brasileiro tem atuado no interior desse processo visando consolidar a posição das empresas nacionais no mercado externo, tornando-as multinacionais. Recentemente os principais jornais do país divulgaram que, pela primeira vez na história do Brasil, os investimentos de empresas nacionais no exterior superaram, em volume de recursos, os estrangeiros aplicados no Brasil³.

Na América do Sul, os contratos de financiamento firmados pelo BNDES com os nossos vizinhos têm servido para fortalecer a presença das empresas nacionais nesses países, seja através da prestação de serviços, da vendas de máquinas e equipamentos ou através da execução direta de diversos empreendimentos, como estradas no Peru e no Equador, a construção do metrô de Caracas e a ampliação de gasodutos na Argentina, por exemplo. Em relação ao Equador, foi firmado um acordo no início deste ano entre aquele país e o Brasil, visando abrir o acesso do nosso país ao Pacífico e, em contrapartida, viabilizar o acesso do nosso vizinho ao Atlântico. O referido projeto. orçado em US\$ 1,5 bilhão, deverá ser financiado pelo governo de Hong Kong e o BNDES para a construção de estradas e hidrovias, dragagem de rios e a construção de um aeroporto "conectando o porto equatoriano de



- "O Estado brasileiro, dinástico e cercado de repúblicas, encontrava imensas dificuldades para associar-se a iniciativas que, se bem sucedidas, estariam contribuindo para solapar as bases de sua própria legitimidade e, também, para borrar os contornos de sua própria identidade. O Império via-se civilizado e europeu, e, assim, de uma natureza distinta daquela de seus anárquicos vizinhos. Integrar-se a eles seria pôr em risco a própria essência de sua identidade" (op. cit., p. 28).
- Essa política é empregada não somente no processo de integração sul-americana, mas tem sido a tônica da agressiva política comercial brasileira no cenário internacional. A viagem que o presidente Lula realizou neste mês de outubro a diversos países africanos contribui para corroborar o que está sendo afirmado aqui. No Congo, por exemplo, o presidente anunciou o perdão da dívida daquele país com o Brasil, estimada em US\$ 400 milhões. Em contrapartida, propôs que parte desse recurso seja utilizada para melhorar a infra-estrutura do país, através da contratação de empresas brasileiras para executar as referidas obras. Da mesma forma, o Brasil vai disponibilizar, através do BNDES, cerca de R\$ 1 bilhão para as empresas do Brasil que queiram investir em Angola, numa clara tentativa de disputar espaço com os chineses naquele país.

Manta à cidade de Manaus, no Amazonas" (Último Segundo, 04/04/2007).

O BNDES se tornou ao longo dos últimos anos, em particular durante o governo Lula, a principal mola-mestra desse processo de ampliação da participação da iniciativa privada na economia doméstica, bem como para ampliação e consolidação da presença de empresas brasileiras nos mercados de outros países, a partir das diversas linhas de financiamento oferecidas pela instituição. Mais um passo nesse sentido foi dado no dia dezenove de outubro de 2007 em Washington quando o BNDES, a Corporação Financeira Internacional (CFI)⁴ e o BID firmaram um acordo criando um programa denominado Brazil PSP Development Program, "que visa destinar recursos financeiros e técnicos à estruturação e modelagem de projetos de infra-estrutura na modalidade de concessões públicas e Parcerias Público-Privadas (PPPs) no Brasil e na América do Sul" (BNDES, 2007). O referido fundo foi constituído a partir dos aportes do BNDESPar (US\$ 1,99 milhões), IFC (US\$ 1 milhão) e BID (US\$ 1 milhão).

A construção do Complexo Rio Madeira irá viabilizar uma série de empreendimentos no Brasil e nos países vizinhos como hidrovias, estradas e novas hidrelétricas - duas na Bolívia, por exemplo – além de favorecer a incorporação de 30 milhões de hectares daquela parte da Amazônia para o cultivo da soja, conforme afirmou Carlos Lessa quando ainda exercia a presidência do BNDES. Além disso, as usinas do Madeira também poderão atender uma velha demanda dos setores econômicos com grande presença no mercado internacional, que é a de integrar as bacias do Prata e do Amazonas criando, assim, um grande corredor de exportação no sentido Norte-Sul que, conectado aos eixos de integração Leste-Oeste, possibilitará o deslocamento de mercadorias dos países sul-americanos para qualquer parte do planeta. Por outro lado, a construção das duas usinas também fará avançar o processo de integração energética sul-americana perseguida pela IIRSA. Por conseguinte, as disputas envolvendo o CRM não podem ser devidamente compreendidas se limitadas à arena rondoniense.

Na Bolívia, por exemplo, o debate sobre o CRM também tem causado muita inquietação. Enquanto movimentos sociais, como Fórum Boliviano de Meio Ambiente e Desenvolvimento (FOBOMADE) tem exigido do governo Morales que se posicione contrariamente ao empreendimento, muitos alcaides, empresários e parlamentares dizem não querer abrir mão do desenvolvimento. Políticos integrantes da base de apoio

do presidente boliviano e empresários vinculados ao agrupamento denominado *Podemos* defendem a construção da Hidrelétrica de Cachuela Esperanza, que fica logo a jusante de Riberalta. Para eles, é preciso fazer uma separação entre a referida obra e o CRM. Ou seja, defendem que a Bolívia inicie imediatamente a execução deste empreendimento, enquanto o governo averigua as condições de construção das usinas brasileiras:

"(...) Empresários que acompanhavam os parlamentares foram ainda mais claros ao dizer que seria um grande negócio para a Bolívia que o Brasil financiasse a construção de Cachuela em troca de priorização de destinação da energia, e que a região ficasse com o resíduo energético e as divisas. Sabemos que a construção de Cachuela Esperanza de forma 'separada', 'internalizada' ou não, consolida o Projeto do Complexo Madeira com quatro UHE, uma hidrovia e um linhão" (Informe, agosto/2007).

Organizações bolivianas como o FOBOMADE, as Federações Sindicais Únicas de Trabalhadores Camponeses Vaca Diez, de Pando e de Madre de Dios, além de outras entidades da Bolívia e do Brasil lancaram uma declaração afirmando que megaprojetos, tais como o Complexo Rio Madeira "no tienen nada que ver com las necessidades locales, no han sido planificados para dar solución a las mismas, no tienen previstas lineas de transmissión, ni transformadores para la distribuición local^{n.ed.}" (Declaración, agosto/2007). Afirmam também que os custos ambientais do projeto serão assumidos pelas populações do Madeira, citando o caso dos prejuízos à pesca e à livre movimentação dos ribeirinhos por este rio e seus afluentes. Ao final, exigem serem ouvidos pelos governos dos dois países acerca do empreendimento.

Para os críticos do CRM na Bolívia, os estudos realizados por Furnas/Odebrecht têm alcance limitado. Segundo eles, entre outras questões, os estudos não analisam devidamente os impactos negativos que o empreendimento causará à bacia do Madeira em sua



⁴ IFC em inglês. A IFC integra o Grupo Banco Mundial e é responsável pelo financiamento de projetos da iniciativa privada.

[&]quot;não tem nada a ver com as necessidades locais, não estão sendo planejadas para trazer soluções a estas necessidades, não prevêem linhas de transmissão nem transformadores para distribuição local" (tradução da editora)

totalidade⁵, não levam em conta o estudo hidrosedimentológico previsto no corpo do próprio Estudo de Impacto Ambiental nem os problemas geopolíticos que serão provocados por conta do represamento das águas. (VILLEGAS, 2007). O impacto transnacional do empreendimento é bastante ressaltado pelos bolivianos:

"Los proyectos de aprovechamiento hidroeléctrico y de navegabilidad del río Madera buscan afectar principalmente la logística de transporte de las regiones de Madre de Dios en Perú, Rondonia en Brasil y Pando y Beni en Bolivia. Forma parte de la Iniciativa para la Integración de Infraestructura Sudamericana IIRSA, como parte del Eje Perú Brasil Bolivia, uno de los corredores transversales del continente planificado bajo el IIRSA. El objetivo de este Eje es unir fisicamente la zona MAP (Madre de Dios-Perú, Acre-Brasil y Pando-Bolivia) con los puertos del Pacífico y con los grandes centros de consumo de los tres países, por medio de infraestructura vial y fluvial a través de otros Ejes de Integración y Desarrollo como el eje Interoceánico y el Andino.

El proyecto de Navegación del río Madera, entre Porto Velho y Guayaramerin es el proyecto principal del grupo de 3 proyectos del Eje mencionado. Los otros proyectos de este grupo son la Hidrovía Madre de Dios, la Hidrovía Ichilo Mamoré, el Complejo Hidroeléctrico del río Madera, la Hidroeléctrica Binacional Bolivia Brasil y la Hidroeléctrica Cachuela Esperanza" (MOLINA, 2007)^{n.ed.2}

O compartilhamento das preocupações acima por parte de alguns segmentos da sociedade civil brasileira, particularmente em Rondônia, tem possibilitado a constituição e o fortalecimento de alianças envolvendo entidades da sociedade civil dos dois países. Somente em 2007 foram realizados quatro encontros envolvendo diferentes organizações do Brasil e da Bolívia: Cobija e Riberalta, na Bolívia; Porto Velho e Guajará-Mirim, no Brasil. Do lado brasileiro, um dos pontos frágeis dessa articulação parece consistir no pouco envolvimento das organizações indígenas de Rondônia no processo, o que fragiliza bastante a luta contra a construção das duas usinas hidrelétricas.

As críticas levantadas por esses segmentos à implementação do CRM podem ser assim sistematizadas: a) desestruturação de comunidades ribeirinhas e indígenas, brasileiras e bolivianas⁶; b) não há previsão

exata dos níveis de alagamento e de assoreamento provocados pelas barragens a montante, bem como sobre a perda de fertilização das várzeas e erosão das margens do Madeira a jusante; c) comprometimento da biodiversidade regional, especialmente a relativa aos peixes, o que prejudicará, dessa forma, a atividade pesqueira; d) multiplicação dos vetores de malária e dos fatores coadjuvantes para a contaminação por mercúrio; e) perda da qualidade da água para fins de abastecimento da população urbana e ribeirinha na bacia do Madeira; f) desordenada expansão urbana e demográfica sem a correspondente ampliação da oferta de servicos públicos; g) intensificação da incorporação de áreas florestadas, incluindo unidades de conservação, reservas extrativistas e terras indígenas, pela pecuária, pela mineração e pelos monocultivos.

As preocupações desses segmentos, em particular os brasileiros, têm razão de ser dado que as políticas governamentais executadas em Rondônia, a partir da década de 1980, não deixam dúvidas quanto ao caráter predatório e excludente das iniciativas postas em prática.

Os problemas provocados pelo Polonoroeste, projeto financiado pelo Banco Mundial que consistiu no asfaltamento da BR-364 nos estados de Mato Grosso e Rondônia, foram tão graves que ficaram conhecidos internacionalmente. A pressão agressiva de madeireiros, mineradores e especuladores sobre as áreas indígenas, a massiva leva de migrantes que se deslocou para



⁵ Esse é também um dos principais argumentos dos opositores do CRM no Brasil. Daí estes exigirem a realização de novos estudos mais abrangentes em toda bacia, conforme determinam as resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente CONAMA, quando da instalação de hidrelétricas.

nºd2 "Os projetos de aproveitamento hidrelétrico e de navegabilidde do rio Madeira buscam afetar principalmente a logística de transporte das regiões Madre de Dios no Peru, Rondônia no Brasil e Pando e Beni na Bolívia. Faz parte da Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura sulamericana IIRSA, como parte do Eixo Peru Brasil Bolivia, um dos corredores transversais do continente planificado a partir do IIRSA. O objetivo deste eixo é unir fisicamente a zona MAP (Madre de Dios Peru, Acre Brasil e Pando Bolívia) com os portos do Pacífico e com os grandes centro de consumo dos três países, por meio de infra-estrutura viária e fluvial através de outros Eixos de Integração e Desenvolvimento, como o eixo Interoceânico e o Andino.

O projeto de navegação do rio Madeira entre Porto Velho e Guayaramirim é o projeto principal do grupo de 3 projetos do Eixo mencionado. Os outros projetos desse grupo são a Hidrovia Madre de Dios, a Hidrovia Ichilo Marmoré, o Complexo Hidrelétrico do rio Madeira, a Hidrelétrica Binacional Bolívia Brasil e a Hidrelétrica Cachuela Esperança. (MOLINA 2007) (tradução da editora)

⁶ De acordo com esses movimentos, cerca de 3.000 famílias serão atingidas diretamente pelas obras.

Rondônia e a ocupação desordenada das terras do estado, que resultou no surgimento de dezenas de núcleos urbanos sem qualquer infra-estrutura capaz de atender as demandas que se apresentaram, se constituíram em alguns resultados dessa política de ocupação da Amazônia (HAGEMANN, 1996).

A devastação da floresta amazônica tomou um grande impulso no noroeste da região a partir da execução do Polonoroeste. As ações do governo federal para garantir a ocupação dessa parte do território provocaram inúmeros conflitos, como a invasão das terras indígenas. Tudo com a conivência de órgãos como a Fundação Nacional do Índio – FUNAI, profundamente envolvida numa rede de corrupção e de favorecimento ilícito de grupos econômicos e de aventureiros que se deslocaram para Rondônia (MINDLIN, LEONEL, 1991).

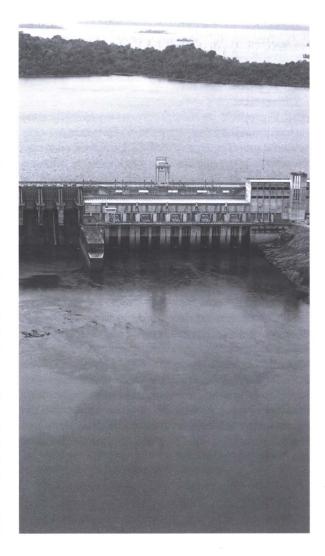
Por outro lado, as experiências com a construção de hidrelétricas na Amazônia também não são muito satisfatórias, principalmente para as populações tradicionais da região. O caso da Usina Hidrelétrica Samuel, no estado de Rondônia, é demonstrativo dos problemas gerados por empreendimentos desse tipo, que resultou no deslocamento compulsório de comunidades inteiras, sem que a elas fossem dadas as condições adequadas de se reproduzirem socialmente com dignidade, revelou o caráter autoritário das empresas envolvidas na execução da obra - a Odebrecht, inclusive provocou a perda econômica dos deslocados e o seu empobrecimento generalizado (SIMONIAN, 1996). Isto sem falar nas mudanças bruscas e incontroláveis provocadas sobre o meio ambiente, que resultaram no desaparecimento de espécies e repercutiram negativamente sobre a qualidade de vida de comunidades da região, além da ameaça à existência de grupos sociais (MARIN, 1996).

Esses e outros problemas já analisados por diferentes estudos tratando das hidrelétricas na Amazônia podem se repetir, agora em escala ampliada, a partir da construção das usinas do Complexo Rio Madeira.

Qual é realmente o significado da construção das usinas hidrelétricas de Santo Antonio e de Jirau, no rio Madeira, em Rondônia, para a consolidação do processo de integração regional sul-americana, de internacionalização de empresas brasileiras e enquanto paradigma para outros grandes projetos de infra-estrutura previstos para a Amazônia? Empresas como a Petrobrás e a Vale do Rio Doce já adquiriram significativa importância no cenário internacional. A primeira, por exemplo, tem forte presença em países Pan-amazônicos, entre os quais se

destacam Equador, Bolívia e Venezuela. Ao executar o CRM o Brasil cria melhores condições para que outras empresas nacionais ocupem espaços cada vez maiores nos mercados dos países vizinhos, em razão de possuir um instrumento forte como o BNDES, cujos recursos disponíveis são relevantes.

Os arranjos financeiros para a construção das usinas do Madeira já estão em grande parte resolvidos pelo governo federal. Contudo, será que é possível afirmar que as iniciativas do Estado brasileiro para efetivar arranjos jurídico-institucionais que façam com que os projetos das hidrelétricas saiam do papel, se constituirão numa espécie de paradigma para outros grandes projetos de infra-estrutura que estão previstos para a Amazônia? Esta é a tendência que mais se afirma para o futuro



próximo, dado que as mudanças ocorridas no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA ocorreram em atendimento aos interesses de determinados segmentos que buscam incessantemente 'flexibilizar' a legislação ambiental, a fim de criar as condições propícias para a aprovação e execução de empreendimentos associados à IIRSA e ao PAC.

Referência Bibliográfica

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Apresentação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) pela ministra-chefe da Casa civil. Dilma Rouseff. Presidência da República/Secretaria de imprensa e Divulgação. Palácio do Planalto, 22 de janeiro de 2007. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/ Acessado em: 24/01/2007.

BNDES poderá financiar 100% das obras do Madeira. Folha de São Paulo, 29/08/2007.

BNDES, IFC e BID criam fundo para financiar a modelagem de projetos de infra-estrutura no Brasil. Disponível em:

http://www.bndes.gov.br/noticias/2007/not244_07.asp - Acessado em 22/10/2007.

BRASIL se propõe a financiar projeto de interligação entre Pacífico e Atlântico. Último Segundo, 04/04/2007. Disponível em:

http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2007/04/04brasil_se_propoe_a_financiar_projeto_de_interligacao_entre_pacifico_e_atlantico_74034 Acessado em: 13/08/2007.

ENCUENTRO DEL MOVIMIENTO SOCIAL EN DEFENSA DE LA CUENCA DEL MADERA Y DE LA REGIÓN AMAZONICA, IV. **Declaração**. Riberalta, 24 de agosto de 2007 (mimeo).

ESTATAIS definem alianças para disputar leilão. Valor Econômico. Editoria Brasil, 28/09/2007.

FÓRUM Viva o Rio Madeira Vivo. Disponível em: http://www.riomadeiravivo.org/cenario.htm

HEGEMANN, Helmut. Bancos, incendiários e florestas tropicais: o papel da cooperação para o desenvolvimento na destruição das florestas tropicais brasileiras. Rio de Janeiro: FASE, IBASE e ISA, 1996, p. 304.



A Integração Sul-americana e o Brasil: O protagonismo brasileiro na implementação da IIRSA

INFORME sobre o IV Encontro do Movimento em Defesa da Bacia do Rio Madeira e da Região Amazônica, ocorrido em Riberalta/Bolívia nos dias 23-24 de agosto de 2007 (mimeo)

LEONEL, Mauro. Onde se esconder? Últimos índios isolados na mata: as maiores vítimas. *In.* **O** cerco está se fechando. Jean Hébette (Org.). Rio de Janeiro: Vozes, FASE, NAEA-UFPA, 1991. p. 279-285.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo. Amazônia: o custo ecológico das hidrelétricas. *In.* **Energia na Amazônia**. Sônia Barbosa Magalhães; Rosyan Caldas Britto; Edna Ramos de Castro. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas. 1996. p. 945-966.

MINDLIN, Betty. Os Índios e o Programa Polonoroeste. *In.* **O cerco está se fechando**. Jean Hébette (Org.). Rio de Janeiro: Vozes, FASE, NAEA-UFPA, 1991. p. 258-277.

MOLINA, Patricia. El Complejo del río Madera en el marco de las políticas energéticas de Bolivia. *In.* **El Norte Amazônico de Bolívia y el Complejo del Rio Madera.** Comissión para la Gestión Integral del Água en Bolívia/FOBOMADE, março/2007. p. 101-110.

O PREÇO de um meganegócio. Folha de São Paulo, 18/10/2007.

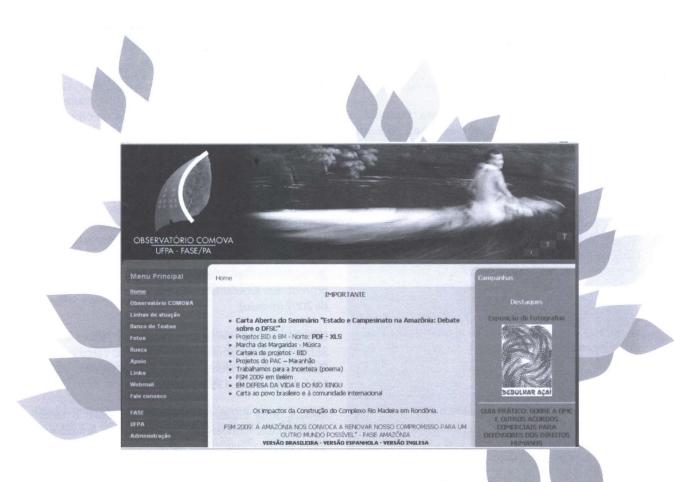
SANTOS, Luis Cláudio Villafañe G. O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o Interamericanismo (do Congresso do Panamá à Conferência de Washington). São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SILVA, José Guilherme Carvalho da. **Oiapoque, uma** 'parabólica' na floresta: Estado, integração e

conflitos no extremo norte da Amazônia Brasileira. Dissertação de Mestrado. NAEA/UFPA, junho/2006.

SIMONIAN, Ligia T. L. Hidrelétrica Samuel (RO) e Populações Tradicionais: deslocamento compulsório e outras questões. *In.* **Energia na Amazônia**. Sônia Barbosa Magalhães; Rosyan Caldas Britto; Edna Ramos de Castro. Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi/Universidade Federal do Pará/Associação de Universidades Amazônicas. 1996. p. 571-590.

VILLEGAS, Pablo. Brasil aprueba EIA de represas que inundarán territorio boliviano. *In.* **El Norte Amazônico de Bolívia y el Complejo del Rio Madera**. Comissión para la Gestión Integral del Água en Bolívia/FOBOMADE, março/2007. p. 111-116.



www.comova.org.br



A feição urbana da Amazônia contemporânea*

José Carlos Matos Pereira**

^{*} Agradecimentos a João Gomes, Guilherme Carvalho, Aldebaran Moura e Graça Costa, do Programa Amazônia da FASE, pelo compartilhamento das idéias deste artigo.

^{**} Sociólogo, Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA), técnico da FASE Amazônia e integrante do Observatório COMOVA.

1. Apresentação

A feição urbana da Amazônia é diversa e complexa, seja pelos papéis variados que cumprem as cidades em rede, seja pelo modo de vida urbano que ultrapassa os limites formais daquilo que denominamos cidade. Isso leva alguns autores a considerar que o urbano na Amazônia é menos visível na paisagem e mais no modo de vida. Da mesma forma, há que se considerar as dinâmicas territoriais e os conflitos socioambientais resultantes da ação de diferentes sujeitos coletivos, do grande capital e da luta incessante pelo controle dos recursos naturais que, por sua vez, envolvem diferentes formas de representação e dos usos na apropriação do território. Elas se cristalizam em práticas políticas e socioculturais em escala municipal, mesorregional e regional, e nas articulações destas com o âmbito nacional e internacional. A acão de grandes grupos econômicos, indígenas, quilombolas, migrantes, extrativistas, agricultores, trabalhadores sem terra, assalariados ou subempregados e do Estado, dentre outros, interferem na dinâmica da cidade e conferem ao urbano universalidade e especificidade. São esses os condicionantes observados na reflexão que apresentamos para debate.

2. A cidade e o urbano na Amazônia

O urbano no Brasil não é uno, nem homogêneo. Sua feição está marcada pela diversidade, expressa nos modos de vida da população, no desenvolvimento da força de trabalho, nas atividades econômicas preponderantes em cada região do país e na hierarquia de suas cidades, sejam elas integrantes de regiões metropolitanas ou de espaços não metropolitanos. Estes aspectos configuram não

apenas um Brasil urbano, mas um Brasil com várias realidades urbanas que trazem a marca da segregação sócio-espacial da cidade capitalista e guardam especificidades que precisam ser entendidas e observadas nos estudos relacionados ao tema (DAVIDOVICH, 1995; SPOSITO, 2001).

Em algumas regiões do Brasil, o urbano e o rural são bem definidos, sendo, portanto, mais fácil sua identificação. Em outras, como a Amazônia, essa questão não se apresenta de forma tão evidente. O modo de vida urbano está presente, mesmo que os quantitativos populacionais não sejam tão preponderantes como nos espaços metropolitanos. Em algumas realidades, a cidade contém o rural e isso pode ser observado no tamanho das propriedades urbanas (acima de 300 m²) que, no passado, foram grandes fazendas e, dessa forma, têm dificuldade de se enquadrar naquilo que a nova Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), e o Estatuto da Cidade¹, chamam de Área de Interesse Social, que pela lei é limitada a 250 m² (BRASIL, 2001).

Isso pode também ser verificado nas práticas sócioculturais dos pescadores e agricultores urbanos que reproduzem na cidade a sua existência e são, muitas vezes, segmentos sociais "invisíveis"², pois não são reconhecidos por políticas baseadas na dicotomia que divide a realidade social em urbano e rural. Observa-se, também, a condição, especialmente em cidades da



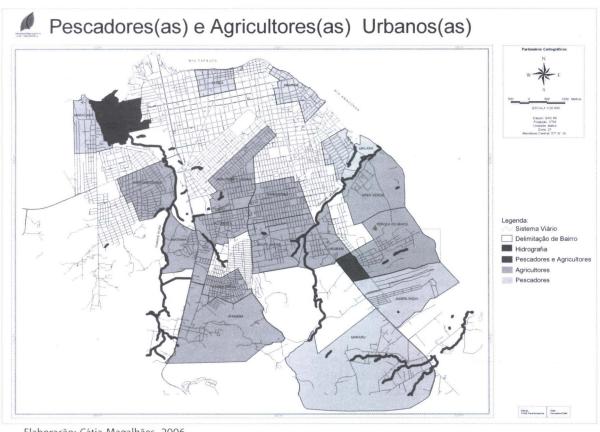
¹ Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001.

² Fernandes (1974) refere-se a "teia invisível" de ligações, ramificações e interdependências entre indivíduos e atividades, ações e relações sociais.

região amazônica, de milhares de indígenas que vagam pelas periferias das cidades e que lutam para ter seus direitos étnicos e humanos reconhecidos pelas políticas sociais (ALONSO; CASTRO, 2006). Da mesma forma, essa situação contradiz afirmações que indicam que a cidade não é um espaço de práticas agrícolas, conforme propõe Sousa (2004).

Na figura 1, podem-se ver espaços ocupados por pescadores e agricultores na cidade de Santarém, no Pará.

Figura 1: Localização dos pescadores e agricultores na cidade de Santarém (PA)



Elaboração: Cátia Magalhães, 2006

Alguns estudos propõem que cidades são aglomerações populares com mais de 20 mil habitantes (VEIGA, 2003). Mas existem algumas que mesmo não tendo esse contingente populacional expressam a vida urbana, como é o caso das Company Towns ou das New Towns. Estas cidades-empresas criadas por empreendimentos da mineração na Amazônia representam enclaves dentro dos municípios e se dimensionam pela capacidade de ofertas de bens e serviços apenas para os funcionários da empresa, sem estendê-los para o conjunto da população do município onde se localizam (VICENTINI, 1994; TRINDADE JR. 2002)³.

Já as cidades ribeirinhas são aquelas do tempo lento, cujas características históricas remontam ao período imperial, cujas "ruas e caminhos terminam invariavelmente no porto" e, deste, no rio que passa à sua frente. O padrão das casas vai perdendo qualidade e beleza na medida em que se afastam do rio. Os poucos equipamentos estão relacionados aos serviços e à administração pública, como a sede da prefeitura e da câmara municipal, além do posto de saúde com



³ Monte Dourado, Vila de Tucuruí, Porto Trombetas, Carajás e Vilas dos Cabanos têm população que variam entre 3.200 a 12.000 habitantes.

atendimentos para casos de baixa complexidade. A igreja em frente à praça e a presença preponderante de bicicletas e motocicletas também compõem a paisagem local (TRINDADE JR, 2006).

Diferentemente das cidades ribeirinhas, que apresentam baixa ligação com as cidades do entorno, predomínio do trabalho ligado ao servico público, preponderância das atividades rurais, capacidade limitada na oferta de serviço, pouca presença populacional (OLIVEIRA, 2001) e limitada modernização do território e das atividades econômicas (TRINDADE JR, 2006), as cidades médias guardam características totalmente opostas a estas citadas anteriormente. Apresentam densidade populacional elevada, uma vez que estão dentre as principais cidades em densidade demográfica do Estado do Pará, e capacidade de oferta de bens e servicos para sua população e seu entorno. Por esta qualidade, polarizam demandas da mesorregião de origem e de outras regiões próximas. O fluxo de pessoas por via aérea, rodoviária e fluvial é alto, dado seu papel e posição como nó de articulação e de atração de população migrante, inclusive, em escala regional (PEREIRA, 2004).

Elas têm um papel político relevante frente aos debates das mesorregiões nas quais estão inseridas, como é o caso de Santarém e a luta pela criação do estado do Tapajós, no oeste do Pará, e de Marabá, com a mesma bandeira de luta no sul e sudeste, em defesa da criação do estado do Carajás.

Em Santarém, por exemplo, moderno e tradicional, estão presentes os dois tipos de uso e ocupação do rio: a beirario e a orla. A primeira, majoritariamente do trabalho, do fluxo de mercadorias, pessoas e idéias, dos pobres. A segunda, da contemplação, do namoro, da música alta nos carros incrementados e dos setores mais abastados (comerciantes, produtores de grãos, turistas e visitantes). Embora os produtos do trabalho braçal também se façam presentes (artesanato, bebida, comida etc.).

Nesse caso, é possível identificar ainda características do padrão ribeirinho pretérito, como a orla do trabalho, do vai-vem de passageiros, da venda do peixe, das canoas de pescadores, do banho de rio. Ele subsiste em contraposição ao padrão moderno e internacional representado pelo porto da Cargill e pelos navios de grande calado que levam os grãos para os grandes centros consumidores da Ásia, Europa e Estados Unidos. Ou ainda pelos navios de turistas estrangeiros com suas faces brancas e avermelhadas, marcas deixadas pelo sol forte e intenso da linha do equador.

Esse discernimento é importante, pois nos permite pensar a cidade não como algo em si, mas na relação que estabelece com outras cidades e dinâmicas sócioterritoriais que ultrapassam suas fronteiras, buscando estabelecer o nexo entre a discussão interurbana, que se refere à rede de cidades (CORRÊA, 1987) e a intraurbana, ou seja, dos arranjos no interior da cidade (VILLAÇA, 2001).

Na relação urbano-rural, vale destacar que o urbano não se esgota dentro da cidade, pois sua mobilidade e fluidez ultrapassam os limites da formalidade e se instalam em áreas rurais e pequenas comunidades como modo de vida urbano, que, por sua vez, implica a emergência de novos valores, novas racionalidades e desejos de consumo (MACHADO, 1990; SANTOS, 1993). Daí a idéia de que o modo de vida urbano contém e está contido em outras realidades não urbanas, como espaço relacional e relativo, conforme propõe Harvey (1980). Observa-se, então, o prático-sensível (cidade), sem perder a dimensão do plano material e imaterial, das crenças, valores, medos e esperanças, enfim, das relações sociais (LEFEBVRE, 1991, 1999, 2002). Isto leva alguns autores a propor que, na Amazônia, as cidades são visíveis menos na paisagem e mais no modo de vida (TRINDADE JR., 2005)4.

Isso não significa desqualificar a urbanização da população, pois 70% dela, na Amazônia, já são urbanas, conforme os dados do Censo 2000. Muito pelo contrário, a tentativa aqui é articular o debate quantitativo ao qualitativo, estabelecendo o nexo entre a cidade e as relações que nela se materializam, o urbano.

As regiões metropolitanas no Brasil, concentradoras de poder econômico e político, têm população estimada em 68 milhões de habitantes, que ocupam uma área de pouco mais de 167.000 km² (RIBEIRO, 2004). Essa extensão territorial, por exemplo, corresponde ao tamanho de apenas dois municípios na Amazônia, Altamira (160.755 km²) e Santarém (24.154 km²), no Pará, que juntos ocupam uma área superior à área destes espaços metropolitanos. Esta grande extensão territorial e a decorrente dificuldade de acessibilidade são outras características preponderantes dos municípios amazônicos (CARDOSO, 2006).

Há que se considerar, ainda, a complexidade dos conflitos socioambientais resultantes da acão de diferentes



⁴ Debate sobre Plataforma Urbana Amazônica, promovido pelo Observatório COMOVA. Belém (PA), em novembro de 2005.



segmentos sócio-políticos e econômicos, que espacializam sua ação em cada região e dão diferentes significados e usos ao território em questão. Em regiões como a Amazônia, isso é resultante da interiorização da fronteira econômica e da incorporação de novas áreas ao processo de acumulação do capital, que, como tratou Becker (2001), desagrega o modo de vida rural e empurra para a periferia das cidades significativo contingente populacional, por conta da implementação de grandes projetos na região, sejam eles de mineração, monocultivo de grãos e eucalipto, hidrelétricas, estradas e outros. Esta dinâmica nos confirma a racionalidade do sistema de produção capitalista, na qual, conforme afirma Santos (1997), os subespaços estão articulados a uma lógica global, como circuitos espaciais da produção.

No município de Belterra, localizado às margens da BR 163, a 50 km da cidade de Santarém, atualmente, parte

do território municipal vem sendo ocupada e controlada por 25 famílias de grandes e médios produtores de soja, oriundas dos estados do Mato Grosso, Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A prática do monocultivo da soja traz em seu bojo a especulação imobiliária, inclusive com a venda ilegal de terras públicas por antigos ocupantes de cargos públicos de nível municipal; traz também o desmatamento de grandes áreas de florestas; a extração ilegal de madeira; a poluição de rios e igarapés, por conta do uso de agrotóxico; a ocupação por fazendeiros de leitos de igarapés e de áreas públicas de uso comunitário de ribeirinhos e agricultores familiares (CARVALHO et al., 2006).

Nesse contexto, o conflito entre "sojeiros" (recém chegados) e população local (antigos moradores) é inevitável, o que inclui ameaças, alianças e preconceitos. Os *outsiders* da Amazônia, se quisermos fazer uma



analogia com a proposição de Elias e Scotson (2000), são indígenas, mestiços e migrantes, que recebem adjetivos pejorativos de "preguiçosos" e "pinguços", ou são tidos como aqueles que representam entraves para o progresso econômico, conforme versão apresentada pelos segmentos mais abastados, ligados a grandes projetos na região.

Naquela cidade, ainda hoje se ouve o apito da sirene que marca o ritmo da vida urbana, herança deixada pelos americanos. Os hidrantes vermelhos pelas ruas, a caixa d'água em ferro e as casas de madeiras em cor branca e de janelas verdes, com suas vilas em diferentes formatos (Vilas Operária, Mensalista e Americana) expressam a estratificação social do período e deixam na paisagem o encontro entre o passado e o presente. Confirmam-se as proposições de Santos (1997, p. 68), de ser a paisagem "um conjunto de formas heterogêneas, de idades diferentes, de pedaços de tempos históricos representativos das diversas maneiras de produzir as coisas, de construir o espaco".

Observe-se, ainda, que em grande parte dos municípios da Amazônia a principal atividade econômica provém da agricultura. E, em muitos casos, é a prefeitura a maior fonte de empregos formais, cuja receita mensal é oriunda, majoritariamente, do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). A atividade comercial é pequena e familiar, sua finalidade é o atendimento de necessidades imediatas. O acesso a serviços mais elaborados se dá através de deslocamento para o município de maior porte. Nas cidades, muitas vezes a população urbana é menor que a rural, o que não nega a presença do modo de vida urbano, nem tampouco a premissa da cidade como locus da troca sistemática de mercadorias (WEBER, 1999).

A tentativa de explicitar a complexidade da feição urbana amazônica caminha no sentido de afirmar que não existe resposta simples para as questões apresentadas. E as políticas implementadas pelo Estado na região têm dificuldade de dialogar com esse contexto, podendo ser identificados alguns elementos estruturantes que ilustram essa situação:

a) A inserção subordinada da Amazônia como fornecedora de mão-de-obra barata e matéria-prima para o processo de acumulação do capital é matriz da visão desenvolvimentista historicamente proposta para a região. Essa racionalidade impede o avanço da reforma agrária e da reforma urbana, bandeiras de luta históricas dos movimentos sociais. Em contrapartida, o grande capital ligado aos setores de madeira, mineração, produção de grãos e outras formas de

monocultivo, avança no controle de terras devolutas e amplia as práticas predatórias na região. Isso é possível por meio da articulação da rede sócio-política que vai da escala municipal à internacional, envolvendo parlamentares, prefeitos, juizes, grandes empresários, empresas multinacionais e meios de comunicação, adesistas e apoiadores dessa concepção. Isto, além da aplicação de recursos de bancos estatais e da produção de conhecimento científico por instituições públicas para este fim.

- b) As práticas assistencialistas e clientelistas são referências majoritárias que presidem a ação dos governos municipais. A cultura de direitos é residual. Ou, onde é mais premente, não encontra ressonância na relação com tais governos. Isso dificulta o diálogo entre governo e sociedade civil, e restringe o debate das políticas públicas à política governamental e, dessa forma, ao monólogo e à imposição. A correlação de força desfavorável nos legislativos é outra questão a ser considerada.
- c) A imensa maioria dos municípios depende de repasses de recursos dos governos estaduais e federal, e essa dependência vira moeda de troca não só nos períodos eleitorais. A relação com o ente federativo é assistemática e pontual, o que resulta em desperdício de tempo, recursos públicos e de informações de alta relevância para fins de planejamento regional e territorial, que ficam engavetadas em alguma instituição. Há exceções verificadas com a produção de kits de informação, ou com a publicação de dados na internet, mas essa ainda é uma prática pouco comum.
- d) A ausência de produção sistemática de informação, de apropriação da tecnologia e de pessoal com domínio dessas práticas são mais entraves, que restringem o alcance e qualidade das proposições governamentais e desqualificam o ente federativo municipal na captação de recursos e na atração de investimento privado ou da cooperação internacional.
- e) A superposição de territórios tira da governabilidade local o poder de decisão. O longo caminho de negociações entre estado e municípios dificulta a regularização fundiária sustentável. Há que se reconhecer que, em alguns casos, também representa entraves para ação predatória do grande capital. Mas não representa impedimento, visto que a desconformidade com a legislação ambiental e o desrespeito aos direitos humanos é outra característica comum dos grandes empreendimentos.

3. Finalizando

Mas nem tudo está perdido. Uma outra Amazônia é possível e, para tal, vale destacar alguns aspectos.

- **a)** A política regional democrática e sustentável é uma necessidade para superar a fragmentada visão desenvolvimentista e as relações mercadológicas. Isso também permite nos distanciarmos da visão ecocêntrica que valoriza mais a floresta em detrimento das pessoas que lá vivem. Ou seja:
 - Essa iniciativa possibilitaria uma ação mais sistemática intra e inter-governamental para fins de planejamento e gestão, otimizando a ação de ministérios, secretarias e outras instâncias.
 - A unificação dos fundos para potencializar a aplicação dos recursos públicos.
 - A produção de informação sistemática, a utilização de tecnologia de ponta e pessoal qualificado, além da troca de saberes e conhecimentos entre as partes envolvidas.
 - Permite estabelecer o nexo entre temas complexos como gênero, etnia, ambiente, relação urbano-rural, moderno-tradicional e rede de cidades, dentre outros. O que implica a (re)significação do ideário da reforma e da luta pelo direto à cidade, em se tratando de Amazônia.
- b) A implementação de projetos demonstrativos e a valorização de experiências bem sucedidas em curso. Entre eles:
 - Existem na Amazônia experiências bem sucedidas em diversas áreas que precisam ser visibilizadas, valorizadas e que podem servir de referência para implementar políticas na região. Tais experiências se dão nas áreas de energia, gênero, meio ambiente, planejamento participativo, agroecologia, regularização fundiária, economia solidária, manejo sustentável e outras.
 - Também precisamos reuni-las, sistematizá-las e socializar os avanços alcançados nessa parte do Brasil. Isso pode ser feito através da produção de vídeos documentários e publicações informativas, mas somos favorável à idéia de que se realize um grande encontro na Amazônia e outro fora da região (Rio de Janeiro ou São Paulo) para que outras organizações e governos possam conhecê-las também. Ao mesmo tempo, devemos incentivar que estas experiências deixem de ser apenas projetos pilotos, para serem encaradas como alternativas concretas de novas modalidades de

políticas públicas para a região.

- c) Articulação da produção do conhecimento científico com a intervenção social, em ações como:
 - O esforço feito no âmbito do Observatório de Políticas Públicas, Conhecimento e Movimento Social na Amazônia (COMOVA), resultado da parceria entre a FASE Amazônia e a Universidade Federal do Pará (UFPA), pode ser considerado um grande feito, uma vez que os estudos realizados por pesquisadores ligados ao observatório são devolvidos para lideranças e gestores em forma de publicações e cursos de capacitação, e estes alimentam as linhas de pesquisas com novos temas e inquietacões.
 - O projeto demonstrativo de Belterra mostra positivamente os seus primeiros resultados, com os aprendizados adquiridos em quase três anos de trabalho e com os desafios de sua continuação, com as políticas e procedimentos para aplicação prática da lei do plano diretor participativo do município. Já está em curso o funcionamento periódico do Conselho da Cidadania, as oficinas de capacitação de lideranças, o Fórum dos Movimentos Sociais, o Planejamento e Orçamento Participativo (POP) e o Cadastro Técnico Multifinalitário (CTM);
 - A distribuição do kit de Belterra, contendo cartilhas populares, mapa dos conflitos socioambientais, lei do plano diretor e vídeo com relato da experiência, além do lançamento do livro com a sistematização de seis experiências dos planos diretores participativos no Pará, Amapá, Amazonas e Tocantins representam uma forma de democratização da informação, cujo eixo estruturante é parte da prática político-pedagógica do COMOVA.
 - A pertinência do debate de construção da Plataforma Socioambiental da Amazônia, sob coordenação do Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) e do Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC), tanto representa o esforço de articulação entre as partes quanto sinaliza para a constituição de um sujeito coletivo urbano. Isto é algo que não se imaginava em nossa região até há pouco tempo. E se torna relevante, pois estes fóruns discutem o projeto nacional sem perder de vista nem a totalidade, nem as particularidades e singularidades das cidades na Amazônia.

Ao finalizar o nosso diálogo, não custa nada lembrar que o território é o lugar onde a vida social se realiza, seja nas margens de um rio, na beira de uma estrada, no meio de uma floresta ou como enclave de algum projeto de mineração, como cidades planejadas ou cidades históricas que derramam pobreza em suas periferias. Neste sentido, o debate sobre as cidades e o urbano na Amazônia envolve a articulação de temas que necessitam de um novo olhar. Um olhar que não apenas enquadre ou classifique, mas busque explicar estruturas e relações, fatos e acontecimentos de forma crítica e menos parcial. E que não apenas rotule, mas permita que a complexidade dessa parte do Brasil questione os paradigmas préestabelecidos, e que o diálogo fraterno entre as partes seja pautado no respeito à diversidade, pois quem tem tempo para ensinar, também pode abrir uma "janela de tempo" para aprender.

Diz um ditado chinês que "há três coisas que não têm volta: uma flecha lançada, uma palavra pronunciada, uma oportunidade perdida".

Referências

ALONSO, Sara; CASTRO, Edna Maria Castro. Processo de transformação e representação do rural-urbano em Altamira. In: CARDOSO, Ana Cláudia Duarte (Org.). **O** Rural e o Urbano na Amazônia: diferentes olhares em perspectiva. Belém: Ed. Universitária UFPA, 2006. p. 162-215.

BECKER. B. **Significância contemporânea da fronteira:** uma interpretação geopolítica a partir da Amazônia brasileira, 2001. Mimeo. 20p.

BRASIL. Lei nº 10.257 - **Estatuto da Cidade** - Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, julho, 2001. Brasília.

CARDOSO, Ana Cláudia. **Possibilidades do Estatuto da Cidade para as cidades da Amazônia.** Belém. Mimeo, 2006.

CARVALHO, Vânia Regina Vieira de. et al. **A expansão do monocultivo da soja em Santarém e Belterra:** injustiça ambiental e ameaça à segurança alimentar. Belém, 2006. Mímeo. 13p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia,** Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

DAVIDOVICH, Fany. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, Berta. et al. (Ogs). **Geografia e meio ambiente no Brasil.** São Paulo: Hucitec, 1995.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders:** sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.

FERNANDES, Florestan. **Elementos de Sociologia Teórica.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1974. HARVEY, D. **A justiça social e a cidade.** São Paulo:

Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Moraes, 1991.

_____. **A cidade do capital.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. **A revolução urbana.** Belo Horizonte: UFMG, 2002 (1ª. reimp de 1999).

MACHADO, Lia Osório. Significado e configuração de uma fronteira urbana na Amazônia. In: BECKER, Bertha. K. et al. (Orgs.). **Fronteira amazônica:** questões sobre a gestão do território. Brasília: UNB, 1990. p.115-30.

OLIVEIRA, J. A. As pequenas cidades da Amazônia: espaços perdidos e reencontrados. In: DAMIANI, A. L.; CARLOS, A. F. A.; SEABRA, O. C. L. **O espaço no fim do século: a nova raridade.** 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. p.199-213. (Geousp: novas abordagens).

PEREIRA, J. C. M. Importância e significado das cidades médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA). Belém, 2004. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz (Org). **Metrópoles: entre** a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito. Rio de Janeiro: Editora Fundação Perseu Abramo; Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), 2006.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil. 2004.

SPOSITO, Maria E. Beltrão. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, Maria E. Beltrão (Org). **Urbanização e Cidades.** Perspectivas Geográficas. São Paulo: Gasper/EDUSP., 2001. p. 609-643.

TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. Cidade e empresa na Amazônia: uma apresentação do tema. In: TRINDADE JR., S. C.; ROCHA, G. M. (Orgs.). **Cidade e empresa na Amazônia**: gestão do território e desenvolvimento local. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 13-23.

TRINDADE JR., S. C.; SILVA, M. A. P.; AMARAL. M. D. B. Das janelas às portas para os rios: compreendendo as cidades ribeirinhas na Amazônia. Belém. Mimeo, 2006.

VEIGA, José Ely da. **Cidades Imaginárias:** o Brasil é menos urbano do que se calcula. 2ª ed. Campinas: Editora Editores Associados, 2004.

VICENTINI, Y. **Cidade e história na Amazônia.** Curitiba: Editora UFPR, 2004.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil.** São Paulo: Ed. Nobel: FADESP: Lincols Institute, 2001.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999. Vol. 2.





O Kit Plano Diretor Participativo Belterra é composto de cartilhas, CD Rom e DVD produzidos para e a partir da experiência de planejamento municipal premiada com o Selo Cidade Cidadã, conferido pela Comissão de Desenvolvimento Urbano da Câmara dos Deputados.

Acesse o kit através do site: http://www.comova.org.br/pdbelterra

A floresta pede socorro

ão vale mais o rigor de esperança das palavras que venho proferindo em tantos cantos do mundo, onde chego para ajudar a defender a beleza da vida, que dá sentido e grandeza à condição humana:
- Faz a tua parte, a floresta será salva.

Faz tempo que me consagro à causa da preservação das verdes virtudes amazônicas: a mais preciosa fonte de vida do planeta. Cada dia mais impiedosamente devastada. Mordida pelo ferrão da cobiça internacional. Devorada pelo fogo dos madeireiros perversos, pela voracidade (tenho vontade de escrever ferocidade) dos empresários poderosos.

Todo mundo já sabe que a emissão de gás carbônico, metano e óxido nitroso, pelas chaminés das indústrias dos países opulentos, vem aquecer a atmosfera, causando o chamado efeito-estufa. A Terra, corpo vivo, nossa mãe e regaço, começou a dar sinais de sofrimento. As chuvas chegavam ácidas. As águas, enlouquecidas, invadiam cidades. As árvores perdiam as folhas em plena primavera.

A bondade da natureza envolveu a Terra com uma película mágica, só para proteger os seres terrestres de raios solares malignos. Pois não é que humanos malvados abriram buracos enormes na delicada matéria protetora? Quando os cientistas descobriram, ficaram alarmados. Tantos foram os cuidados com a perfuração da camada de ozônio, que se descuidaram do perigo maior: o aquecimento global. Até que em 2006 a Ciência, estou dizendo os sábios da comunidade científica, alertaram a humanidade: de tão elevada a temperatura da Terra chegou a um estado irreversível e revelaram as trágicas conseqüências para a vida do próprio planeta e dos seres que nele vivem. É preciso ouvir a terrível advertência: o mesmo calor que já derrete os gelos da Antártida e as neves dos Andes, que eram eternas, ameaça transformar a nossa floresta numa savana desolada. O relatório do Painel Internacional de Mudanças Climáticas das Nações Unidas não usa meias palavras: a floresta vai secar.

Mudaram as circunstâncias da vida terrestre. Da celeste também. Mudaram os ímpetos dos oceanos. As estações do ano estão desvairadas. Os pássaros se esquecem dos seus cantos. O mundo dos homens está mudado... Concedo então que minha esperança também mudou. Perdeu flama. Tomara que não se apague.

É possível, sim, amenizar as tremendas conseqüências do aquecimento do planeta. Desde que todos e cada um façamos a nossa parte. Sobretudo os governantes, que têm o dever de garantir a vida. Desde que a humildade vença a arrogância dos que se pretendem donos do mundo. O poder da utopia pode triunfar sobre o furor do apocalipse. A Utopia é um reino que Deus criou para o homem ser feliz.

A floresta amazônica ainda pode ser salva. O que dela sobrar vai ficar contente de ajudar a Vida.

Thiago de Mello

A lição das águas

Hoje nada me disse a antemanhã, cujo palor perseverante espero debruçado defronte do meu rio, no silêncio sonoro da floresta que me tem de nascença.

Mal me vê, fala suave que a vida nunca é vã, que merecer o vento me chamando, ganhar o vôo alvíssimo da garça, a luz do riso de uma criança triste, a palavra estrelada na memória, faria de meu dia a explicação da beleza da vida e a advertência de que tudo que dói sempre tem fim.

Agora a antemanhā nada me diz, na clara boca um laivo entristecido. Concedo então que só de mim dependo para lavar do peito a dolorida falta do pássaro - cantor que se calou.

Mas de repente gravado na água leio rutilante recado para mim: na dor da tua perda cresce o amor.

Outubro de 2005,

Faz um ano que o meu filho Foi cantar lá com as estrelas

O animal da floresta

De madeira lilás (ninguém me crê) se fez meu coração. Espécie escassa de cedro, pela cor e por conter no seu âmago a morte que o ameaça. Madeira dói?, pergunta quem me vê os braços verdes, os olhos cheios de asas. Por mim responde a luz do amanhecer, que recobre de escamas esmaltadas as águas grandes que me deram raça e cantam nas origens do meu ser. No crepúsculo estou da ribanceira, entre as estrelas e o chão que me abençoa as nervuras. Já não faz mal que doa meu bravo coração, de água e madeira.

(O dia findando, nas águas do Andirá,)

Faz a tua parte

Venho armado de amor para trabalhar cantando na construção da manhã. Amor dá tudo o que tem. Reparto a minha esperança banhada na calidão do verde novo que vem.

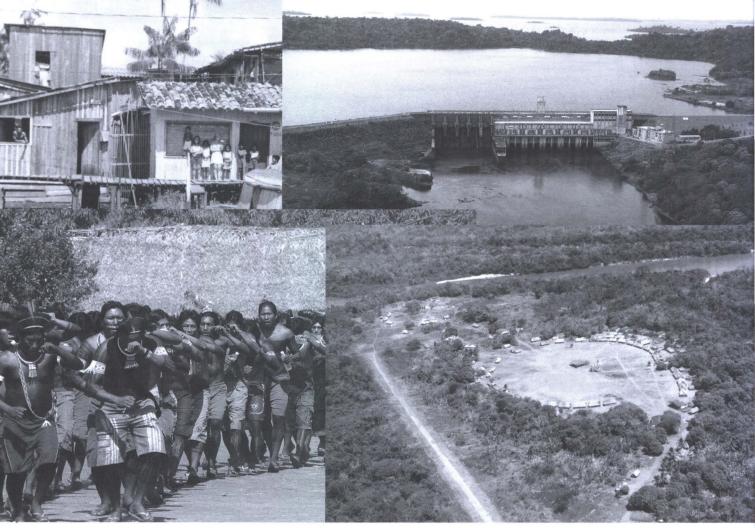
Um dia, na cordilheira chilena, ardendo de fogo, a foice me quis ceifar o coração de companheiro. Mas atravessei o incêndio E continuo a cantar, Publicamente.

Não tenho caminho novo. O que tenho de novo É o jeito de caminhar.

Com a dor dos deserdados, o sonho escuro da criança que dorme com fome, aprendi que o mundo não é só meu . Mas sobretudo aprendi Que na verdade o que importa, antes que a vida apodreça, é trabalhar na mudança do que é preciso mudar.

Cada um na sua vez, Cada qual no seu lugar.





Fotos: : Antonio Cruz/ABr e Wilson Dias/ABr

Projetos em disputa na Amazônia: contradições dos campos políticos e desarticulação dos sujeitos.

Jorge Eduardo S. Durão*

Neste artigo, procuraremos retomar algumas questões políticas relativas ao conflito de projetos de que depende o futuro da Amazônia, partindo do reconhecimento de que há um recrudescimento da disputa sobre o destino dessa região estratégica para o futuro do país, sem a qual o Brasil ficaria reduzido a cerca de 40% do seu território e perderia grande parte da sua importância no mundo.

A disputa sobre o futuro da região

Partiremos da caracterização dessa disputa tal como descrita no texto "Compromisso da FASE com uma Amazônia Sustentável e Democrática".

No texto está dito que, em 2007, "multiplicam-se os sinais de que a questão nacional da Amazônia se coloca mais uma vez na ordem do dia com todos os sinais de uma disputa entre poderosos interesses e sujeitos políticos locais, nacionais e internacionais, com todos os elementos necessários para se transformar numa luta política e ideológica sem quartel".

"Essa constatação nada tem de surpreendente, se considerarmos que em torno do destino da Amazônia se trava uma das batalhas mais importantes entre os países ricos e os países do Sul, numa guerra em que se decidirá o ônus que recairá sobre cada país, na inevitável alocação dos custos da crise ambiental e das mudanças catastróficas do clima mundial".

"Os Estados mais poderosos, que têm padrões de produção e de consumo insustentáveis, dispondo de enormes recursos financeiros, tecnológicos e militares, não abrirão mão da pretensão de controlar a Amazônia, tentando reproduzir, à custa dos nossos países, os atuais

padrões insustentáveis de existência e as práticas de quinhentos anos de expropriação das riquezas e recursos energéticos dos países da América do Sul. Nesse cenário carregado de desafios e ameaças, o Brasil tem de enfrentar os dilemas que são respondidos de forma distinta por pelo menos quatro campos políticos, nessa encruzilhada histórica para a Amazônia: 1) O campo comprometido com a estratégia liberal que renuncia inteiramente a um projeto nacional para o Brasil e à defesa da Amazônia brasileira como patrimônio do Brasil; 2) O campo político desenvolvimentista que reconhece a importância de uma presença ativa e planejadora do Estado na região, mas não hesita em reproduzir os padrões insustentáveis de produção e consumo dos países do Norte e vê os povos da Amazônia como objeto passivo de seus projetos expansionistas de ocupação da fronteira agrícola e mineradora; 3) Um campo heterogêneo de interesses econômicos e políticos que, sob o manto do nacionalismo, procura garantir seus interesses particulares (nesse campo se juntam grupos de extrema direita, políticos e parlamentares do norte em disputa pelo controle de recursos públicos, grupos econômicos interessados em manter e aumentar as áreas de exploração etc.) 4) Um campo político contrahegemônico que, no contexto de um mundo em crise, preconiza um Brasil sustentável e solidário, comprometido com o exercício responsável e solidário da soberania nacional e com a defesa do patrimônio sóciobiodiverso que a Amazônia constitui para o Brasil, em consonância com o desafio maior de sobrevivência da Humanidade e do planeta ameaçado".

"Evidentemente os projetos políticos em disputa na Amazônia não se apresentam de forma nítida na vida cotidiana e, por isso mesmo, nos momentos de

acirramento das disputas, cresce o nevoeiro ideológico que encobre o discurso e as práticas de alguns dos sujeitos em presenca. É assim que se explica o estranho nacionalismo dos representantes, nas instituições políticas e nos meios de comunicação, de grupos econômicos tradicionalmente associados a grandes corporações internacionais e ao processo de globalização produtiva e financeira, que se mostram subitamente assustados com a "invasão estrangeira" e a ameaça das ONGs "controladas por estrangeiros". Por outro lado, já estamos acostumados a escutar a ladainha dos porta-vozes das madeireiras, dos pecuaristas, do agronegócio e de outros grupos econômicos que se dedicam à exploração predatória da região, para os quais os movimentos sociais, as ONGs e todos os demais setores comprometidos com a busca de alternativas sustentáveis e democráticas para a região não passam de "inimigos do desenvolvimento" da Amazônia".

A discussão que queremos retomar neste artigo diz respeito às lacunas e até mesmo ao caráter ainda amorfo dos projetos em disputa - com a provável exceção do projeto, há séculos dominante, de exploração colonial e selvagem dos recursos da região -, bem como à incipiente configuração dos sujeitos políticos portadores dos diferentes projetos que, de fato ou pretensamente, constituem alternativas para a Amazônia, sendo certo que, mesmo no caso do projeto hoje dominante, falta a esses sujeitos capacidade hegemônica propriamente dita, a qual é compensada, neste caso, pelo recurso frequente à força e pela absoluta assimetria nas relações de poder entre os agentes dessa exploração predatória da região e aqueles que a ela resistem - a população rural e da floresta: povos indígenas, quilombolas e outras populações tradicionais (seringueiros, castanheiros, ribeirinhos), colonos e pequenos produtores rurais.

O campo neoliberal

O campo comprometido com a estratégia liberal, que abre mão de um projeto nacional para o Brasil e da defesa da Amazônia brasileira como patrimônio do Brasil, pode parecer circunstancialmente fraco e desaparelhado para enfrentar essa árdua disputa para fazer prevalecer um projeto de desenvolvimento para a Amazônia, sobretudo se considerarmos que esse campo político liberal, identificado com a inserção subordinada do país na economia mundial — e adepto da adoção de políticas econômicas "liberais periféricas" — se reveste no país de uma roupagem política que escamoteia a sua verdadeira natureza. Como se não bastasse a resistência dos partidos de direita a se assumirem como tais, o liberalismo brasileiro prefere se apresentar como social-democrata e o

próprio Fernando Henrique Cardoso, que se propôs a pôr fim à era Vargas, vista por ele como um obstáculo à inserção do Brasil no capitalismo globalizado, insiste em dizer que nunca foi neoliberal. Embora esse campo mais explicitamente identificado com o liberalismo pareça estar hoje politicamente enfraguecido, frente à forca política da sua atual versão mitigada e diluída em tintas de neo-desenvolvimentismo - refiro-me aqui, evidentemente, à alternativa política representada pelo governo Lula ,- a sua força como campo político na disputa pelo destino da Amazônia não pode ser subestimada, já que não podemos perder de vista que esta é uma luta que se trava na arena política nacional e internacional, e que, nesta última, os liberais (e/ou neoliberais) contam com recursos de poder inerentes às suas articulações internacionais, tais como o poder econômico e as iniciativas políticas das transnacionais e a ação de algumas ONGs internacionais que pretendem falar em nome da "sociedade civil global", escamoteando os seus vínculos com interesses concretos a que se vinculam nas sociedades civis dos respectivos países etc. Por último, o campo liberal conta ainda com a desarticulação e as contradições dos demais blocos políticos no âmbito nacional e do próprio Estado nacional brasileiro.

No tocante à atuação das empresas, como escreveu Jean Pierre Leroy² ao explicar as razões da sua recusa a participar do chamado Fórum da Amazônia Sustentável, "progressivamente, parece se impor à opinião pública a idéia que são as empresas (e boa parte delas justamente as que impactam negativamente o meio ambiente) que vão salvar o meio ambiente. Diretamente ou através das suas Fundações, elas se tornam onipresentes". Pode-se perguntar se é pertinente entrarmos na discussão sobre a atuação das grandes empresas pela porta de entrada da análise do campo comprometido com a estratégia liberal, até porque muitas das grandes empresas presentes na região amazônica estiveram envolvidas desde os tempos da ditadura militar com os grandes projetos que assolaram a região em nome do desenvolvimento e da integração nacional. No entanto, não podemos perder de vista o fato de que a estratégia neoliberal de inserção subordinada do Brasil na economia capitalista globalizada abriu o caminho para a exploração desenfreada dos recursos da região, pelo esvaziamento



¹ Conforme a definição dos economistas Luiz Filgueiras e Reinaldo Goncalves.

² Jean Pierre Leroy é assessor da FASE, que hoje coordena o Projeto Brasil Sustentável e Democrático.

do papel regulador do Estado e pela ausência do seu papel planejador. Por outro lado, ao submeter o país aos ditames do capital financeiro, o fez regredir a uma situação neocolonial de país exportador de commodities, com um lugar destacado para a Amazônia, sobretudo no tocante às mineradoras, à expansão dos monocultivos e à pilhagem dos recursos da biodiversidade.

No tocante às ONGs, o aprofundamento da nossa compreensão acerca dos diferentes atores das sociedades civis do Brasil e de outros países do Norte e do Sul - em especial das ONGs - requer uma leitura bastante fina do papel político desses atores, que não está definido a priori. Não podemos perder de vista a assimetria de poder entre as ONGs do Norte e do Sul, as relações de dependência destas últimas com relação às ONGs do Norte, e a sua maior ou menor vontade política e capacidade de concretizarem em termos práticos os seus compromissos com um projeto nacional e com os sujeitos populares nos territórios atingidos pelos processos de desenvolvimento. Não podemos esquecer que "os membros presumidos da sociedade civil global nutrem seus valores cosmopolitas a partir de suas realidades culturais nacionais e financiam suas atividades com apoio de doadores públicos e privados de seus países, e esses doadores definem os parâmetros de sua ação"³. Sem cairmos nas simplificações das posições que reduzem o papel das ONGs a instrumentos de difusão das agendas neoliberais no terceiro mundo ou lhes imputam de forma primária o papel de defensoras de interesses econômicos e políticos dos países ricos - sem sequer considerar as contradições políticas e ideológicas nos países do Norte -, não poderemos avancar na identificação de guem é guem entre as ONGs, nessa luta entre os diferentes projetos para a Amazônia, sem um esforco detido de análise das posições, alianças e nexos políticos de cada uma dessas organizações. Portanto, ao examinarmos as posições das ONGs internacionais que atuam na Amazônia, precisamos nos precaver com relação às armadilhas do "cosmopolitismo metodológico" a que se refere Bernardo Sori no texto citado, fazendo uma leitura crítica dos interesses e realidades culturais a que elas estão originariamente vinculadas e da sua inserção no contexto nacional brasileiro, de modo a explicitar os eventuais desacordos entre suas agendas e os interesses nacionais brasileiros e dos povos da Amazônia.

A reconversão da economia brasileira à condição de economia exportadora numa posição subordinada aos interesses dos países centrais do capitalismo recebe o apoio de articulações de articulações de empresas com ONGs do Norte que se submetem de maneira passiva às tendências dominantes da opinião pública ou às políticas

dos governos dos respectivos países. Em geral essas ONGs permanecem comprometidas, pelo menos em tese, com as suas preocupações com o impacto sócio-ambiental, na Amazônia e no país como um todo, das atividades produtivas de cujos resultados os seus países se beneficiam, mas não incorporam à sua percepção da realidade uma visão crítica acerca da divisão internacional do trabalho e das relações sociais no Brasil que estão na base do modelo de desenvolvimento socialmente injusto e ambientalmente insustentável.

O campo desenvolvimentista

O campo político "desenvolvimentista" apresenta-se hoje talvez como o mais complexo e objeto de mais difícil interpretação, nesse nosso limitado exercício de análise política. Aqui, o risco que corremos é o de projetarmos sobre a nossa realidade social e política as características dos tipos-ideais de Estado desenvolvimentista, ou de bloco político nacional-desenvolvimentista, quando existem evidências mais do que suficientes de que nem um nem outro se apresentam no cenário nacional com os requisitos necessários para a realização de um projeto nacional-desenvolvimentista para o Brasil e para a Amazônia. Aliás, no atual quadrante da vida brasileira, é a própria viabilidade histórica desse projeto que está por ser demonstrada.

A leitura do capítulo sobre a Amazônia da obra de Samuel Pinheiro Guimarães, "Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes" , é particularmente útil para a discussão desse ponto, já que o autor combina uma defesa apaixonada de um projeto nacional de desenvolvimento para o Brasil – a partir do qual pensa a inserção do nosso país no mundo – com uma crítica rigorosa dos pré-requisitos para a realização desse projeto, a nosso ver em grande parte inexistentes. Guimarães analisa o ambiente internacional para a Amazônia a partir do reconhecimento de que a Amazônia brasileira faz parte de uma realidade maior e que o futuro da região depende também da situação política, social, econômica e militar nos seis países com os quais a Amazônia brasileira faz fronteira.

Esse contexto político sul-americano torna-se ainda mais relevante frente à pressão internacional para *controlar* a Amazônia, a qual, segundo Guimarães, "se exerce hoje por meio de agências internacionais, de ONGs e da



³ Bernard Sorj, "Sociedades Civis e Relações Norte-Sul: ONGs e Dependência", Working Paper 1, Novembro, 2005, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais.

estratégia diversionista de Estados estrangeiros que têm padrões de consumo e produção insustentáveis e detêm grandes recursos financeiros e tecnológicos". Destaca ainda, como fator com influência decisiva sobre a região "a presença militar americana na região, a militarização do combate à droga e a possível internacionalização de conflitos internos existentes ou latentes em Estados vizinhos ao Brasil". Guimarães analisa ainda as consegüências de anos de liberalismo econômico inspirado no Consenso de Washington e de democracia formal nos países vizinhos e no próprio Brasil. Evidentemente, num livro publicado em 2005, não dispunha ainda de todos os elementos com que contamos hoje para avaliar o contexto político da região depois da eleição de Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, e da evolução recente da política de Hugo Chávez na Venezuela. Em todo caso, não temos por que supor que o surgimento desses governos progressistas na região e o eventual agravamento dos conflitos políticos nos países vizinhos tornem menos complexos os desafios políticos que se colocam no caminho da realização de um projeto sustentável e democrático para a Amazônia. Nenhum dos acontecimentos recentes invalida a constatação de Guimarães acerca da "persistência de situações estruturais que se encontram na raiz de conflitos que irrompem com fregüência cada vez maior por toda parte". No nível de aprofundamento da discussão cabível neste artigo, gostaríamos de assinalar apenas a necessidade de situarmos a disputa de projetos para a Amazônia nesse contexto de instabilidade política e social que caracteriza os países andinos, para não falar da fragilidade política e subdesenvolvimento econômico da Guiana e do Suriname (e sem esquecermos do status colonial da Guiana Francesa). Num momento histórico em que parece haver um consenso sobre a inviabilidade de projetos nacionais autárquicos e a necessidade da integração regional sul-americana, pensar um projeto de desenvolvimento para a Amazônia exige que se pense ao mesmo tempo a articulação dos projetos políticos impulsionados pelos principais países da região. Nesse contexto, a crescente polêmica acerca do caráter democrático do governo Chávez na Venezuela, dependendo da evolução da situação política naquele país, pode vir a constituir um complicador desse processo⁵. De resto, o processo de integração regional no seu todo estará sujeito às vicissitudes dos processos políticos e eleitorais nos países da região, a começar pelo Brasil, com o cenário de incerteza política que podemos projetar para 2010.

Ao final do primeiro ano do segundo mandato do presidente Lula, há que reconhecer as importantes

mudanças no cenário nacional e as novas perspectivas que se abrem para a luta entre os projetos que disputam a Amazônia. O lançamento do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) representou uma derrota para o projeto neoliberal no tocante à sua negação do papel do Estado na economia. Com o PAC, a "mão invisível do mercado" foi substituída pela "mão visível do Estado", que novamente se propõe a ter um papel decisivo no planejamento, na definição das prioridades e na articulação entre o setor público e o setor privado. No entanto, nada disso é suficiente para fundamentar a conclusão de que, com o atual governo, o Estado esteja retomando a capacidade de conduzir a realização de um projeto nacional-desenvolvimentista para o Brasil. A nosso ver, não são evidentes nem a capacidade do Estado brasileiro de conduzir um projeto de desenvolvimento, nem a natureza do projeto de desenvolvimento compatível com a base de sustentação política e social do governo Lula.

Num artigo em que defende o papel da Petrobrás como "uma empresa estratégica para o futuro brasileiro" 6, o economista Carlos Lessa mostra a precariedade da macroeconomia brasileira, acompanhada por "um fantasma", a saber, pela sucessão de 'apagões' que a ameaçam: o apagão de energia elétrica, o apagão da infra-estrutura (aeroviária, rodoviária, etc.), o 'apagão' das políticas sociais públicas. Para Lessa, "são muitos estes 'apagões' derivados da prioridade absoluta à conta dos juros de dívida pública e ao alto nível da taxa determinada pelo Banco Central e multiplicada pelo sistema bancário existente no país. Ocioso recordar que, em uma economia com medíocre desempenho e inclinada para a estagnação, dinâmico é o lucro crescente dos bancos e de seu mercado de 'capitais-satélites'". Citamos de propósito um economista que é um dos ícones do nacional-desenvolvimentismo, e que tem defendido de forma apaixonada alguns dos projetos mais polêmicos do governo Lula, destinados à ampliação da



- ⁴ Guimarães, Samuel Pinheiro **Desafios Brasileiros na Era dos Gigantes Rio de Janeiro**: Contraponto, 2005. O embaixador Samuel Pinheiro Guimarães é secretário-geral do Ministério das relações Exteriores desde 2003.
- O debate no Congresso Nacional sobre a aprovação ou não da entrada da Venezuela no MERCOSUL foi bastante ilustrativo dessa complexidade. Além da polêmica sobre o caráter democrático do governo Chávez, abriu-se uma discussão sobre o rearmamento venezuelano e até que ponto este poderia se constituir numa ameaça para a segurança nacional brasileira. Infelizmente, os congressistas não aproveitaram a oportunidade para discutir os riscos inerentes ao atual sucateamento das forças armadas brasileiras.
- ⁶ Carlos Lessa, **Bom senso estratégico**, Valor Econômico, 22/11/2007.

infra-estrutura, como é o caso do Complexo do rio Madeira. Entendemos que muitos outros economistas "desenvolvimentistas" continuam acreditando que a atual política macroeconômica condena o país à estagnação e que eventuais surtos de retomada do crescimento econômico nos marcos dessa política tendem a sujeitar o país a novos "apagões" e a expor novamente o país à vulnerabilidade externa inerente a essa política.

No entanto, não podemos chegar a uma conclusão clara sobre o papel do Estado na construção de um projeto nacional para o Brasil sem uma revisão do papel do Estado durante o período de vigência do pacto nacional-desenvolvimentista no Brasil, e o que significou esse projeto enquanto motor da construção simultânea de uma economia do porte da economia brasileira atual e de uma das sociedades mais brutalmente desiguais e injustas do mundo contemporâneo.

Em artigo que acaba de ser publicado no *Le Monde Diplomatique Brasil*, significativamente intitulado "A Máquina da Desigualdade", Tânia Bacelar sintetiza de forma brilhante a gênese da absurda realidade social brasileira: "Concentração dos meios de produção, orientação do mercado para a exportação e o consumo de luxo, atuação oligopolizadora do Estado, mentalidade senhorial das classes altas: esses quatro fatores estão na raiz dos abismos sociais e regionais".

Para a argumentação que tentamos desenvolver aqui, Tânia Bacelar acrescenta com precisão uma distinção crucial para o entendimento da questão. Depois de lembrar que o Estado brasileiro atuou como desenvolvimentista no mesmo período em que em outras áreas do mundo se implantavam os Estados de bem-estar social, ela diz: "O Brasil nunca teve um Estado essencialmente provedor de educação, saúde, saneamento básico, etc. Mas teve um Estado que construía estradas, montava sistemas de comunicação, estatizava empresas para modernizá-las e ofertar insumos básicos muitas vezes a preços mais baratos que os custos de produção e assim por diante". (...) "O Estado brasileiro foi o grande condutor do que os marxistas chamariam 'desenvolvimento das forças produtivas'. Foi esta a tarefa principal que o Estado atribuiu a si próprio, principalmente na passagem do Brasil agrário-exportador para o Brasil urbano industrial, no século XX".

Do ponto de vista dos interesses da grande maioria do povo brasileiro, excluída dos benefícios desse modelo de desenvolvimento produzido pela "máquina da desigualdade" (comparável com os "moinhos satânicos" a que se refere Karl Polanyi), não é possível se furtar a buscar

definir uma posição clara frente às disjuntivas que a retomada de um papel mais ativo do Estado nos coloca. Em primeiro lugar, é preciso verificar se estão dadas as condições para que o Estado brasileiro supere sua opção histórica pelo papel de motor, primeiro da acumulação primitiva (num certo sentido permanente), e depois da acumulação capitalista sempre com margens de lucro extraordinárias e com uma remuneração aviltada da força de trabalho. É difícil imaginar o surgimento de um Estado de bem-estar no Brasil na contramão das tendências atuais do capitalismo globalizado, mas podese ainda perguntar se há chance de a sociedade estabelecer um controle sobre o caráter selvagem do capitalismo brasileiro. Quando refletimos sobre essa questão a partir da realidade dos projetos governamentais destinados à Amazônia e dos interesses concretos que esses projetos privilegiam, fica difícil imaginar que a preocupação com o bem-estar das populações nos territórios venha a se colocar num futuro próximo como foco principal da ação estatal. No tocante ao governo Lula, não podemos desconhecer as contradições, já que o mesmo governo que recebe o apoio entusiástico dos setores mais retrógrados do agronegócio (por exemplo, de usinas de açúcar e álcool que mantêm seus trabalhadores em condições de semiescravidão) tem sido responsável por uma certa expansão da renda do trabalho. É verdade, porém, que a chamada redução da desigualdade deve-se à redistribuição do bolo entre aqueles que vivem do trabalho e não à transferência de renda do capital e dos rentistas (que continuam sendo os grandes beneficiários da política econômica) para o trabalho.

Apesar do fosso existente entre as chamadas elites e o povo, os ideólogos do projeto nacional-desenvolvimentista ainda apostam na possibilidade de recomposição desse pacto. Para citar um dos mais eminentes, Bresser-Pereira argumenta que "o modelo desenvolvimentista foi em grande parte vitorioso, principalmente entre 1930 e 1960, porque um grande pacto político popular-nacional aproximou o povo das elites burguesas e tecnoburocráticas, e as tornou engajadas no desenvolvimento do país".

É importante considerar que o próprio Bresser-Pereira reconhece que "a crise desse modelo (...) sob o impacto de uma onda ideológica neoliberal e globalista, levou as elites brasileiras, já afastadas do povo por vinte anos de



⁷ Luiz Carlos Bresser Pereira, **Proposta de Desenvolvimento para o Brasil**, in Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com eqüidade social, 2005, Manole / Konrad Adenauer Stiftung.

regime autoritário, a alienarem-se e perderem o conceito de nacão".

Assim sendo, e para voltar às questões conjunturais: como esperar que um programa de aceleração do crescimento promovido por um governo hegemonizado pelo capital financeiro e pelo agro-negócio (ambos profundamente internacionalizados) possa representar a retomada de um projeto nacional de crescimento com eqüidade social? O início das licitações para a realização das grandes obras de infra-estrutura previstas no PAC – como, por exemplo, as recentes licitações de rodovias federais e agora das grandes hidrelétricas do complexo do rio Madeira – já serve de amostra para o que virá, com a entrada com grande força de capitais espanhóis que já estão se assenhoreando de um largo quinhão dessa nova onda de "desenvolvimento nacional".

Embora o autor deste artigo não tenha a pretensão de fazer uma análise de classes da sociedade brasileira (exercício que para muitos haveria de parecer uma veleidade digna de verdadeiros dinossauros), não podemos omitir a nossa percepção de que a inconsistência do projeto nacional-desenvolvimentista não está enraizada em quaisquer peculiaridades ou característica essencial do Estado brasileiro, mas antes na fragmentação de interesses de uma sociedade que tem, entre os setores dominantes, uma parcela hegemônica de rentistas, apoiada numa classe média alta fortemente polarizada por padrões de consumo dos países ricos e imbuída de valores cosmopolitas. Tal constatação coloca de imediato uma questão fundamental para os grupos sociais que constituem o foco das nossas preocupações e das propostas alternativas de desenvolvimento: aqueles que resistem à exploração predatória da Amazônia e à sua inserção subalterna na economia capitalista brasileira. Essa questão fundamental é a de saber com que aliados podem contar, na sociedade brasileira e em outros países, para a construção de um projeto sustentável e democrático de desenvolvimento da Amazônia.

O campo político contra-hegemônico

O terceiro campo cujas dificuldades de constituição política precisamos examinar é o campo político potencialmente contra-hegemônico que, no contexto de um mundo em crise, preconiza um Brasil sustentável e solidário, comprometido com o exercício responsável e solidário da soberania nacional e com a defesa do patrimônio sócio-biodiverso que a Amazônia constitui para o Brasil, em consonância com o desafio maior de sobrevivência da humanidade e do planeta ameacado.

Esse campo precisa ser consolidado sob dois ângulos: 1) o da sua constituição em nível nacional – superando o isolamento social e político dos movimentos sociais populares da Amazônia; 2) o desafio da construção de alianças em nível mundial.

Conforme apontado no documento "Compromisso da FASE com uma Amazônia Sustentável e Democrática", "a luta por uma Amazônia sustentável, solidária, e democrática conta já com as forcas de um conjunto amplo de movimentos sociais, associações e cooperativas, e organizações da sociedade civil"8. Um avanco significativo a ser destacado foi o estabelecimento pelo Fórum da Amazônia Oriental (FAOR) de uma plataforma comum de desenvolvimento para a Amazônia⁹, a partir da perspectiva e do acúmulo de organizações não governamentais e movimentos sociais da região. Essa plataforma consagra, entre outros avanços, um enfoque de defesa de direitos, a consolidação de um conceito abrangente de produção familiar, a incorporação da questão urbana numa perspectiva regional e nacional, uma visão da igualdade de gênero e a defesa dos direitos das mulheres, a defesa de uma reforma política necessária para o fortalecimento da democracia participativa e a incorporação de todos esses valores numa nova forma de planejamento para o desenvolvimento regional.

No entanto, é forçoso reconhecer que esse campo da sociedade civil da Amazônia está ainda longe de conseguir exercer sobre o conjunto da sociedade um papel de liderança, com uma forte direção intelectual e um projeto com poder de atração sobre amplos



8 O texto menciona, além da própria FASE, as seguintes organizações: a Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (ABONG -Amazônia), o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS), a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), as Federações de Trabalhadores na Agricultura (FETAG's), as Federações de Trabalhadores na Agricultura Familiar (FETRAF's), o Movimento Nacional dos Pescadores (MONAPE), os movimentos populares urbanos, de mulheres, de guilombolas, as ONGs, pastorais sociais, a Via Campesina, etc. Essas organizações e movimentos sociais estão articulados em redes e fóruns como a Articulação Nacional de Agroecologia (ANA-Amazônia), o Fórum da Amazônia Oriental (FAOR), o Fórum da Amazônia Ocidental (FAOC), o Fórum Mato-grossense de Meio Ambiente e Desenvolvimento FORMAD, o Fórum de Mulheres da Amazônia Paraense (FMAP). . o Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU), os Fóruns estaduais de Economia Solidária (organizados em todos os estados e filiados ao Fórum Brasileiro de Economia Solidária) e o Grupo de Trabalho da Amazônia (GTA)".

⁹ Plataforma de Desenvolvimento para a Amazônia, elaborada no Seminário Amazônia Sustentável e Democrática: os desafios do desenvolvimento com garantia dos Direitos Humanos (realizado de 26 a 28 de junho de 2006, em Belém do Pará).

segmentos sociais na região e no país como um todo. A rigor, é preciso reconhecer que neste mesmo universo de organizações faltam consensos básicos sobre questões da maior importância, com relação ao projeto de desenvolvimento para a Amazônia e às estratégias para concretizá-lo. Um bom exemplo disso pode ser encontrado no artigo "Hidrelétricas no Rio Madeira", de Guilherme Carvalho, publicado neste mesmo número da Proposta. Nele, o autor mostra como, em Rondônia, "o embate em torno da construção ou não de Santo Antonio e de Jirau detonou um complexo processo de recomposição das forças sociais, onde antigos adversários político-ideológicos agora se apresentam como aliados na defesa do Complexo Rio Madeira - CRM10, e, por outro lado, colocou em campos opostos segmentos no interior da academia e dos movimentos sociais locais, e entre os opositores dos empreendimentos com alguns partidos políticos, em particular com o Partido dos Trabalhadores -PT, que está à frente da prefeitura de Porto Velho e do governo federal, defensores incontestes do CRM".

Talvez esta difícil construção da unidade seja parte da explicação para outra importante constatação do mencionado documento da FASE, que citamos a seguir: "Na disputa da opinião pública para fazer prevalecer os interesses que se contrapõem às preocupações sócioambientais desses movimentos sociais e ONGs, alguns setores da mídia ignoram sistematicamente a existência desse tecido organizativo da sociedade civil amazônica, especialmente o campo democrático e popular dessa sociedade, procurando confundir o campo dos opositores ao desmatamento e à exploração econômica predatória da Amazônia com a atuação de instituições inidôneas, entre as quais ONGs a servico de grupos econômicos estrangeiros e com atuação contrária aos interesses nacionais. Para esses setores interessados em estabelecer a confusão política e ideológica, a existência de um conjunto de organizações brasileiras, comprometidas com a soberania brasileira sobre a Amazônia, enraizadas na sociedade regional, com enorme capilaridade em nível local, e dotadas de uma profunda consciência sócioambiental, só pode representar um obstáculo a ser superado" (ibidem).

No tocante às ONGs, é importante retomar as considerações que desenvolvemos anteriormente em relação ao fato de que seu papel político nesse contexto da disputa de projetos para a Amazônia não está definido a priori, e de que é necessário um cuidadoso e permanente esforço de análise das posições, alianças e nexos políticos de cada uma dessas organizações. Nesse sentido, consideramos bastante relevantes as preocupações expressas por Jean Pierre Leroy, acerca de algumas

iniciativas de ONGs importantes que atuam na Amazônia – como o Pacto pela Valorização da Floresta e pelo Fim do Desmatamento na Amazônia -, e de sua relação (ou falta de relação) com as organizações populares e sindicais da Amazônia brasileira. Guiando-se pela preocupação com o reforço dessas organizações amazônicas, Leroy mostra os riscos de um cenário em que só as grandes ONGs que atuam na Amazônia, porque têm dinheiro e por isso recursos humanos qualificados, apareçam no centro do debate amazônico, relegando os amazônidas a meros coadjuvantes de suas estratégias. E conclui: "Minha preocupação está em que, nesse processo de ascensão do setor privado à condição de artífice central de uma Amazônia Sustentável (e, no plano mundial, de salvadores do planeta), somem as organizações da população e dos povos da região, reduzidas à condição de atores coadjuvantes. Organizações ambientalistas podem comemorar algumas vitórias nesse diálogo, mas as populações locais e quem as acompanham de perto provavelmente fariam um balanço mitigado".

Ao dizermos que o campo contra-hegemônico na disputa em torno do futuro da Amazônia precisa ser consolidado sob o ângulo da sua constituição em nível nacional superando o isolamento social e político dos movimentos sociais populares da Amazônia -, estamos dizendo também que só faz sentido pensar um projeto sustentável e democrático para a Amazônia que seja também um projeto sustentável e democrático para o Brasil. Precisamos tirar consegüências práticas do discurso dos nossos interlocutores mais próximos e também dos nossos adversários políticos. Dos primeiros, temos ouvido que a sociedade civil é fragmentada e que, diante de questões de interesse geral, como, por exemplo, o risco do "apagão" elétrico, cabe ao Estado assumir as suas responsabilidades e decidir¹¹. O discurso dos inimigos procura sempre apresentar os movimentos sociais e organizações da sociedade civil do nosso campo pura e simplesmente como inimigos do desenvolvimento, a serviço dos interesses internacionais que querem manter o país relegado à condição de subdesenvolvimento. A nosso ver, o desafio que se coloca para nós, portanto, é o de articularmos todo o acúmulo já existente na formulação de alternativas para a região com a formulação de alternativas para a sociedade brasileira

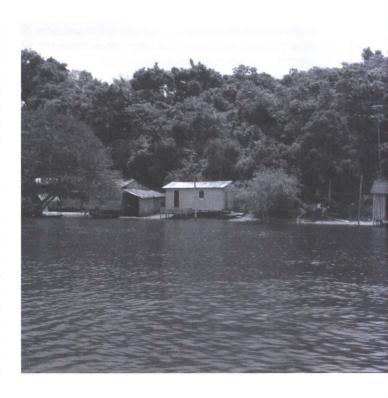


Os bolivianos, ao se referirem ao Complexo Rio Madeira, também incluem as duas usinas previstas para serem construídas naquele país (nota de Guilherme Carvalho).

Fala do assessor de relações internacionais da presidência da República, Marco Aurélio Garcia, na Assembléia geral da Rede Brasileira de Integração dos povos (REBRIP).

como um todo, o que é extremamente complexo. Esse esforço implica, por exemplo, relacionar a questão urbana na Amazônia ao conjunto da problemática urbana no Brasil, ou relacionar a questão da extração ilegal da madeira na região – que se destina mais ao consumo interno no Brasil do que à exportação – aos insustentáveis padrões de consumo e à falta de responsabilidade ambiental de consumidores ricos e de classe média alta em outras regiões do país.

A construção de alianças em nível mundial também é um processo complexo e igualmente contraditório. Não podemos perder de vista em momento algum as armadilhas que esse processo pode comportar. O insidioso discurso sobre os bens comuns da humanidade e as recorrentes declarações de personalidades internacionais sobre a internacionalização da Amazônia devem nos servir constantemente de alerta no trato da questão. O pano de fundo dessa dificuldade é a contradição entre a permanência dos Estados como atores decisivos no capitalismo globalizado e a relativa fragilidade e ambigüidade do Estado brasileiro frente a esse cenário. Do ponto de vista das aspirações de amplos segmentos da





sociedade brasileira pela retomada do crescimento econômico no curto prazo e de forma acelerada, é difícil imaginar que o Estado brasileiro se disponha a abrir mão de uma intensa participação das transnacionais nesse processo. Por outro lado, o governo Lula tem vendido ao mundo a idéia de que o Brasil será parte determinante da solução da crise energética mundial por meio da produção de energia com base na biomassa. Os países ricos compartem essa expectativa e muitos de nossos tradicionais apoiadores (agências de cooperação que financiam movimentos sociais e ONGs brasileiros) têm de lidar com essas expectativas dos seus governos e do público nos respectivos países. Por outro lado, os sujeitos que participam do Fórum Social Mundial, cuja realização em Belém do Pará em janeiro de 2009 será uma grande oportunidade para estreitar essas alianças, não compartilham as mesmas visões e estratégias com relação à questão da Amazônia, e tampouco dispõem de um referencial comum para articular a perspectiva altermundialista com uma leitura sobre o papel dos Estados e do capitalismo internacional afinada com a posição dos governos e povos da Amazônia que se opõem à ingerência externa na problemática pan-amazônica.

PUBLICAÇÕES



Existimos

Quilombolas da Ilha da Marambaia há mais de 100 anos preservando a Ilha

FASE/ArQimar Rio de Janeiro 2007



As novas energias do Brasil:

dilemas da inclusão social e programas de governo

Célio Berman (org.) Rio de Janeiro. FASE 2007



H2O para Celulose X Água para todas as línguas

Daniela Meirelles e Marcelo Calazans Espírito Santo Fase 2007

Disponível para download no site da FASE



O grão que cresceu demais

Sergio Schlesinger Rio de Janeiro FASE 2006



O Brasil está nu!

O avanço da monocultura da soja, o grão que cresceu demais

Sergio Schlesinger e Silvia Noronha Rio de Janeiro FASE 2006

Os livros estão à venda no site Fase: http://www2.fase.org.br/loja



Endereços FASE



FASE NACIONAL

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo 22270-070, Rio de Janeiro - RJ Tel:(021) 2536-7350 Fax:(021) 2536-7379

FASE-RIO

Rua das Palmeiras, 90, Botafogo 22270-070, Rio de Janeiro - RJ Tel:(021) 2536-7371 Fax:(021) 2536-7379

FASE-ESPÍRITO SANTO

Rua Graciano Neves, 377/2° pav. 29015-330, Vitória-ES Tel: (027) 3322-6330 Fax: (027) 3223-7436

FASE-PERNAMBUCO

Rua Viscondessa do Livramento, 168 Derbi 52010-060, Recife-PE Tel/Fax: (081) 3221-5478

FASE-AMAZÔNIA

Rua Bernal do Couto, 1329, Umarizal 66055-080, Belém - PA Tel: (091) 4005-3773 Fax: (091) 4005-3750

FASE-MATO GROSSO

Rua 06 Qd.03, casa 18, Monte Verde 78200-000 Cáceres - MT Caixa Postal 10 Tel: (065) 3223 4615 Fax: (065) 3223 7130

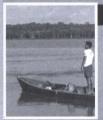
FASE-BAHIA

Rua Rio Branco, 93, Califórnia 45600-000 Itabuna - BA Tel: (073) 3613-9129 Fax: (073) 3613-9076

PROPOSTA

Proposta nº.114 - Out/Dez2007





Conselho Editorial

Ana Clara Torres Ribeiro Grazia de Grazia Haroldo Baptista de Abreu Jean-Pierre Leroy João Ricardo Dornelles lorge Eduardo Saavedra Durão Leandro Valarelli Luis César de Queiroz Ribeiro Márcia Leite Maria Emília Lisboa Pacheco Orlando Alves dos Santos Junior Paulo Gonzaga Pedro Cláudio Cunca Bocayuva Ricardo Salles Rosemary Gomes Sandra Mayrink Veiga Virgínia Fontes

Regina Leite Garcia

Diretor Responsável

Pedro Cláudio Cunca Bocayuva

Editora

Gloria Regina Amaral

Jornalista responsável Fausto Oliveira

Organização do Nº 114

Jean-Pierre Leroy Letícia Tura Thomas Fatheuer

Revisão e Copydesk

Fausto Oliveira Gloria Regina Amaral

Projeto Gráfico/Diagramação Casa-da-Comunicação

Fotos

Acervo Fase Acervo CPT Nacional Agência Brasil Emmanuel de Almeida F. Júnior Elieyd Sousa de Menezes

Informações e Vendas

Tel. (021) 2536 7350 Fax: (021) 2536 7379 E-mail: comunicacao@fase.org.br www.fase.org.br

Todas as opiniões emitidas nos artigos assinados são de inteira responsabilidade de seus autores.







Assine **PROPOSTA**

Revista Trimestral de Debate da Fase

Onde Adquirir:

Na loja virtual do site www.fase.org.br ou Rua das Palmeiras, 90 Botafogo - Rio de Janeiro CEP 22270-070

Tel: (021) 2536-7350 Fax: (021) 2536-7379



P

ublicada há mais de 30 anos, Proposta é um instrumento político de reflexão sobre as realidades do Brasil e do mundo. A Fase luta pela redução das desigualdades, ampliação de direitos e pelo aprofundamento da democracia. Proposta quer intervir neste debate oferecendo uma visão alternativa em seus artigos e entrevistas.

Últimos números

Proposta 110 - Água: Direito à vida (2006)

Proposta 111 - Economia Solidária e Incubadoras Tecnológicas

de Cooperativas Populares (2007)

Proposta 112 - Economia Solidária e Tecnologia Social (2007)

Proposta 113 - Paulo Freire (2007)



Acesse o site da FASE

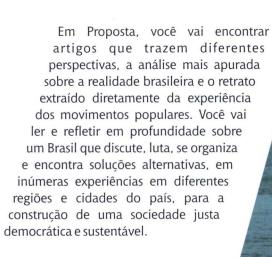
No site da **Fase** você encontra notícias, documentos e diversas outras informações sobre esta ONG que desde 1961 trabalha por novas realidades no Brasil. Conheça o trabalho da Fase em seis estados do país e nossa participação em várias redes e fóruns de luta por direitos, democracia e sustentabilidade.



www.fase.org.br

PROPOSTA

Revista Trimestral de Debate da Fase



Assine Proposta

Valor da Assinatura Anual R\$ 38,00 (trinta e oito reais).

Como fazer sua assinatura de Proposta

Depósito bancário à FASE
no banco Bradesco, conta 95475-6,
agência 0227-5 Botafogo.
Envie o comprovante de depósito
com seu nome e endereço para
o fax (021) 2536-7379.
Através do site www.fase.org.br
Cheque nominal à FASE
no valor de R\$ 38,00.
Envie juntamente com seus dados,
para o endereço:
Rua das Palmeiras, 90
Cep - 22270-070, Botafogo, RJ

Para maiores informações: (021) 2536-7350 ou comunicacao@fase.org.br